

2ª Série, Ano 3 - Nº 5

Solstício de Verão de 2023

Semestral

ADFRATRES



(Revista do)
SUPREMO
CONSELHO
PARA PORTUGAL

5



Ficha Técnica

Revista Digital Semestral

Propriedade: Associação Cultural Albert Pike

Direcção Editorial: António Balcão Vicente

Sede: Rua João Saraiva, 34, 1º

1700-250 Lisboa

adfratres@scg33.pt

2ª Série, Ano 3, Nº 5

(Solstício de Verão)

24 de Junho de 2023

O conteúdo dos textos é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

INDICE

Editorial	4
Mensagem de Solstício de Verão	5
Migrações	6
Babel	24
As Mónadas	29
Viver, morrer, para renascer	34
O Silêncio e...	37
Tolerar o intolerável	41
É Ladrão o, homem, por roubar uma fatia de pão para os filhos esfomeados?	44
Os Deveres do M.: Secreto	48
Justiça e retribuição...	50
Vistos de cima, os homens têm todos a mesma altura	54
O Dever	57
Em jeito de apresentação	60
O Porquê de um patrono	67
Mestre Hiram e os deveres	70
21 de Maio—Dia Internacional para o Desenvolvimento Cultural	71
Caminho do despertar	75
Liberdade de pensar	78
Sobre a Fraternidade e a Amizade Social	82
Real Segredo	88
O Bem, o Mal e o Livre Arbítrio: a contribuição de Zoroastro	91
Eventos	100
Leituras	108

EDITORIAL

“Se eles estão preocupados, nós devemos estar preocupados”. Esta recente afirmação de Greg W. Moore, um dos mais importantes investigadores da Teoria das Cordas, Professor no Departamento de Física e Astronomia da State University of New Jersey, levou, no passado mês de Março, várias centenas de investigadores da área da Inteligência Artificial (AI) a assinar uma declaração contendo um aviso dramático: “mitigar o risco de extinção humana pela Inteligência Artificial deve constituir uma prioridade global, ao lado de outros riscos sociais, como as pandemias e a guerra nuclear.”

Entretanto, uma versão mais recente desta carta aberta, pedindo uma pausa de seis meses na pesquisa da IA, evidencia uma crescente ansiedade do mundo da tecnologia em resultado de ela poder vir a substituir milhões de trabalhadores humanos e de servir como instrumento ao domínio da desinformação, podendo tornar-se uma força exterminadora. Isto poderia acontecer por acidente, quando uma inteligência artificial perseguisse cegamente algum outro objectivo, ou intencionalmente, caso a IA concluísse que os humanos eram uma raça belicosa, poluente e emissora de carbono, representando uma ameaça existencial para o planeta.

Os especialistas não deixam de fazer soar o alarme, enquanto o público em geral continua a cuidar complacentemente da sua vida, alheio aos avisos ou incapaz de imaginar o inimaginável, até que seja demasiado tarde.

Silicon Valley sempre se impressionou excessivamente com as suas criações. Ainda recordamos a introdução da moeda digital que iria substituir todo o sistema bancário num mundo em que todos nós passaríamos os dias dentro do Metaverso. Poderemos confiar em que os algoritmos não tenham vontade própria e acreditar que a antropomorfização da IA como uma força malévola é ficção científica?

Na verdade, os líderes da tecnologia preferem que nos preocupemos com algum imaginário futuro cataclismo em vez de prestarmos atenção aos produtos criados pela IA que já nos vigiam, que manipulam os nossos dados e influenciam o discurso político.

Os modelos de IA já conseguem ultrapassar os seres humanos em muitas áreas e podem mesmo manter conversas credíveis e explicar o que torna as piadas engraçadas. Dentro de poucos anos, a IA será muito mais sofisticada do que o cérebro humano e não conhecemos coisa alguma que, sendo mais inteligente, seja controlada por outra menos inteligente.

Ora, dada a velocidade galopante com que estes sistemas estão a aprender, mais cedo do que imaginamos poderão vir a dominar-nos e, se quisermos contrariar este destino não podemos desperdiçar um único momento.

Enquanto seres humanos e enquanto maçons.

MENSAGEM DE SOLSTÍCIO DE VERÃO

Meu Q.: Irmão

O Solstício de Verão, data em que mais fervorosamente lembramos os princípios que presidem às Lojas de S. João, traz-nos um tempo de acalmia e renovada vontade de quietude, potenciadora do descanso merecido e da reflexão necessária.

Agora que o excesso de Luz torna perigoso erguer demasiado o olhar para um céu incandescente, é o momento de questionarmos os passos que nos conduziram aqui, desde que, num outro solstício, celebrámos o *Sol Invictus* que agora observamos no seu máximo esplendor.

É o momento de recordarmos os maçons de que nos orgulhamos e de questionarmos o porquê desse orgulho.

Orgulhamo-nos deles porque foram maçons ou porque foram homens íntegros?

E eu, e tu, e nós, como ficamos nessa fotografia?

Sentimos orgulho ao passarmos em revista os últimos seis meses? Contribuímos, de alguma forma, para a resolução de problemas surgidos na família, no emprego, na Loja, entre e com amigos?

Só uma resposta afirmativa a estas questões nos define como homens livres e de bons costumes. Só uma postura íntegra nos confere a dignidade do porte de um Maçon.

Para que possamos exigir que só os melhores possam ser acolhidos entre nós. Para que possamos ser a candeia que alumia na noite das trevas que alastram, sem receio das tempestades que ameacem apagá-la. Para que não sejamos a lâmpada que se esconde debaixo do alqueire para que ninguém veja que está acesa.

A tibieza desacredita a Maçonaria e somos tíbios quando pactuamos com a indiferença, quando transigimos com a injustiça, quando toleramos apatia.

As incertezas e os desafios que se erguem no horizonte são um enorme desafio para os maçons.

Para lhe dar resposta, só tu podes saber se estás preparado. Só tu podes saber se és verdadeiramente Maçon.

Saibamos aproveitar este tempo de merecido repouso para encontrar a resposta.

Boas férias, meu Irmão.

 *Manuel Alves de Almeida* 
Manuel Alves de Almeida
Soberano Grande Comendador

DEUS
MEUMQUE
JUS

MIGRAÇÕES

Introdução

A história da humanidade é uma epopeia de migrações e uma valsa frenética de miscigenação de povos. As civilizações formaram-se através de misturas genéticas e de partilha de conhecimentos. A transumância, as caravanas e os navios contribuíram para a difusão e para o intercâmbio das invenções humanas desde os primeiros alvares das sociedades organizadas. Durante milénios, a ocupação do espaço terrestre pelos humanos foi lenta e selectiva, obedecendo prioritariamente às necessidades da sobrevivência. Nos últimos séculos da história, a ocupação do planeta e as migrações de povos tornaram-se fenómenos de primeira relevância, fonte de conflitos graves que exigem nova postura ética e uma aposta em valores até agora menosprezados.

Um planeta transtornado

Na origem da nossa civilização judeo-cristã está a história mítica da grande migração de um patriarca, Abraão, da baixa Mesopotâmia para as fontes do rio Eufrates, de lá para Canaã e, em seguida, pelo deserto do Neguev, até ao Egipto, para finalmente retornar à terra de Canaã. Foi a origem da nação hebraica, tal como os escribas a contaram: a palavra *hebreu* significa “aquele que vem de um outro país”. O primeiro descendente do patriarca Abraão era filho de uma mulher egípcia. À tribo mesopotâmica do patriarca, oriunda do berço de todas as civilizações ocidentais (o *crescente fértil* dos grandes rios), juntaram-se criaturas de outras e-

tnias, ao longo de outras tantas migrações, até alcançarem o estatuto de um reino que faz parte das nossas raízes culturais e religiosas.

A arqueologia moderna revela-nos surpresas sobre o tempo e o modo da ocupação dos continentes pelos humanos. O fascínio pelas civilizações do nosso passado longínquo começou ao mesmo tempo que surgiu a grande preocupação de saber se o planeta teria a capacidade de alimentar uma população em crescimento explosivo. O pastor anglicano Thomas Malthus (1766-1834), no livro *Ensaio sobre a População*, publicado em 1796, alertou para o problema. Em 1800, a população do planeta era de 978 milhões de criaturas e a população crescia a um ritmo muito mais elevado do que a produção de alimentos. Cem anos depois, a população era de 1 bilhão e 650 milhões; mais cem anos e já ultrapassava os 6 bilhões. Em 2022 a humanidade atingiu o número de 8 bilhões.

Os cálculos de Malthus sobre o crescimento da população estavam certos e sobre a produção alimentar também. O pastor falhou foi na apreciação da capacidade de uma nova geração criar sistemas produtivos para melhorar o aproveitamento dos recursos alimentares do planeta. Com as técnicas do tempo de Malthus, seria impossível alimentar a população do planeta por mais duas gerações. Porém, o desenvolvimento da agricultura foi prodigioso e, enquanto a população crescia multiplicando-se por 8, o índice de produção de alimentos multiplicou por 20, graças à tecnologia, à produção industrial de ferti-

lizantes, à selecção de sementes e à criação intensiva e selectiva de proteína animal. Neste século XXI, é possível alimentar toda a humanidade e existem excedentes de produção alimentar. Aumentaram, porém, as condicionantes que impedem o acesso de grandes populações aos bens essenciais para a sua sobrevivência: o problema de hoje não é mais de produção, mas de logística, de ética e de justiça.

de vida apareceram no planeta quando ele já estava em idade avançada: as tremendas convulsões já se tinham acalmando, permitindo um ambiente favorável à expansão e à diversificação da vida. No entanto, grandes transtornos ainda provocaram o desaparecimento de numerosas espécies de criaturas, anteriores à existência da humanidade e outros fenómenos mais recentes condicionaram a dis-



Ao longo do tempo, os grandes movimentos migratórios foram provocados pela necessidade de sobrevivência de povos e de nações. O planeta terra teve, desde antes da humanidade, um ritmo próprio de febres, de convulsões telúricas e de fenómenos geofísicos que provocaram mudanças climáticas e grandes transtornos em todas as formas de vida, nos continentes e nos oceanos. As primeiras formas

persão da espécie humana pelos continentes do planeta. Para seu equilíbrio geofísico e cósmico, o planeta não tem que se afeiçoar às exigências das criaturas que nele encontraram conforto: estas é que têm de se adaptar aos ritmos do planeta. Só muito recentemente os historiadores tentaram compreender a relação entre as grandes migrações e as mudanças geofísicas que as provocavam. A intensa acti-

vidade vulcânica do planeta, a variação da radiação solar, acidentes geofísicos provocados pelo impacto de meteoros, porventura outros fenómenos terrestres ou cósmicos que ignoramos, afectaram os humanos. Estudiosos procuram agora os vestígios que o planeta guardou das mudanças climáticas que poderão estar na origem dos transtornos.



Diásporas

Fixemo-nos nas origens da civilização judeo-cristã. Ignoramos as razões da migração da família de Abraão da Mesopotâmia marítima há 4.000 anos. O clã do patriarca abandonou uma terra rica e generosa para se fixar numa terra pobre e hostil, por esta ser uma *Terra Prometida* para ele e a sua descendência. Talvez a história mítica deste personagem retrate a migração de um povo inteiro, de uma tribo alargada de pastores, obrigada a procurar outras terras para sobreviver, transumância que se durou gerações. *A duração da vida de Taré (pai de Abraão) foi de duzentos e cinco anos (Ge,11,32). A du-*

ração de vida de Abraão foi de cento e setenta e cinco anos (Ge,25,7). Da Mesopotâmia a Canaã, a migração durou 380 anos. Que razões a provocaram? Também ignoramos as verdadeiras razões pelas quais uma leva considerável de hebreus abandonou o Egipto por volta do século XIII aC., e empreendeu uma longa caminhada até à terra de Canaã, durante uma

geração inteira, comandada por outro personagem mítico, chamado Moisés. Os hebreus, que no tempo de Jacob (neto de Abraão) emigraram para o Egipto e lá se multiplicaram, juntaram-se finalmente aos seus irmãos de raça na terra de Canaã. Todas as grandes migrações de dimensão continental, relatadas pelas nar-

rativas históricas ou míticas,

tiveram causas profundas que as provocaram. Tribos e povos não abandonam suas terras por razões frívolas, nem para obedecer aos trovões dos deuses.

O cristianismo começou e expandiu-se através da migração: as ideias apregoadas na Palestina por um judeu excepcional que angariou uma multidão de seguidores, difundiram-se rapidamente por todo o Império Romano graças às comunidades judaicas espalhadas pelas diversas colónias de um poder em prodigiosa expansão. No tempo do imperador Cláudio (41-54 dC.) havia na Palestina cerca de 2 milhões de judeus e, emigrados pelas colónias do Império, eles eram quase 7 milhões, numa população total que

rondava os 55 milhões de criaturas. No tempo de Nero, uma série de revoltas contra os colonizadores romanos levou à destruição da nação judaica: em 70 dC., Jerusalém foi destruída; em 135 foi arrasada e os judeus foram expulsos das suas terras. Nunca mais existiu um estado judaico até ao século XX (1947). No tempo de Trajano (98-117 dC.), quando o Império alcançou a sua maior extensão territorial (hoje, o mesmo território acolhe 40 nações), a população ultrapassava os 90 milhões e os judeus chegavam aos 9 milhões. Se os judeus regressassem à *Terra Prometida*, eles não caberiam nem sobreviveriam na Palestina. A força do Império resultava das redes comerciais, da protecção das legiões ao longo das estradas, nos portos e nos destinos das caravanas, de um sistema jurídico abrangente e eficaz,

da liberdade de circulação de pessoas e bens. O cristianismo expandiu-se na língua mais divulgada das transacções, o grego (um dialeto simplificado denominado *koiné*), através da diáspora judaica, com suas sinagogas e escolas rabínicas, assembleias organizadas e cultas. Em toda a história imperial e apesar das numerosas revoltas, o judaísmo nunca deixou de ser oficialmente reconhecido – os privilégios foram concedidos pelo último cônsul da República, Júlio César. No ano de 381, com o imperador Teodósio, a religião oficial de todo o Império passou a ser o cristianismo, mas o judaísmo era permitido, sinagogas e escolas rabínicas protegidas. Em 476 o Império desfez-se, destruído por povos bárbaros migrantes, por Vândalos, Hérulos e Visigodos, escorraçados das suas terras por outros povos migrantes mais fortes, vindos do Leste da Europa, forçados por vio-



lentas mudanças climáticas.

Desconhecem-se as causas da penúria alimentar e das epidemias que dizimaram a Europa oriental a partir do século III dC.. Povos Hunos, vindos do Leste, invadiram a Europa central no início do século IV. Em menos de cem anos, eles ocuparam todo o território germânico e, a partir de 433, liderados por um chefe quase lendário, ameaçavam conquistar Roma, quando já ocupavam parte da Gália e todo o Norte de Itália. O domínio dos Hunos estendia-se então do Sul da actual Rússia até à Pérsia, a ocidente até à Gália e ao Norte de Itália. Foi a maior migração da Alta Idade Média: vieram para ficar, misturaram-se às populações invadidas e, no final do século IV, seriam mais de 12 milhões. Uma epidemia violenta pôs termo à expansão dos Hunos, a partir de 450. O grande *Átila, o Flagelo de Deus*, que se preparava para conquistar a cidade de Roma, sucumbiu à epidemia em 453 e outros povos, colonizados pelos romanos, que resistiram aos invasores refugiando-se mais a Leste, assumiram o projecto de conquistar o que restava do espólio do antigo colonizador. Roma sucumbiu ao exército de bárbaros migrantes, os hérulos, cristãos arianos, em 476. O chefe dos invasores, Odoarco, era descendente de um general do exército de Átila.

Conhecem-se as causas das catástrofes do século VI: o ano de 536 terá sido o pior de toda a era cristã para a maior parte da huma-

nidade. Durante 18 meses, uma névoa espessa cobriu a Europa, o Oriente Médio e parte da Ásia, provocando a década mais fria do tempo da nossa era. Até 547, a Islândia foi sacudida por violentas erupções vulcânicas que lançaram nuvens de poeira sulfurosa na atmosfera. A peste bubónica espalhou-se por toda a Europa a partir de 541, a produção agrícola foi dizimada por pragas e intempéries e a paralisia económica prolongou-se até 640. Após a invasão dos Hunos, o fenómeno marcou profundamente a Alta Idade-Média como um período de escuridão e de grande sofrimento. Aconteceram grandes migrações de povos da Europa central para ocidente: Suevos e Visigodos, Normandos, Alanos e Hérulos, procuraram climas mais amenos. Da Ibéria, Vândalos e Hérulos alcançaram o Norte de África, provocando uma tremenda miscigenação nas terras do “fim do mundo”.

Até ao século X, catástrofes ecológicas de proporções gigantescas abalaram a Europa: a erupção do vulcão finlandês Eyjafjöl em 920 foi sentida da península Ibérica aos Balcãs. Quando os vulcões da Islândia se acalmaram, a ilha foi procurada por migrantes dos países escandinavos, os mais massacrados pela erupção finlandesa; a partir da Islândia, eles alcançaram a Terra Nova, o Labrador e a Gronelândia. Um dos personagens da primeira leva de colonos da Islândia seria Eric, o Vermelho, na segunda metade do século X, um a-

ventureiro que foi o pai de Leif Eriksson, por sua vez o primeiro europeu a penetrar no Golfo do São Lourenço pelo Estreito de Belle Isle e a instalar uma colónia permanente no norte de Terra Nova – o descobridor do continente americano. Desde o ano 2000 que se comemora nos EE UU o *Dia de Leif Ericson*, a 9 de outubro, por decisão do presidente Clinton, ratificando decisão do Congresso e do presidente Johnson de 1964. A colónia de Anse aux Meadows, na Terra Nova, durou até 1164, quando foi invadida e destruída por indígenas. Outras sobreviveram no Golfo do rio São Lourenço, no Labrador, no sul da Groenlândia, então aquela terra verde que deu nome à ilha. O clima ameno e excepcionalmente quente do planeta permitiu cultivar a vinha nas terras do Labrador (Vinland) e o sul da Groenlândia era uma terra quente, de agricultura e de produção florestal.

Novas erupções provocaram a desertificação da Islândia no final do século X, obrigando os insulares a fazerem-se ao oceano rumo ao Sul. Eles terão encontrado as ilhas dos Açores. Um aquecimento significativo do planeta permitira a instalação de povos nórdicos na Islândia, Terra Nova, Labrador e Groenlândia; Eric o Vermelho, o pai de Leif, nem terá sido o primeiro. As sagas escandinavas permitem-nos imaginar outras migrações anteriores. O período quente do planeta, hoje conhecido como uma era de *grande conforto climático*, permitiu a criação, na Groenlândia, no sé-

culo XII, da diocese de Grondar, com umas 40 paróquias e uma população de cerca de 50.000 almas. Conhecem-se os nomes de todos os bispos que dirigiram a diocese. Nos registos paroquiais encontramos alusões à actividade agrícola, florestal e piscatória da região, quando aquela ilha era verde. O último registo paroquial é de 1408, o de um casamento, numa ilha já praticamente abandonada. Uma brusca queda da temperatura do planeta, que se intensificou a partir de 1350, tornava impraticável a atividade agrícola e nenhum bispo re-





sidia mais na diocese, extinta à morte do último (nomeado no mesmo ano da criação da diocese do Funchal, em 1515). Fazia mais de cem anos que a Groenlândia se desertificara. Desconhecem-se as razões pelas quais o planeta entrou numa fase glacial acentuada que durou até muito recentemente (os primeiros alertas de um novo ciclo de aquecimento datam dos anos 70 do século passado).

Peregrinos e mercadores

Durante o tempo do *conforto*

Península Ibérica até à Índia, à Malásia e aos arquipélagos do Pacífico. A nova ideologia apregoava o bem-estar de todas as criaturas do planeta, o que proporcionava a criação de poderosas redes comerciais entre a Europa e o Oriente. Os mercadores eram também os divulgadores da nova religião. Na Europa cristã, cresciam catedrais góticas, palácios monumentais, criavam-se frotas marítimas, universidades, acalentavam-se poetas e artistas, solidificavam-se as fronteiras de novos reinos e de novos im-



climático que durou do século IX até meados do século XIV, a Europa passou da era da escuridão, da penúria e da doença, estigmas da Alta Idade-Média, para uma era de riqueza e de esplendor. Nascera uma nova religião desafiando o cristianismo, o Islão, em rápida expansão a partir da península Arábica. Em menos de um século, ainda no séc. VIII, estendia-se desde a

périos, cuja fama chegou até aos confins do mundo. Confrontados com a expansão islâmica, os cristãos criaram novas iniciativas missionárias, fundando missões na China no século XIII, onde chegou a haver um padroado e uma diocese que durou um século, por iniciativa dos frades franciscanos, uma ordem religiosa que pregava a pobreza e a simplicidade numa cris-

tandade seduzida pelo poder, a riqueza e a ostentação.

As viagens de Marco Polo (1271-1295), assim como a presença dos missionários franciscanos na China, situam-se no momento do chamado *grande conforto climático*, particularmente evidente nos séculos XII a XIV, quando o mundo cristão beneficiava de um período de grande produção agrícola e de trocas comerciais, período de riqueza que permitiu a construção de grandes catedrais, muitas delas ainda de pé e expostas à curiosidade e admiração dos peregrinos do nosso tempo. A primeira construção gótica da Europa foi a abadia de Saint Denis, construída entre 1137 e 1140, para servir de panteão dos reis de França e a maior catedral gótica de França, a última a ser concluída, foi a de Amiens, em 1373. Criaram-se universidades, multiplicaram-se as tentativas militares para a conquista do mundo muçulmano que controlava todo o comércio entre o Oriente e o Ocidente, formaram-se novas ordens religiosas, surgiram novos reinos e novas monarquias. Havia riqueza para pagar todas as fantasias de uma Baixa Idade-Média diferente do tempo tenebroso do frio, da penúria, das epidemias e da escuridão. Era o advento do mundo moderno.

Com o resfriamento do planeta no final do século XIV, houve grandes migrações dos povos nórdicos para terras do Sul, à procura de climas mais benignos. O resfriamento do planeta provocou graves epidemias

e uma baixa catastrófica da produção agrícola. Entre 1346 e 1349 a peste bubónica matou um terço de toda a população europeia e metade da população portuguesa morreu. As pessoas infectadas ostentavam manchas negras no corpo, daí a denominação de *peste negra*. Para acudir à situação desastrosa da produção agrícola em Portugal, o rei D. Fernando (1367-1383) criou a *Lei das Sesmarias*, distribuindo as terras, que tinham ficado ao abandono a quem as pudesse lavar

Os povos europeus desenvolveram, a partir da segunda metade do século XIV, as primeiras frotas marítimas oceânicas, dispostos a abordarem todo o mundo habitado; marinheiros genoveses, dispostos de mapas marítimos, alcançaram a Madeira e os Açores, onde encontraram os vestígios da ocupação dos que tinham fugido do gelo nórdico. O primeiro mapa conhecido onde figura o continente asiático é o mapa de Fra Mauro (1385-1459), desenhado por um monge italiano que nunca viajou. Ter-se-á baseado em outro que Marco Polo trouxera da China e nas informações dos frades franciscanos, segundo o geógrafo e editor italiano de livros de viagens, Giovanni Battista Ramusio (1485-1557). O mapa foi encomendado pelo rei português D. Afonso V e desenhado entre 1457/59. Para a Europa, saindo de uma era de sofrimento e de carências, tornava-se imperativo encontrar novas terras, novas fontes de riqueza.



Carta de Fra Mauro (1459)

Tudo mudou com a chegada dos portugueses ao Oriente por via marítima. A grande decisão foi tomada pelo rei D. Manuel em 1495 e a frota de Vasco da Gama largou de Lisboa em julho de 1497. Doze anos após a chegada das primeiras naus portuguesas a Calecute, na Índia, Afonso de Albuquerque precipitou-se a invadir o porto estratégico de Malaca (1511), principal entreposto comercial onde os

juncos chineses faziam negócio. No primeiro quartel do século XV, a China lançara-se num grande projecto de navegação pelos oceanos Índico e Pacífico (1305-1433), mas as autoridades chinesas tinham mudado de política mercantil e a China fechara-se sobre ela mesma. O imperador Yongle mudou a capital de Nanquim (Nanjing, a cidade do Sul) para Pequim (Beijing, a cidade do Norte). O império do

meio do mundo não precisava de nada nem de ninguém. Malaca era o único destino importante dos juncos chineses de comércio e a acção militar de Albuquerque atentou contra os interesses da China. Fo-

perador Jiajing. Foi então que se iniciou a presença portuguesa na China, em Macau e, a partir daí, um intenso intercâmbio de pessoas e bens entre a Europa e o Oriente distante.



ram precisos quase 50 anos de tentativas, algumas desastrosas, para restabelecer a confiança entre as autoridades chinesas e os representantes do rei de Portugal. Jorge Álvares em 1513, Giovanni da Empoli e Tomé Pires entre 1517 e 1527, Diogo e Amaro Pereira em 1549, vários missionários, entre eles o pioneiro jesuíta Francisco Xavier, que faleceu na ilha de Sanchuan em 1552, tentaram, sem sucesso, convencer as autoridades chinesas dos benefícios que os portugueses lhes poderiam trazer. Só foi possível despertar o interesse das autoridades chinesas pelas iniciativas dos portugueses a partir de 1554, graças ao capitão-mor Leonel de Sousa, pioneiro do tratado que, em 1557, permitiu o arrendamento de um espaço no delta do Rio das Pérolas, no reinado do im-

O Novo Mundo

Quando os reinos ibéricos deram notícia do encontro com os povos do continente americano do Sul, a Europa ficou surpreendida. Passado o equívoco e superada a teimosia de Colombo que pretendia, mesmo após quatro viagens, ter alcançado as “ante-ilhas” do continente asiático, a grande surpresa ficou sem explicação. Que povos eram aqueles, construtores de grandes monumentos de pedra e cal, com conhecimentos avançados de astronomia, apreciadores de metais preciosos, que eram descendentes de grandes civilizações? Quem eram e donde vinham os outros, os mais primitivos do planeta, na idade da pedra, indígenas que moravam no mesmo continente, apenas separados dos ou-

tros por uma cordilheira montanhosa? Perguntas que provocaram o questionamento moderno sobre a identidade: *que somos, donde vimos, para onde vamos?*

O contacto com os forasteiros provocou uma verdadeira hecatombe nos povos indígenas. As migrações dos colonizadores, provocadas pe-

pontuada por tremendos actos de violência. Os povos do Sul do continente que os primeiros colonos encontraram eram vestígios decadentes de antigas grandes civilizações, cuja história verdadeira nos é, até hoje, muito pouco conhecida.

Os portugueses foram, desde os tempos ancestrais da formação da



la ambição da riqueza e por perspectivas de liberdades tolhidas na Europa, pelo simples contacto com populações não imunizadas contra as invasões virais, causaram um tremendo transtorno, um genocídio. As guerras pela posse das terras foram cruéis e devastadoras. A implantação da civilização ocidental e latina no continente americano resultou numa grande migração

sua identidade, o resultado de grandes miscigenações. Os gregos chamaram-nos celtas (*keltoi*) e mais tarde ibéricos (do rio *Iber* – Ebro); os romanos atribuíram-nos o nome de lusitanos (um povo de cavaleiros, *lusitanoi*). Até à fusão com os migrantes das hordas de suevos, alanos, vândalos, normandos e visigodos que alcançaram a península escorraçados pelos hunos,

contam-se cerca de mil anos de grandes contribuições genéticas para a formação dos povos que em língua latina passaram a chamar-se de hispânicos. Os portugueses são o último reduto, o mais ocidental, o do “fim do mundo”, desse espaço invadido.

A grande aventura comandada pela ideologia utópica da segunda dinastia portuguesa, levou os portugueses à dispersão por três continentes onde deixaram vestígios evidentes da sua passagem colonizadora, especialmente marcada pela língua que hoje é falada por cerca de 260 milhões de criaturas. O grande momento de glória do povo português foi o século XVI – o tempo de todas as euforias. A aventura oriental, nascida de um projecto profético assumido e que criou riquezas pessoais fabulosas, foi desastrosa financeiramente para o reino, mas, como nota o historiador Oliveira Martins, *“a nossa ruína foi o preço do maior acto da civilização nos tempos modernos”*. Em dois séculos (entre 1497 e 1700) zarparam de Lisboa para o Oriente 1154 naus e regressaram 589, pouco mais de metade. Carregavam gente e mercadorias. No século seguinte ao da criação de 8 dioceses no continente asiático, Portugal era um país pobre e sem recursos, situação nunca mais superada até hoje. A emigração passou a meio de subsistência para uma parte considerável da população. Hoje, a “diáspora” portuguesa faz parte da identidade nacional – uma identidade que se dilui. A 10

de Junho comemora-se o dia de Portugal... e das comunidades da diáspora.

Nunca se contabilizou, nem aproximadamente, quantos portugueses migraram para terras orientais, durante o século XVI. As grandes naus de comércio contavam com tripulações numerosas, acautelando a mortandade que as dizimava ao longo da viagem. Muitos tripulantes desertavam na primeira oportunidade, de modo que, na torna-viagem, as naus navegavam com exiguidade de pessoal, com marinheiros recrutados nos últimos portos de escala. Desconhece-se o número de quantos partiram e de quantos voltaram. Antropólogos e historiadores avançam números mais ou menos consensuais quanto ao Brasil: entre 1500 e 1850 terão emigrado 1.520.000 portugueses. Na primeira metade do século XVIII, o número de portugueses emigrados para o Brasil ultrapassaria os 600.000. O Oriente e o Novo Mundo representavam para os europeus em geral e para os portugueses em particular oportunidades de riqueza e sobretudo novos espaços de liberdade.

A primeira metade do século XIX ficou marcada em Portugal por invasões estrangeiras, pela ausência da corte, por uma guerra civil, pelas pragas da filoxera e do míldio, por pandemias (cólera, peste, tifo, gripe, varíola) e pela fome resultante de tanta infelicidade. Acidentes naturais provocaram a desertificação de importantes zonas produtivas. Nos Açores, as erupções vul-

cânicas e os terremotos causaram o despovoamento da ilha de São Miguel; no continente, o fecho da comunicação da zona lagunar com o mar, transformou a Ria de Aveiro num pântano, afectando a produção agrícola, as pescas e a produção de sal, provocando epidemias e um acelerado despovoamento.

A partir do primeiro quartel do século XIX, começou uma grande leva migratória, uma diáspora provocada pelos cataclismos naturais e pela desordem social e política. .

O fluxo migratório da segunda metade do século XIX teve como principal destino o Brasil e em especial o estado do Pará. Um novo fluxo, com destino aos Estados Unidos, começou após a implantação da República, continuou entre as duas

guerras e conheceu a maior intensidade após a segunda guerra mundial; logo de seguida surgiu um novo destino, a Venezuela, terra de fortunas rápidas para os mais atrevidos e temerários. Porém, após a segunda guerra mundial, a Europa passou a ser, para os emigrantes portugueses, o destino mais procurado.

A reconstrução da Europa, cujo património edificado fora seriamente destruído pela guerra grande, abriu novas oportunidades. Poucas são as famílias portuguesas que não têm parentes, próximos ou afastados, hoje dispersos pela Europa. Nos EUA, depois de uma grave crise financeira e de um esforço de guerra prodigioso na Europa e no Pacífico, os portugueses foram acolhidos com simpatia, onde rapi-



damente se tornaram cidadãos a parte inteira. Eles emigravam para melhorar a vida e regressar. Não iam para ficar: por lá, apenas andavam, peregrinos por um tempo, ignorando as surpresas que a vida lhes reservava. Contribuíram para a riqueza dos países de acolhimento e para a pobreza da terra que um dia deixaram. Hoje, filhos e netos dos analfabetos e dos excluídos que abandonaram os seus telexeiros de barro chorando, não andam mais por lá, eles são de lá. Adquiriram o estatuto de cidadãos e figuram entre os personagens respeitáveis dessas terras distantes. Não voltaram nem voltarão; alguns deles passam pela terra que foi deles, na peregrinação da saudade. Somos um país exportador do melhor material genético, agora de novo e tanto quanto antes, mas desta vez com certificados de qualificações superiores. Destino traçado na palma da mão? Nossos filhos e netos continuam a apostar em outro lugar para realizar os sonhos legítimos que inventam.



Também nunca ninguém contabilizou, com números credíveis, quantos emigrantes saíram de Portugal durante os séculos XIX e XX, nem quantos voltaram – eles serão uma ínfima parte. A imensa maioria diluiu-se, integrada nas sociedades de acolhimento, onde adoptaram novas identidades e assumiram novas formas de cidadania. Deles, restará o vestígio de um apelido, afeiçãoado a uma nova fonética deformada pelo tempo. Quantos serão hoje os descendentes dos milhares que nunca mais voltaram? Certamente milhões!



Conclusão

A componente demográfica é hoje o mais importante de todos os indicadores do potencial de riqueza ou de pobreza de uma comunidade. Nos anos de 2018 a 2020, mais de 120.000 portugueses continuavam anualmente a emigrar, para diversos destinos. Portugal continua a perder uma parte considerável da mão-de-obra produtiva através da emigração (60.000 jovens com diploma de ensino médio e superior emigraram em 2021, de um total de mais de 90.000 emigrantes), e sofre também pela baixa da natalidade, resultado da instabilidade provocada pela incerteza quanto ao futuro e pela emigração dos mais produtivos que são os mesmos que podem procriar, o que vão realizar em latitudes e longitudes mais acolhedoras. A taxa reduzida de natalidade que se verifica em todo o país, com 8,4 nascimentos por mil habitantes, é a segunda mais baixa de toda a Europa. Nos últimos 10 anos, as escolas elementares perderam 260.000 alunos, dispensando por isso mais de 15.000 profissionais de ensino. Não serão as mudanças climáticas a causa de tamanho transtorno. Essas, provocarão levas consideráveis de novos migrantes, em relação aos quais teremos de modificar a nossa mentalidade e os nossos preconceitos.

Nos últimos trinta anos, o fluxo migratório mudou: os países europeus passaram a ser procurados por levas consideráveis de migrantes clandestinos, provenientes de

países africanos e asiáticos.

Segundo os dados do Pew Research Center (Washington, USA), em 2017 havia na Europa entre 3,9 e 4,8 milhões de imigrantes clandestinos, metade dos quais se encontravam na Alemanha e no Reino Unido; Itália e França eram os países onde continuava a chegar o maior número de refugiados. Os números de 2021 apontavam para 6,5 milhões de imigrantes clandestinos na Europa. A principal origem deste fluxo migratório encontra-se no continente africano, o mais pobre dos continentes do planeta, que abriga 55 países, 10 dos quais se encontram em guerra.

Os conflitos religiosos e étnicos do Médio Oriente e do Sudeste asiático, aliados a um crescimento demográfico descontrolado, são outras razões que provocam fluxos migratórios de refugiados que olham para a Europa como um continente de refúgio.

As populações carentes da América do Sul são as que mais consideram o passado colonial ibérico como a causa longínqua das suas carências e procuram refúgio e melhores condições de vida no continente colonizador.

Finalmente, as mudanças climáticas que afectam o planeta e que deixam antever um futuro próximo cheio de surpresas, aparecem como condicionantes de novas migrações. Milhões de seres humanos terão de se deslocar, por terem ocupado, ao longo de gerações, espaços que não deveriam ter sido ocupados, como sejam estuários

de grandes rios, terrenos instáveis, planícies de aluviões.



A Europa comunitária necessita de cerca 44 milhões de imigrantes até 2050 para compensar o défice de mão de obra, dado o envelhecimento da população e a baixa alarmante da natalidade. Eles são vitais quer para o crescimento económico, quer para manter o sistema de segurança social. O problema com os milhões de asiáticos e de africanos que demandam os países europeus, está na diferença étnica e cultural que as populações europeias não estão dispostas a superar.

A principal reivindicação dos refugiados, é a de serem aceites como trabalhadores para que possam viver, mas eles carregam preconceitos de ordem social, cultural e religiosa que entram em conflito com os preconceitos europeus.

O problema não está em reconhecê-los simplesmente como pessoas, como seres humanos produtivos e consumidores: o problema está no tipo de sociedade que os

europeus construíram até agora, que eles consideram evoluído e que não querem ver destruído nem modificado. Essa defesa do modo de ser europeu pode transformar-se em xenofobia e fazer com que as fronteiras se fechem cada vez mais aos fluxos migratórios.

Qual será o futuro de um mundo instável e ameaçado por profundas mudanças? A grande profissão do futuro será a da gestão das incertezas, mas nenhuma universidade oferece formação adequada para enfrentar tal desafio. Talvez possamos fazer apelo à solidariedade e à lucidez que um olhar justo e libertado de preconceitos nos proporcione. Precisamos de criar uma nova cidadania, para enfrentar o desafio deste novo milénio. Tarefa prioritária para a nossa irmandade, a de construir um Mundo Novo.

António de Abreu Freire, 4º

Texto apresentado em Lima, na Reunião da Confederação Iberoamericana de Supremos Conselhos

A person is seen from behind, walking away on a path covered in fallen autumn leaves. The forest is filled with tall trees, and a bright, golden light filters through the canopy, creating a misty and ethereal atmosphere. The overall color palette is warm, dominated by yellows, oranges, and browns.

**Peregrinando...
em busca da iluminação**

Babel

A saga de Noé chegou até nós através dos relatos bíblicos e de outras fontes, menos conhecidas. Segundo os relatos bíblicos, contidos nos capítulos 5,28 a 11,26 do Livro do *Génesis*, Noé foi o único homem que permaneceu justo e temente a Deus, numa época em que a humanidade se deixou levar pela corrupção e pelos descaminhos do pecado. Tendo encontrado graça aos olhos do Senhor, foi o único, juntamente com sua família, a ser salvo por Deus das águas do dilúvio. Com Noé, representando a nova humanidade redimida, Deus celebrou uma Aliança de fidelidade. Passada a catástrofe do dilúvio e da celebração da Aliança, tempos mais tarde, aconteceu um episódio em que Noé foi desrespeitado por um de seus filhos, sendo este amaldiçoado. A saga terminou, já não com Noé mas sim com os seus descendentes, na narrativa da construção da torre de Babel.

Encerram-se aí os relatos bíblicos. Outras tradições, porém, trazem esta saga até ao século XVI, quando, no ano de 1553, teria sido encontrada, na Prússia, uma coluna com caracteres sumérios, onde estaria gravada a história da construção da Torre de Babel e o arrependimento do seu arquitecto. Segundo essa tradição, Faleg, o arquitecto da torre de Babel, arrepen-

dido do seu pecado e perdoado por Deus, teria fugido para longe, levando consigo essa coluna, descoberta, tantos séculos depois, na Prússia.

Segundo a Bíblia, Noé era neto de Enoch, personagem central da lenda do Grau 13. Enoch é considerado um homem bom e justo em tal medida, que não passou pela morte, sendo levado directamente por Deus. O Livro do *Génesis* descreve toda a genealogia de Adão até Noé, assim como apresenta, posteriormente, a genealogia de Noé até Abraão, o homem eleito por Deus para ser o patriarca do Povo Escolhido. Esse elenco genealógico quer demonstrar que existiria uma linha ininterrupta desde Adão até Abraão. Noé ocupa aí um lugar de destaque, pois é apresentado como o novo Adão, com quem Deus começa uma nova humanidade.

O nome dado a Noé faz alusão ao verbo consolar e é apontado como aquele que tem a missão de salvar a humanidade da destruição do dilúvio universal. O texto fala dos filhos de Deus e das filhas dos homens e alude à corrupção dos costumes que toma conta da sociedade. Dentro desse contexto, Noé é apresentado como o homem bom e justo, que encontra graça diante de Deus e que será o instrumento para a salvação da humanidade e de toda a criação.

Deus promete que fará uma aliança com Noé e a sua família, sendo concretizada após o dilúvio, através da oferta de sacrifícios. A

resposta divina, simbolizada no arco-íris, assegura que a humanidade não será mais punida com esse castigo.

Na continuidade da saga de Noé, o relato do Livro Sagrado narra o episódio da embriaguez do patriarca, ocasionada por desconhecer a força do vinho. Um dos seus filhos tem uma atitude desrespeitosa para com a autoridade paterna, sendo por isso amaldiçoado. A partir daí, o interesse do relato concentra-se no filho mais velho, Sem, pois é dele que virá a descendência que levará à constituição do Povo Eleito, a partir da vocação de Abraão.

É interessante notar que na genealogia de Sem, entre os seus descendentes, um surge com o nome Faleg. O relato bíblico não faz qualquer outra alusão, mas considerando que outras fontes contam a história do arquitecto construtor da Torre de Babel, atribuindo-lhe o mesmo nome, fica a pergunta se deve ou não tratar-se do mesmo personagem lendário.

O encerramento da saga de Noé acontece no episódio da construção da Torre de Babel, empreendida pelos seus descendentes. Tomados pelo orgulho, os homens quiseram erguer uma torre que os elevasse até Deus, mas foram confundidos e castigados, passando a falar línguas diversas. Não mais se entendendo, cortaram-se os canais de comunicação entre os homens e o projecto foi condenado ao fracasso.

Relativamente ao episódio da construção da torre, afirma-se que a tradição maçónica apresenta um relato mais minucioso do que o transcrito na Bíblia. Segundo essa tradição a construção da Torre de Babel foi anterior ao dilúvio, sendo um templo dedicado ao Sol, que serviria também como observatório astronómico.

A construção era formada por sete torres sobrepostas, cada uma delas formando um templo, representando a escala progressiva das esferas celestes.

Não podem subsistir dúvidas quanto à existência de torres de semelhante formato na Babilónia - os famosos zigurates - mas querer discutir qual o relato mais correcto é absolutamente inócuo, pois não se trata de narrativas com a preocupação histórica, mas sim com o objectivo de apresentar determinadas lições, através de lendas, que tem a sua



origem em realidades conhecidas ou aceitas pelo saber popular. Importante para nós, como maçons, é assumirmos o conteúdo do simbolismo de que devemos "construir templos à virtude e masmorras ao vício". Erguer um empreendimento de vida que esteja baseado na presunção e não na fraternidade, significará um investimento numa construção destinada ao fracasso, pois estamos falando línguas diversas, abandonando a língua universal do amor fraterno.

O Significado desta Saga

Restrinjo-me a quatro episódios que considero os mais importantes, sem, evidentemente, alimentar qualquer pretensão de esgotar o assunto: o dilúvio, a celebração da aliança, o desrespeito ao pai por parte de um dos filhos de Noé e a Torre de Babel, buscando reflectir, rapidamente, sobre o significado de cada um deles.

O Dilúvio

Há milhares de anos que o ser humano - pelo menos aquele que crê na existência de um Ser Superior - se defronta com uma questão instigante e de difícil resposta: se o Criador é bom, como pode ter criado o mal, junto com o bem?

Diferentes religiões e culturas diversas buscaram alguma resposta para esta indagação. A saga de Noé aborda também este tema, expressando de modo claro a visão que alimenta essa narrativa: Deus criou tudo de maneira justa e perfeita. Foi o homem, pelo pecado, que possibilitou que o mal entrasse no mundo.

Como viver dentro desta realidade?

Como pode o bom conviver com o mau? É possível que o bom resgate o mau?

Na visão que ilumina a presente narrativa, o recado é claro: quando a corrupção dos costumes se torna por demais grande, é necessário um novo começo. Torna-se necessário passar pela purificação da água. É importante observarmos que esta não é uma visão única, pois são muitas as narrativas de povos antigos, que descrevem a existência de um dilúvio. Essa experiência de passagem pela água, com a sobrevivência de poucos escolhidos, parece fazer parte dos grandes arquétipos da humanidade. São relatos que deixam transparecer a consciência universal de que houve momentos na história em que a humanidade esteve ameaçada de extermínio. É interessante observar que a ciência moderna afirma terem existido esses momentos em que a sobrevivência da raça humana correu sérios riscos. Mas o grande significado desta saga está em mostrar-nos que, apesar de todo o sofrimento, a vitória final será do bem, daquele que caminhou diante do Senhor.

A Aliança

Ainda que o relato do dilúvio seja o elemento mais apelativo da saga de Noé, o ponto alto da narrativa está na celebração da Aliança. O grande objectivo dos escritores do texto é mostrar a importância de ser fiel à aliança celebrada entre Deus e Noé. Foi uma aliança celebrada com toda a humanidade, atra-

vés da família de Noé, mas também celebrada com toda a criação. Todas as formas de vida serão respeitadas e o arco íris, sinal visível desta aliança, simboliza, na sua diversidade de cores, a diversidade de pessoas, de animais, de toda criação aceite e assumida nesta aliança.

Respeito filial

Para nós, hoje, na nossa maneira de viver e de pensar, torna-se difícil compreender e aceitar o relato da maldição de Cam pelo simples facto de ter visto a nudez de seu pai. Fica, porém, a busca do significado do profundo respeito filial. Podemos também entender esse texto como uma tentativa de explicar o motivo de já haver novamente homens maus no mundo.

Se todos são descendentes dos filhos de Noé e se todos foram fiéis à Aliança celebrada, como explicar que existam homens maus. Ao autor



interessa apenas a descendência de Sem, da qual nascerá Abraão, o pai do Povo Eleito. A maldição de Cam justifica a existência de Canaã, povo inimigo dos hebreus, rejeitados na Aliança.

A Torre de Babel

O episódio da construção da Torre de Babel é apresentado como uma expressão e manifestação do orgulho, da pretensa autossuficiência do ser humano. A confusão de línguas e o conseqüente fracasso do projecto querem demonstrar que essa autossuficiência humana é inviável. É uma lição que nos é muito familiar. Quantas vezes ouvimos relatos de separações - seja de casais, seja de amigos, seja de sócios - em que se afirma que a continuidade da convivência se tornou impossível, porque os envolvidos não falam mais a mesma língua?

O relato desse episódio reporta-nos à história da expulsão do paraíso: o grande pecado foi a ruptura, ocasionada pela busca



da autossuficiência.

Na lenda da Torre de Babel, repete-se o ensinamento: apenas podemos construir bons projectos, que gerem felicidade, se houver objectivos comuns, baseados na comunhão com Deus, com os irmãos e com todo o universo.

Não deixa de ser significativo que a ciência actual aponte nessa mesma direcção e que a teologia igualmente nos apresente Deus, o homem e o universo como um único ser em comunhão.

Dentro de uma visão global da Bíblia Sagrada, o episódio da fracassada construção da Torre de Babel tem o seu contraponto no relato do Pentecostes vivido pela comunidade dos primeiros discípulos de Jesus, reunidos em Jerusalém.

Segundo o Livro dos *Actos do Apóstolos*, os discípulos estavam reunidos em Jerusalém, para as celebrações da Páscoa. De entre os milhares de judeus que, nessa altura, visitavam a cidade, muitos eram provenientes da diáspora.

Ainda que mantivessem a religião e os costumes judaicos, muitos deles já não falavam nem entendiam a língua hebraica.

Foi então que, iluminados e abraçados pelo fogo sagrado, os discípulos de Jesus se dirigiram à multidão, sendo entendidos por todos, apesar da grande diversidade de línguas.

Encerra-se, assim, simbolicamente, o ciclo iniciado com o episódio de Babel



Alberto Palha, 21º

As Mónadas

“Nem duas nem uma substância, mas uma pluralidade infinita de substâncias: as mónadas”

Leibniz, *Monadologia*

Afirmação controversa.

A controvérsia teve as suas raízes na lei de Descartes sobre a quantidade de movimento, conforme discutido no seu *Principia Philosophiae* datado de 1644.

Descartes acreditava que Deus, a causa geral de todo movimento no universo, preserva a mesma quantidade de movimento e repouso colocados no mundo no momento da criação.

Para o matemático francês, a conservação da quantidade de movimento seria derivada da perfeição de Deus, pois o Criador é, em si, imutável e todas as suas operações são realizadas de maneira perfeitamente constante e imutável. Existiria, portanto, uma quantidade absoluta de movimento que, para o universo, permanece constante.

Na verdade, a partir do século XVIII e por influxo do cartesianismo, verifica-se que os pensadores - teólogos ou metafísicos, poetas ou filósofos - são hostilizados socialmente porque se atrevem a imaginar ou a pensar a ideia de Deus.

Por seu lado, em 1704, nas páginas da *Óptica*, Newton especula sobre a possibilidade de as partículas e os corpos se influenciarem mutuamente à distância graças a uma “virtude” ou “poder”.

Este clássico de Newton é dividido em três partes: a primeira tem como assunto principal o estudo da refração (principalmente em prismas) e a sua relação com as cores;

a segunda trata principalmente do fenómeno das cores que podem ser observadas em corpos transparentes finos e que, actualmente, denominamos fenómenos de interferência da luz; a terceira parte, enfim, apresenta um estudo sucinto sobre fenómenos de difracção da luz.

Nas *Questões do Óptica*, a parte mais especulativa da obra, Newton aproxima-se do corpuscularismo, o que se deve princi-



René Descartes

palmente ao facto de o cientista inglês, depois de tomar contacto com a *Experimentações e considerações a respeito das cores* de Robert Boyle e com a *Fisiologia Epicuro-Gassendo-Charltoniana* de Walter Charleton, ser levado a construir uma teoria corpuscular da luz e uma teoria atómica da matéria. Será justamente no centro das suas concepções corpusculares que Newton presumirá que as partículas são capazes de agir à distância e influenciarem-se mutuamente.

Na questão 31 da *Óptica*, ele afirma:

Não têm as pequenas partículas dos corpos certos poderes, virtudes ou forças por meio dos quais agem à distância, não apenas sobre os raios de luz, reflectindo-os, refractando-os e inflectindo-os, mas também umas sobre as outras, produzindo grande parte dos fenómenos da natureza^{1?}

Diversamente, a ideia basilar do sistema metafísico leibniziano da maturidade é de que há no plano ontológico fundamental

unicamente substâncias simples de natureza espiritual

Essas substâncias simples e imateriais são, segundo ele, as entidades últimas constituintes da realidade, devendo ser, portanto, os corpos, enquanto entidades ontologicamente derivadas e secundárias, de alguma maneira redutíveis a elas e delas dependentes. Os corpos são caracterizados por Leibniz como produtos da agregação de mónadas, o que significa afirmar que eles são constituídos por elas. Essa relação de constituição não deve ser compreendida, contudo, como sendo uma relação de composição. As substâncias indivisíveis não são partes das quais o corpo seja composto, mas um requisito interno e essencial para a existência deles, pois não se pode conceber a existência do múltiplo sem a existência da unidade ².

Na sua obra “Monadologia”, publicada em 1720, Leibniz trabalhou o conceito de mó-



Isaac Newton.

nada, que vem sendo hoje crescentemente estudado pela filosofia espiritualista.

Obviamente que ele não comprovou cientificamente a existência da alma segundo a forma como assevera que a mónada é a substância simples que entra nos compostos, pois tudo o que é composto precisa ter partes e, então, haverá uma parte elementar, mais simples. Hoje a física ainda busca a partícula elementar, não a tendo encontrado.

Assim embora as mónadas fossem os “*verdadeiros Átomos da Natureza*”, não seriam todos iguais, pois nada é completamente igual.

Para Leibniz, as mónadas também evoluem como todo o ser criado, o que pressupõe a existência de uma causa primeira “inteligente”, perfeita e absoluta que as faça evoluir.

As almas seriam substâncias com percepções mais distintas do que as mónadas e dotadas de memória. Para Leibniz todos os seres têm alma, ideia hoje defendida pela filosofia espiritualista mais avançada, porém as almas huma-



Gottfried Wilhelm Leibniz.

nas distinguir-se-iam pela maior capacidade de se conhecerem a si mesmas e a Deus.

Naturalmente, embora as coisas compostas possam ser criadas ou destruídas natural ou artificialmente, as mónadas, pela sua simplicidade, não o podem. Da mesma forma, não podem ser afectadas pela acção de outra coisa, já que, ser afectado implica, em alguma medida, ter as suas partes modificadas ou alteradas.

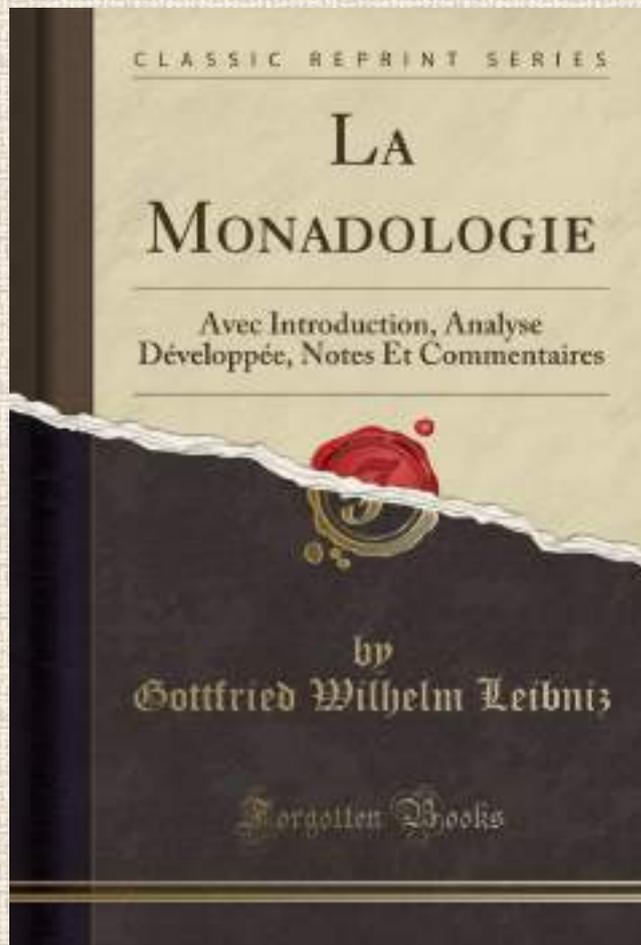
Numa frase que ficou famosa, Leibniz afirma que as mónadas “*não têm janelas pelas quais alguma coisa pode entrar ou sair*”. Assim, elas não interagem de forma alguma com outras mónadas. Cada mónada é como um mundo fechado em si mesmo, ideia um pouco estranha, pois facilmente nos apercebemos de que as coisas na natureza interagem, agem e reagem.

Outra das ideias é a de que as mónadas já contêm em si todo o seu desenvolvimento, todas as suas variações. As mudanças que ocorrem nas mónadas e nas suas combinações não respondem a nada externo, mas a

um princípio interno a cada uma delas. Cada mónada é como um sujeito que tem em si todos os seus predicados – passados, presentes e futuros. É isso, aliás, que individualiza radicalmente cada uma das inúmeras substâncias individuais: não

há duas mónadas absolutamente idênticas.

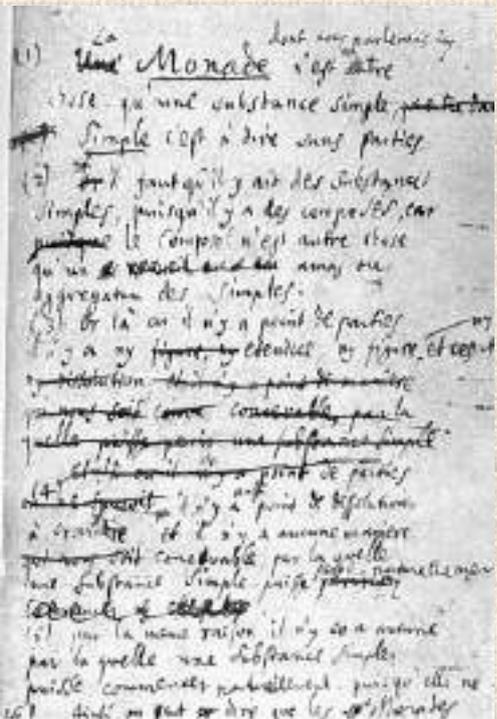
Outro vector do pensamento leibniziano é o da harmonia pré-estabelecida. Embora



cada mónada contenha em si mesma todas as suas variações, passadas, presentes e futuras, elas não formam simplesmente um aglomerado caótico: elas variam de forma harmónica, de acordo com uma lei ou harmonia pré-estabelecida por Deus no momento da criação. Embora nenhuma mónada exerça acção sobre outra, elas funcionam em perfeita sincronia, graças a essa harmonia pré-estabelecida por Deus.

Por outro lado, as mónadas como unidades fechadas acarretam a conclusão de que devem conter em si mesmas todas as suas variações sucessivas, o que equivale a dizer que cada mónada é como algo absoluto e radicalmente individual. Não há duas mónadas iguais no universo: a ideia de substância individual é, pois, levada ao extremo. Essa ideia está relacionada com dois princípios fundamentais para a metafísica leibniziana: o princípio da identidade e o da razão suficiente.

O princípio da identidade diz-nos que se



uma coisa tem todas as suas propriedades em comum com outra, então as duas são uma e a mesma coisa. Ou, inversamente, se duas coisas não são idênticas, então deve haver alguma diferença entre elas. Enunciado assim, esse princípio é meramente formal, mas tem um alcance importante em conexão com o outro princípio, o princípio da razão suficiente, o princípio fundamental da filosofia de Leibniz.

O princípio da razão suficiente afirma que nada existe sem que haja uma razão suficiente para que seja como é.

Assumindo que existe uma ordem harmónica pré-estabelecida por Deus, em que cada coisa tem um lugar determinado, caso houvesse duas coisas absolutamente idênticas, Deus não teria razão suficiente para colocar uma num lugar e a outra noutro lugar, o que contrariaria o princípio da razão suficiente. Assim, duas mónadas idênticas seriam, de facto, uma e a mesma mónada, ocupando exactamente o mesmo ponto na ordem do mundo.

A cada substância individual ou mónada

corresponde uma “noção completa” a qual corresponderia à concepção, na mente divina, da mónada. Quando decide criar uma determinada substância individual, Deus tem, na sua mente, do início ao fim, todas as características que a descrevem inteiramente e a distinguem de todas as demais.

De um modo geral, esse princípio aproxima-se da crença popular que afirma que tudo tem um propósito e que Deus tem sempre uma razão para fazer as coisas de certa forma, ainda que muitas vezes seja incompreensível para nós. A mónada (e a realidade como um todo), segundo o filósofo, seguiria o princípio da razão suficiente.

Portanto, para Leibniz, tudo está determinado. Do início ao fim; existe uma “noção completa do início ao fim” que compõe toda a estrutura da realidade.

A redacção deste balaústre já estaria incluída no projecto de Deus desde o momento em que criou as mónadas e a ordem harmónica do universo. Não só as



variantes de acções e escolhas individuais e as suas consequências, mas também todas as possibilidades da realidade e os seus desdobramentos desde o início da existência até hoje e no futuro.

vista que reflecte toda a verdade num dos seus aspectos, tão real como os outros, e que só a mónada das mónadas tem o ponto de vista absoluto, só Deus é autenticamente sábio, diferindo os seres uns dos



Isso gera, naturalmente, interrogações acerca do determinismo e da liberdade, pois pressupõe que todas as nossas decisões e escolhas tenham sido individualmente planeadas desde sempre. Para Leibniz, tais problemas e discussões espelham a diferença entre a mente infinita de Deus — capaz de criar uma noção completa de cada substância individual — e a mente humana e finita, incapaz de conceber o sentido completo da existência.

Aristóteles pensava que a razão não deve proceder sem a experiência da alma e a origem da tragédia radica em suscitar o terror e a piedade, lavando à purificação desses sentimentos, por isso que a actividade do intelecto era uma espécie de visão dos inteligíveis, análoga à dos sensíveis.

Segundo Leibniz, o homem conhece com todo o seu ser, não existindo pensamento sem imagens, senão em Deus.

É por isso que o platónico Leibniz afirma que cada ser, cada mónada, é um ponto de

outros *sub specie interiotatis* e sendo cada um deles todo o mundo a sós.

Com base neste princípio é possível idealizar mundos maiores ou mundos menores, uns dentro de outros, procurando Leibniz encontrar, através do cálculo infinitesimal, a fórmula matemática de todas as ordens possíveis de quantidade, a balança sefirótica do equilíbrio universal, o próprio pensamento geométrico de Deus.

Já na concepção do “homem como medida de todas as coisas”, a quantidade caracteriza-se pela evanescência e, caso pretenda conferir-lhe alguma substantividade, terá de referi-la ao quadrado, ao triângulo, ao losango, às formas geométricas que de novo restabeleçam a noção de qualidade.

José Correia, 32º

Viver, morrer, para renascer

Dizia Picasso, esse Mestre da pintura universal, “*Cansei-me de ser moderno. Quero ser eterno*”.

A vida, a morte, a eternidade. Estádios que nos acompanham, para uns parcialmente, porque não crentes, para outros totalmente, porque acreditam na imortalidade, na eternidade de um ser, numa fase superior da sua existência, ainda que desacompanhada da substância.

São, pois, matérias que merecem justificada reflexão.

Na perspectiva profana, física, todos temos uma certeza. Há viver, há morrer. E quanto ao mais?

Viver e morrer, uma verdade lapalissiana. E o renascer? E a imortalidade? É uma verdade? Uma crença? Bom, será sem dúvida um conceito filosófico/religioso, assente em crenças, em dogmas.

E para os maçons será o renascer, a imortalidade é um fim, não em si mesmo, mas como uma caminhada visando a melhoria comportamental do Homem.

Como diria Shakespeare em Hamlet, “*Alexandre morreu. Alexandre foi sepultado – Alexandre voltou ao pó. O pó é terra e com a terra se faz argila*”

E a questão é: a morte traduz um início de um novo ciclo de vida? Ou, pelo contrário, será somente o fim do ciclo da vida?

Ou, será afinal, a morte um evento que se consubstancia numa possibilidade existencial?

Platão, em Fedor, defende que a alma, por participar na ideia de vida, não pode deixar

de viver ” *como o nº 3, que implica a ideia de impar, não pode deixar de ser ímpar*” (Fedor, 104-07).

Se, como Platão, entendermos que a morte mais não é do que a “*separação entre a alma e o corpo*”, então acreditemos na imortalidade, porque esta resulta do início de um novo ciclo de vida. Não da vida em substância, mas da vida em alma.

Mas sendo a alma, a imaterialidade do SER, então, parece ser possível afirmar que a morte é um bem. Porquê? Porque nos libertamos da lei da vida, podendo buscar um estado supremo, visando uma vida diferente, distinta da anterior e melhor, porque alheia aos vícios e defeitos do Homem no seu dia a dia existencial.

E se entendemos que a morte é o fim de um ciclo, sem futuro, pela “*impossibilidade de adequar-se ao universal*”, como defende Hegel ¹?

Ou será que a Morte é uma possibilidade prevista na Vida Humana?. Melhor, de qualquer ser vivo, senciente ou não?

Neste caso, sendo um acontecimento certo, mas temporalmente imprevisível, entendem os seus defensores que a morte constitui uma “*limitação da existência*” como defende o filósofo alemão Wilhem Dilthey. Não porque seja o termo da vida, mas sim porque é uma condição que a acompanha permanentemente.

Esta tese, de virtuosa nada tem. Na verdade, considerar a Morte apenas como a anulação da existência, com o seu fim abrupto, não deixa lugar a um projecto de vida , à nossa melhoria, em termos morais

éticos. Esta tese seria cara aos hedonistas. Mas não a crentes.

Não necessariamente crentes num Deus superior. Mas sim crentes numa vida de exemplo, de virtude, de respeito, de ajuda aos outros que conosco convivem.

Há que acreditar que a Morte é a antecâmara de uma diferente existência, ainda que imaterial. Acreditar nisso é lutar para melhorarmos os nossos comportamentos perante os outros, perante a comunidade e sem que essas melhorias se consubstanciem numa visão meramente mercantilista, procurando “comprar” o Céu, pelos actos praticados em vida.

E a morte é, aliás, o elemento, a consciência de que somos todos iguais. E a igualdade é também um principio muito caro aos maçons. O estatuto, as riquezas, as honrarias, cessam com a morte. Mas ficarão para a eternidade os nossos actos, o nosso exemplo, o nosso bom nome.

E entendo, assim, que esta tese é a que se ajusta, confere vida ao projecto maçónico, quando o aprendiz “morre” para a vida profana, renascendo para a vida maçónica, cumprindo os *landmarks* da nossa Augusta Ordem e adquirindo conhecimentos que até “morrer” lhe estavam vedados, por forma a prosseguir uma contínua evolução, que terá que ser positiva, que o melhorará pela entrega e respeito aos outros, pela defesa da liberdade, igualdade e fraternidade. E que se reflectirá na sua vida profana. Um maçom deve, tem de ser um exemplo na sociedade, sem que tenha de ser reconhecido na comunidade como tal.

Do ritual fúnebre maçónico da Califórnia retirei as seguintes palavras *“o nosso irmão chegou ao fim das suas labutas terrenas, o fio quebradiço que o prendia à terra foi rompido e o espírito liberto voou para o mundo desconhecido. O cordão de prata está solto... o espírito voltou para Deus,*

que o deus”.

É este acreditar na “vida”, para além da morte, que nos conduz à imortalidade.

Mas que imortalidade?

A imortalidade da alma individual, enquanto alma humana no seu todo, como defendem, entre outros, Platão e Cícero?

Ou a imortalidade apenas de parte da alma, como defende Aristóteles, para quem o “intelecto activo” é separável do “intelecto passivo”, sendo este o guardador das determinações particulares do ser?

Mas a alma libertada da substância, por via da Morte, dada a sua imaterialidade, não pode morrer por decomposição, nem por extinção.

Aliás, Kant reconhece que a alma, não tendo quantidade extensiva, deveria ter quantidade intensiva, num determinado grau².

A não ser assim, ou seja, libertada da substância, do corpo, a alma não ganharia dimensão própria. E entendo que a tem, porque se Deus criou o Homem, criou-o numa dimensão física, mas também espiritual, pelo que extinta aquela, libertado o Homem pela lei da vida, deverá a dimensão espiritual manter-se “viva”, para O respeitar e amar.

Honrar, respeitar o GADU, como defendemos em todo o nosso ritual cerimonial, só será justificado, porque a dimensão espiritual existe e se renova permanentemente.

Aliás, Kant é adepto deste conceito da identificação da alma com o Criador, quando refere que “a imortalidade da alma e a existência de Deus são condições para a realização do bem supremo, que é a união de virtude e felicidade”³.

Embora, actualmente, o debate sobre imortalidade seja quase nulo, por ser entendido que não se justifica estender análises filosóficas para além da existência física.

Ou seja, acredita-se no que se vê, seja por via da observação humana directa, seja por via da ciência!

Ora, esta visão de um mundo que cessa, quando o Homem se transforma em pó, em argila, acreditando que essa argila apenas será o berço de uma nova realidade física,

seja, para se reconstruir a si próprio, noutra dimensão, noutra projecto.

Talvez por isso, quem sabe, Francesco Alberoni afirmava que *“a vida humana não tem só um nascimento, só uma infância. É feita de vários renascimentos, de várias infâncias”*.

E concluo, citando Raul Aguirre *“a minha vida está aqui, onde tu estás. A minha vida é esta e não há outra vida”*.



parece-me limitativa para os crentes. A ser assim, muitos milhões de pessoas estão equivocadas, pois continuam a acreditar na imortalidade da alma, para além da morte.

Ora, a abordagem a esta temática, que reconheço não ser pacífica, tem o seu paralelismo simbólico com a caminhada que todos nós, como maçons, fazemos.

Pela “morte” para o mundo profano, ascende-se a uma nova “vida” que se desenvolve em distintas etapas, onde cada obreiro procurará recolher os tijolos- leia-se, o conhecimento – para edificar o seu templo, ou

Esta é, pois, a minha vida maçónica que relevo, que me ocupa, me preenche, me melhora, num caminho sem fim...

Notas:

- 1 — Enciclopédia. § 375;
- 2 — Kant, Crítica da Razão Pura;
- 3 — Kant, Postulados da Razão Prática

Bibliografia:

- A Filosofia no século XX (Fritz Heineman)
- Dicionário de Filosofia (Nicola Abbagnano)
- Dicionário de Filosofia (José Ferrater Mora)

Jorge Pracana, 21º

O Silêncio e...

Quando estais silencioso, sois aquilo que Deus era antes que a natureza e a criatura aparecesse, aquilo de que ele vos criou como criatura. Deus é o silêncio absoluto, o vácuo supremo.

Jacob Boehme

O silêncio é um fenómeno extenso, multi-



dimensional e está amplamente implicado nos domínios mais significativos da actividade humana, tais como as artes, a ciência, a religião, a linguística, a política entre muitos outros (Pérez, 2021).

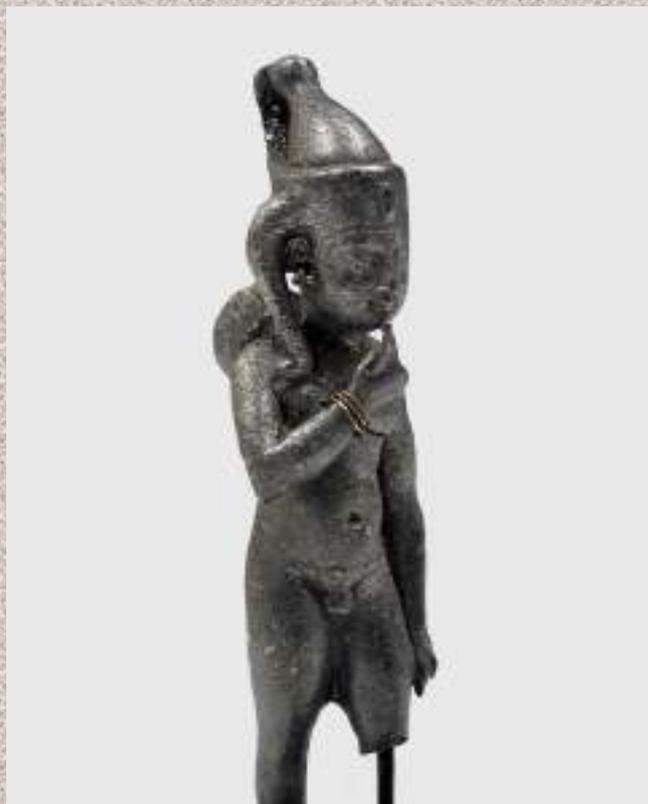
Segundo Orlandi (2007), “Quando o homem, na sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para o reter (...) A linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No silêncio, pelo contrário, sentido e sujeito movem-se largamente.”

Para Burke (2019, p. 105), “O ruído excessivo é por si só suficiente para dominar a alma, para suspender a sua acção e para enchê-la de terror.” Com efeito, é em silêncio que criamos, reflectimos, definimos

estratégias e tomamos todas as decisões importantes da nossa vida. Desta maneira, podemos atribuir ao silêncio a qualidade de criador de caminhos, de movimento e de sentido.

Enquanto instrumento de ascese, o silêncio foi usado pela larga maioria das tradições religiosas da antiguidade, assim como pelas religiões que lhes sucederam. Também as ordens iniciáticas nascidas no decurso do período iluminista de que a nossa Augusta Ordem é exemplo, adoptaram a prática do silêncio como princípio estruturante da sua doutrina, impondo-o, amiúde, nos seus graus preliminares.

Comumente associada à ideia de silêncio de pendor religioso ou espiritual, está a figura de Harpócrates. Deus do silêncio, helenização do Hórus Egípcio, Harpócrates assumia a imagem infantil de Hórus e era habitualmente representado como uma criança nua, com o indicador direito



sobre a boca, gesto este que os gregos defendiam tratar-se de uma referência ao sinal de silêncio. (Museu Calouste Gulbenkian, 2021).

Daqui podemos inferir que o uso da prática do silêncio na maçonaria, assim como de algumas disposições e gestos rituais a ele associados não são, de todo, arbitrários nem inocentes.

Em maçonaria, do ponto de vista iniciático e ritual, o silêncio constitui-se como prática fundamental da vivência ritual e materializa-se posteriormente na redacção de pranchas, traçados e colunas gravadas, sendo estes, instrumentos privilegiados da ascese individual.

Por outro lado, do ponto de vista moral, o silêncio a respeito dos segredos e mistérios da Ordem, assim como da identidade dos Ilr.:, impõe-se, por juramento, como obrigação desde o momento em que o neófito é recebido como Aprendiz Maçom e a quebra deste constitui-se como uma das mais graves faltas que o maçom pode cometer.

Para terminar esta primeira parte, gostaria ainda de partilhar com os meus Ilr.:, que, no decurso da minha investigação sobre o tema, deparei-me com uma obra do cardeal Robert Sarah, obra esta que ainda não tive oportunidade de ler, mas cujo título me interpelou e despertou curiosidade: *A Força do Silêncio Contra a Ditadura do Ruído* (Sarah, 2016). Com efeito, e embora tratando-se de uma obra teológica, não me ocorreria melhor título para aquilo que tem sido a prática e actuação da nossa Ordem ao longo destes mais de trezen-

tos anos de actividade.

2. A Fidelidade

Who is the third who walks always beside you? When I count, there are only you and I together But when I look ahead up the white road There is always another one walking beside you Gliding wrapt in a brown mantle, hooded I do not know whether a man or a woman -But who is that on the other side of you?

T.S.Eliot; The Waste Land



O sacerdote Sarastro oferece a liberdade, a verdade e uma comunidade de seres morais. Mas é também aquele que *exclui*, já que oferece bens universais à custa de uma série de provações e mistérios que, mais uma vez, nos remetem para a consolação e para a escuridão cerrada da tribo. O casamento de Paminó e Tamina não é um contrato, mas sim um voto, o cerne de um rito elaborado, que purga o indivíduo do que nele há de voluntarioso, e o submete a uma ordem moral à qual a razão não pode aceder. (Scruton, 2020, pp. 71-72).

A ordem moral de que nos fala Scruton (2020), é a maçonaria enquanto entidade imaterial. Com efeito, a fidelidade é a base da confiança, e esta é a condição fundamental das relações afetivas saudáveis. E é disso que se trata: da pertença a uma

comunidade afectiva e de ordem moral, onde a prática colectiva de ritos e liturgias é sinónimo de partilha da mais profunda intimidade. Ora, nada disto pode acontecer sem a estrita observância do silêncio e da fidelidade.

Desde o primeiro momento, a Ordem deixa claro que esta filiação, este pedido de fidelidade como condição de pertença, nada tem que ver com fidelidades mundanas. O Ritual de Iniciação do R.:E.:A.:A.:., é, a este respeito, categórico: “Em quem depositas a tua confiança?”, pergunta o V.:M.: , ao que o neófito responde: “Em Deus.”

Portanto, e como afirma Sruton (2020), trata-se de fidelidade a uma ordem moral e, por conseguinte, a um conjunto de valores, de ritos e de símbolos, e nada mais que isso.

3. A Obediência

O conflito inerente à submissão à autoridade é antigo; tão antigo quanto a história bíblica de Abraão, a quem Deus ordenou que sacrificasse o seu filho para provar a sua fé. E a questão de saber se devemos obedecer às ordens que colidem com a nossa consciência foi debatida por Platão, dramatizada na *Antígona* de Sófocles e analisada filosoficamente em quase todas as épocas da história. Filósofos conservadores argumentam que a desobediência ameaça o próprio tecido da sociedade, enquanto os humanistas enfatizam a primazia da consciência individual. (Milgram, 2005, p.1)

No estudo que acabei de citar, levado a cabo na Universidade de Yale pelo psicólogo norte-americano Stanley Milgram, é mostrado que, em contexto de acatamen-

to da autoridade, pessoas clinicamente normais podem realizar actos eticamente reprováveis causando dano e sofrimento a outros confirmando, assim, a hipótese da escola de Frankfurt de que existe em todos nós uma dimensão autoritária da personalidade, que na generalidade das pessoas gera uma obediência cega e incondicional à autoridade. (Milgram, 2005).

Recentrando a reflexão no que nos interessa, permitam-me perguntar: quando em maçonaria falamos de obediência,



estamos exactamente a falar de quê? Obediência a quem? A quê? Em que moldes e com que enquadramento?

As célebres Constituições de Anderson, para muitos texto fundador da franco-maçonaria, estabelecem como condição à iniciação, que o candidato seja *Livre e de Bons Costumes*. Neste ponto, o paradoxo é evidente: como pode um homem adulto, livre e esclarecido, prestar obediência a alguém ou alguma coisa que não seja a sua própria consciência? Alguns Ilr.: objectarão dizendo que juramos livre e reiteradamente obediência à maçonaria. E eu pergunto: é razoável prestar obediência a alguma coisa cuja definição, além de estar longe de ser consensual, é

obscura e inconclusiva?

Neste ponto adentramos, a meu ver, num dos maiores problemas da maçonaria – o problema da definição. Por isso, permitam-me, meus Irmãos, uma breve consideração.

A maçonaria não é uma instituição, como é muito comum ouvirmos; também o não são os maçons, nem as lojas, tão pouco as Obediências. O mundo anglo-saxónico define-a como “um peculiar sistema de moralidade, velado por alegorias e ilustrado por símbolos.” Ainda que esta seja a melhor e mais esclarecida definição que conheço, é, do meu ponto de vista, manifestamente insuficiente. Arrisco aqui a minha definição: a maçonaria é uma entidade metafísica, e portanto abstracta; um conjunto de ritos, símbolos e liturgias que se materializam num conjunto de doutrinas, o mais das vezes, contraditórias entre si.

Assim sendo, a resposta é exactamente a mesma que dei em relação à fidelidade, isto é, depois de livremente ter aderido à Ordem, o maçom, mais do que tudo, deve obediência a uma ordem moral; a um conjunto de valores, de ritos e de símbolos, e por conseguinte, à sua própria consciência de homem livre e probo que honra todos os compromissos que livremente contrai.

CONCLUSÃO

A redacção deste trabalho deu-me a oportunidade de reflectir sobre questões que considero da máxima pertinência, quer no âmbito maçónico, quer no âmbito profano. Deu-me a oportunidade de exercitar aquilo que considero ser o maior instrumento de ascese maçónica à disposição do maçom, a redacção de pranchas e balaús-

tres.

É pela reflexão individual, tornada posteriormente em reflexão comunitária, que o maçom e a loja progridem no caminho do aperfeiçoamento individual e colectivo em direcção àquilo que em maçonaria designamos por *Luz*.

Desta maneira, quero agradecer a esta oficina, assim como ao S.:C.: a oportunidade de, uma vez mais, mergulhar na temática maçónica e com isso, mergulhar dentro de mim mesmo.

Ubi Libertas Ibi Patria.

Rui Filipe Freitas, 14º



Tolerar o Intolerável

Questionava-me há dias sobre o significado da metáfora da pedra bruta, e do que representa trabalhar em cima das minhas imperfeições. Há uma certa ilusão, metafórica, na ideia de que, tal como observamos nas nossas Lojas Azuis, somos uma pedra bruta transformável numa pedra perfeita. Melhor seria ter uma pedra bruta e grosseira e outra menos imperfeita, mas ainda assim sem aquele aspecto liso e perfeito. É que na verdade pela complexidade do nosso ser existe tanto a aperfeiçoar que muito ficará sempre por fazer, tão curta é esta experiência a que chamamos de vida.

Outra questão que eu me colocava era sobre a influência do meio ambiente no meu desenvolvimento pessoal; isto é o quanto eu me consigo desenvolver e aperfeiçoar independentemente do que acontece à minha volta. Posso eu mar, se não vivo com Amor na minha vida? Posso eu ser generoso se não vivo num ambiente de generosidade? Posso eu ser Fraternal se não vejo Fraternidade ao meu lado? Posso eu ser Justo, se não vejo Justiça em meu redor?

Lembrei-me, uma vez mais, do meu Velhote que costumava citar Ortega & Gasset quando dizia, “Eu sou eu e a minha circunstância, e se não a salvo a ela, não me salvo a mim mesmo”.

Hoje entendo melhor a dimensão filosófi-

ca desta expressão, “eu” sou distinto da realidade à minha volta, mas sou inseparável dela, estou subordinado a salvar-me, ajudando também a salvar “a minha circunstância”, por meio de valores, por meio de acções, por meio de não omissões.

A Maçonaria convida a isso mesmo, a maçonaria convida-nos a tornarmo-nos pessoas melhores para ajudar a criar um mundo melhor, uma circunstância melhor, e essa pode ser, segunda Ortega & Gasset a salvação.

Uma das circunstâncias que o ser humano clama com veemência é aquela em que o que é devido acontece, em que o certo se sobrepõe ao errado, em que o Justo prevalece sobre aquilo que é Não Justo. Sabemos que as leis universais não têm favoritos, e quando a desdita bate à porta é um problema, mas quanto a isso nada há a fazer. Um acidente, uma doença, um imprevisto são circunstâncias que não conseguimos impedir, e quando batem à porta aceitar e superar pode ser a solução.

Mas quando a Injustiça, não é obra do acaso, do destino, do fado de cada um, mas de um Homem, de um conjunto de Homens, como fazer, como reagir?

Se outro homem me faz mal, se outro homem é injusto comigo, devo ser tolerante, compreensivo e perdoar, sentimentos muito dignos de um bom Maçon? Ou devo ser não tolerante, incompreensivo e castigar? Isto fará de mim, um mau Maçon?

O estudo da lenda do Grau “O Cavaleiro

Eleito dos Quinze” ajuda-me na reflexão, uma vez que dá continuidade ao ensinamento desenvolvido no grau anterior, que trata da administração da Justiça.

Segundo a lenda, depois da morte do primeiro assassino de Hiram Abif, Salomão foi informado por um estrangeiro, Ben Gaber, do paradeiro dos dois outros assassinos, pelo que convocou quinze Mestres, entre os quais os nove anteriormente eleitos, e enviou-os, sob o comando de Zerbal, efectuar a prisão dos criminosos, que foram depois sentenciados e executados.

Aliás a cerimónia de iniciação neste grau é uma representação dessa acção, onde no-

“Que sucedeu depois?” pergunta o M.:P.:M.:. “Porventura fizestes justiça com as próprias mãos? Pelas evidências que apresentais, trazendo os instrumentos usados pelos criminosos na prática do crime, sou levado a crer que sim”.

A resposta de Zerbal não confirma a suspeita de Salomão; “Não, a vossa suspeita não é verdadeira. Trouxemo-los e colocámo-los no cárcere, em celas separadas, de onde saíram para enfrentar os juizes no Tribunal. Tiveram um julgamento justo e foram considerados culpados, sendo então executada a sentença proferida contra eles.”

A moral inscrita nesta alegoria é clara, Justiça sim, Vingança nunca.

Isso porque a Justiça é a recompensa, é o pagamento em troca de um determinado comportamento, seja ele mau ou bom. Se a determinado comportamento, extremamente ofensivo e impossível de ser recomposto, se dá a morte, essa é a justiça que aquela sociedade definiu para este caso, o caso dos dois assassinos de Hiram Abif.

E esta é diferença que vemos entre a Justiça, como forma de recomposição do equilíbrio da ordem violada, e a vingança. A vingança ditada pelo ódio, constitui um exercício aplicado sem critério ou ponderação e sem qualquer sentido moralizador. E então, a vingança, como forma de recompensa pelo mal feito, acaba por se equiparar ao próprio crime que visa punir.

vamente se destaca que a sentença proferida e a execução realizada não tiveram carácter de vingança, mas aconteceram como realização da Justiça. Lembrem-se do diálogo mantido entre o M.:P.:M.: e Zerbal:

De alguma forma, esta lenda lembra-nos que não se lesa levemente a ordem social, nem se atenta contra a pessoa, sem que daí advenha o devido castigo. Cedo ou tarde, há sempre uma punição, porque praticar justiça não é somente saber distinguir o bem do mal, mas também ter a coragem de aplicar as medidas necessárias para separar um do outro.

Qual é, então, o limite para aplicar estas medidas e quem as define?

Naturalmente, entendemos a lenda de Hiram Abif no contexto histórico em que a abordamos. Hoje seria incompreensível a aplicação deste tipo de Justiça, de alguma forma comparável à Lei de Talião. Mata-ram, foram mortos.

Dizia eu que, hoje, seria polémico sugerir um tipo de justiça “salomónica” para usar um termo que nos é caro. Mas hoje, no mundo profano, na minha opinião, vivemos tempos em que nos pedem para aceitar a não aplicação da Justiça de acordo com as regras existentes, aquelas que, afinal, nos servem para distinguir o bem do mal. Há, porventura, quem identifique esta ideia com a noção de tolerância.

Eu entendo-a como o conceito que dá nome a este balaústre: *Tolerar o intolerável*.

Proposta que eu sinto que a sociedade nos faz cada vez mais. A de aceitar o inaceitável, compreender o incompreensível, esquecer o inesquecível, tolerar o intolerável. Não aplicar a Justiça, na injustiça.

Pior educamos hoje os nossos filhos, os nossos netos a saber distinguir a Justiça da Injustiça, mas a tolerar um mundo onde não se aplica a Justiça

A aplicação da Justiça, não da Vingança, tem em vista a manutenção do equilíbrio. A estatueta da Justiça que está no escritório que era do meu Pai, desde 1977, contém a divisa *Dura Lex Sed Lex*, a lei é dura mas é lei. E a igualdade dos pratos da balança diz-nos que é na aplicação correcta da Justiça que se encontra a proporção harmoniosa das partes, a igualdade das forças, o efeito que contrabalança, o equilíbrio.

Hoje observo um mundo desequilibrado, uma guerra que se arrasta, sociedades que se insurgem, fomes que não são saciadas, doenças que não são tratadas, direitos que não são respeitados, justiças que não são aplicadas. E quando assim é, cuidado, a Vingança arrisca-se a ser um recurso daqueles que clamando por Justiça não a vêm chegar até eles.

Por isso, termino voltando a Ortega & Gasset: “se para me salvar tiver de salvar as minhas circunstâncias e se, para isso, tiver de ajudar à boa aplicação da Justiça, como forma de equilíbrio, não de Vingança, então vou fazer-me ouvir, vou levantar a minha voz, vou dizer que Não Tolero o Intolerável.

Posso não mudar o mundo, posso não aplicar a Justiça, mas farei com que os culpados se sintam desconfortáveis.

Carlos Ungaro, 9º

É LADRÃO, O HOMEM, POR ROUBAR UMA FATIA DE PÃO PARA OS SEUS FILHOS ESFOMEADOS?

Ter sempre na memória o mártir Jacques de Molay, Grão-Mestre dos Templários e combater, sempre e em toda a parte, os seus três assassinos: A ignorância, o Fanatismo e a Tirania.

Fernando Pessoa

A questão que nos é colocada no título deste balaústre permite-nos afirmar que estamos perante o que se chama um dilema moral.

Um dilema é um argumento formado por duas proposições contrárias e disjuntivas: ao conceder ou negar qualquer uma destas duas proposições, fica demonstrado aquilo que se pretendia provar. Por outras palavras, um dilema é um problema para o qual coexistem duas soluções, não sendo nenhuma das duas completamente aceitável ou, caso contrário, em que as duas sejam igualmente aceitáveis, mas não realizar uma, implica a não realização da outra.

Aquilo que faz um dilema é colocar um indivíduo numa situação de dúvida, debatendo-se entre duas alternativas de natureza profissional, moral, ética, etc. em que uma será uma opção “correcta” (aquilo que é suposto fazer) e outra uma opção “sentimental” (aquilo que sente que quer fazer). Há ainda quem considere dilemática a situação em que alguém deve escolher entre duas opções, mas não é capaz de as cumprir ou quando possui a obrigação ou exigência moral para que realize as duas ações, não sendo, contudo, capaz de as realizar.

A palavra dilema tem origem no termo grego *di*, que significa dois, e na palavra *lema*, que significa uma proposição fundamental e correcta. É importante distinguir tais dilemas das questões do tipo ‘certo versus errado’, que produzem o que podemos chamar de ‘tentações morais’, que requerem não um discernimento sobre como proceder, mas implicam ‘coragem moral’.

Na filosofia, a corrente de interpretação de dilemas morais chamada racionalista rejeita a existência dos dilemas morais genuínos, ou seja, aqueles que colocam em conflito dois princípios morais de um mesmo sistema. Outra corrente aceita a sua existência e afirma que eles não só existem, mas a opção por qualquer uma das alternativas implica um dano moral para a pessoa. Por isso, a pessoa sentiria, de qualquer modo, arrependimento, remorso ou culpa após optar por qualquer uma das alternativas de acção. Outros autores apresentam três formas para distinguir os dilemas.

A primeira é entre conflitos epistémicos e conflitos ontológicos, sendo que no primeiro, a pessoa tem um conflito entre dois ou mais preceitos morais e não sabe qual dos princípios tem precedência na situação. No caso ontológico, o princípio não pode ser substituído. A pessoa não sabe qual é o princípio mais forte, nem o princípio em si. Dessa forma, dilemas morais genuínos são do tipo ontológico.

A segunda distinção refere-se ao dilema do tipo auto-imposto ou do dilema imposto por algo externo. No auto-imposto uma forma de injustiça é provocada pelo próprio agente, como, por exemplo, ao fazer promessas conflitantes; enquanto o imposto por outrem se caracteriza pelo caso muito conhecido e designado por “escolha

obrigações morais e o segundo envolve duas acções exequíveis, mas proibidas. Outros autores apresentam ainda quatro modelos ou padrões de classificação dos dilemas do tipo certo *versus* certo, que são em geral designados de paradigmas, nomeadamente: justiça *versus* compaixão; curto prazo *versus* longo prazo; indivíduo



de Sofia”.

Certamente, todos recordamos que, nos anos 80, Alan J. Pakula produziu o filme, *A escolha de Sofia* que narra a história de uma mulher e mãe, interpretada por Meryl Streep, cuja ação decorre num campo de concentração nazi, onde tem de optar pela vida de um dos seus filhos. Sofia optou pelo filho, por acreditar que possivelmente sobreviveria aos castigos infligidos pelos nazis, conduzindo a filha à morte.

Uma terceira possibilidade é distingui-los entre dilemas de obrigação e de proibição. O primeiro corresponde a uma acção obrigatória, ou seja, um dilema entre duas

versus comunidade e verdade *versus* lealdade.

O conceito por trás do paradigma justiça *versus* compaixão considera que a justiça, a equidade e a aplicação igualitária da lei muitas vezes conflituam com a compaixão, a empatia e o amor. As situações presentes nesse paradigma têm forte influência sobre nós e podem criar dilemas intensos e, às vezes, dolorosos.

O paradigma curto prazo *versus* longo prazo reflecte as dificuldades que surgem quando necessidades ou desejos imediatos vão de encontro a objectivos ou perspectivas futuras. Do mesmo modo, esse

paradigma mostra-nos que os dilemas têm actores que pesam riscos *versus* benefícios, os quais são avaliados por meio de um factor crucial: o conhecimento.

O paradigma Indivíduo *versus* comunidade pode ser reformulado como o paradigma do eu *versus* outros, ou nós *versus* eles e o propósito de analisar os dilemas por intermédio dessa dualidade não é resolvê-los, mas entender os valores centrais e fundamentais que estão em conflito, a tensão entre o indivíduo e a comunidade.

Por fim, o paradigma verdade *versus* lealdade pode ser visto como honestidade ou integridade *versus* compromisso, responsabilidade ou cumprimento de promessas. Na verdade, o efeito de dizer a verdade é promover a confiança. No entanto, dizer a verdade é uma condição de uma vida ética, não é toda a ética. Dizer a verdade é uma coisa, dizer toda a verdade em todas as situações é algo bem diferente. A lealdade, por seu lado, foca-se não nas afirmações de factos, mas nas percepções de obediência, envolve a fidelidade a uma pessoa ou a conceito que seja suficientemente forte para resistir à intrusão de opiniões ou factos contrários.

Esses quatro padrões ajudam a descrever as questões básicas no cerne de tantos conflitos éticos, como a realização de escolhas difíceis. Ao tomar consciência desses padrões fundamentais que formam o dilema ético, também ficamos mais conscientes dos valores conflitantes que criam a tensão em primeiro lugar. Entretanto, há situações e escolhas difíceis em que pode ocorrer uma “não-vontade” de se ter consciência dos valores ou de tomar uma

decisão, a partir de um julgamento imparcial, a partir de um ponto de vista que seja geral, e não específico, relacionado com o auto-interesse de um indivíduo ou grupo. Por exemplo: Justiça *versus* lei ou Morte *versus* vida, a Eutanásia. Por exemplo: Num situação de perigo iminente quem salvar? O pai ou a mãe? O nosso filho ou o nosso cônjuge?

Voltando à questão inicial: É ladrão, o homem, por roubar uma fatia de pão para os seus filhos esfomeados?



Claramente, a resposta é **Não!**

Permitam-me, também, que chame à colação Fernando Pessoa que num escrito, inspirado pela lenda de Camões que escolheu salvar *Os Lusíadas*, no naufrágio do rio MeKong, deixando morrer afogada a sua amante Dinamene, assinado por um dos seus heterónimos ingleses, Alexander Search, e no qual se interrogava:

“Dizei-me” - perguntou um homem brutal e profundo a um poeta,

“Se tivesses de escolher entre ver morta a tua mulher a quem amas tanto

E a perda completa irreparável de todos os teus versos

Qual a perda que preferias sentir?”

(...)

Este não respondeu; e o outro

Sorriu como um irmão mais velho a um mais novo.

Todos jurámos, nos graus 18 e 21, sermos bons, caridosos e justos em todos os nossos actos e circunstâncias. E o ritual do grau 31 diz-nos também que as principais condições de um bom Juiz são a clarividência, o saber jurídico, a independência e a imparcialidade, o que não exclui a piedade.

E como poderemos definir Justiça? Como a personificação humana da força misteriosa, que orienta para a harmonia e para o equilíbrio todos os tons do Universo, desde os astros que ela mantém nos seus ritmos, sem começo nem fim, até aos homens que ela obriga moral e progressivamente a respeitar, as condições necessárias à ordem pública e ao acordo social?

De novo e de igual modo, o ritual do nosso actual grau estabelece serem nossos deveres julgarmo-nos à mesma luz com que julgamos os outros, considerando as respectivas acções e motivações. E, como lição, diz-nos também que o homem bom deve ser capaz de retratar-se a si próprio, e positivamente nas suas acções, não afirmando a ausência do erro na sua vida.

A justiça e a misericórdia são dois conceitos opostos que se unem na grand e har-

monia da equidade, cientes de que o objectivo do melhor, quando apenas se contenta com o melhor possível, constitui-se como verdadeira sabedoria.

Por isso, a resposta justa e perfeita à questão inicial tem de ser: **Não.**

E, por falar em sabedoria, permitam-me e perdoem-me a vaidade e a ousadia, que termine, dando-vos a noção da sabedoria a que cheguei, aos 65 anos, expressa nesta parte de um poema que recentemente escrevi:

Cheguei a um ponto, em que nada que se diga ou faça,

me atinge, me afeta, me deslumbra ou surpreende.

Sinto-me pairando acima de tudo e todos, ouvindo e observando, com distância, desapareço e desprendimento.

Gosto de pensar, mas ainda gosto mais de não pensar.

Quando penso sou surpreendido pelas ideias Que me iluminam por dentro.

Mas quando não penso, sinto-me um lago tranquilo

Entre montanhas espelhando o céu.

José Rousseau, 32º

Referências

- Anderson, Lyle V., 1985, “Dilemas morais, deliberação e escolha”, The Journal of Philosophy 82: 139–162,
- Baumrin, Bernard H. e Peter Lupu, 1984, “Uma ocorrência comum: deveres conflitantes”, Metaphilosophy, 15: 77–90.
- Carey, Toni Vogel, 1985, “O que não é conflito de deveres”, Pacific Philosophical Quarterly, 66: 204–215.
- Cavalcanti Filho, José Paulo, 2011, Fernando Pessoa, Porto Editora, pag. 167
- Conee, Earl, 1989, “Por que os dilemas morais são impossíveis”, American Philosophical Quarterly, 26 (2): p. 133-141.
- Dahl, Norman O., 1974, “‘O’ implica ‘pode’ e a lógica deontica”, Philosophia, 4: 485-511.
- Foot, Philippa, 1983, “Realismo Moral e Dilema Moral”, The Journal of Philosophy, 80: 379–398; reimpresso em Gowans (1987): 271–290.
- Gewirth, Alan, 1978, Razão e Moralidade, Chicago: University of Chicago Press.
- Rituais dos Graus 18, 21 e 31 do REAA

Os deveres do M.: secreto

Os deveres do M.: secreto são:

- Praticar o silêncio, a obediência e a fidelidade.

Quanto a praticar o silêncio trata-se de um acto que tenho professado desde a minha iniciação na loja simbólica e tenho retirado benefícios desta acção. Alguém disse: "Somos os senhores do nosso silêncio, somos escravos das nossas palavras".

A fidelidade é um dever óbvio na nossa vida maçónica como na nossa vida profana. Devemos fidelidade à nossa família, aos nossos amigos como devemos fidelidade aos nossos irmãos, aos oficiais da loja, ao Grão Mestre.

Menos óbvio parece-me o dever a obediência.

Numa altura onde reinam a liberdade e a igualdade, o dever da obediência, assim à primeira vista, parece um retrocesso. O que não pode ser até porque os maçons sempre lutaram contra o despotismo e a tirania e tiveram a sua dose de sofrimento no decurso dos tempos.

Saber obedecer não pode ser um acto de submissão incondicional.

O comando é um fardo pesado de responsabilidades. Em vez de o ambicionar, os homens deviam temê-lo. Aqueles que são chamados a exercê-lo, devem preparar-se para tal carga, estimando-lhe o peso, apreciando a sua dignidade e avaliar as suas próprias capacidades para tal empreendimento. Isso implica estudar, conformar-se

com as regras estabelecidas para adquirir esta arte complexa, submeter-se à disciplina imposta pelos mestres, numa palavra:



obedecer!

Paradoxo...é pela obediência que se aprende o comando. Quem não sabe obedecer jamais saberá comandar.

Saber comandar e saber obedecer são condições *sine qua non* para uma sociedade harmoniosa, disciplinada e saudável.

Não é unicamente para aceder ao comando que a obediência é indispensável: durante o exercício do comando, a obediência virá temperá-lo, preservá-lo de qualquer abuso, levá-lo para o equilíbrio, mantê-lo na sua rectidão, condições necessárias para a sua eficácia. Como o oficial subalterno que se fará obedecer na mesma medida que ele próprio seja obediente perante os seus superiores. Existe uma arte

para obedecer e uma arte par comandar. Não se confundem mas são próximas uma da outra. São inseparáveis.

O que chamamos de Natureza não passa de um conjunto de seres concretos, todos dotados de um dinamismo e que, de baixo ao cimo de escala, se comandam uns aos outros, impõe as suas leis próprias e sujeitam-se às leis alheias num contínuo e inevitável confronto de acção e reacção.

Assim para trabalhar bem os metais, o ferreiro obedece às características intrínsecas de cada um; para bem cozinhar os vege-

dante.”

Nietzsche: “Quem a si próprio não obedecer, será comandado. Comandado pelas emoções, pelo instinto, pelas ideias feitas.”

Penso que Nietzsche quer dizer que devemos nos conhecer a nós próprios, focarmos-nos no que é essencial para o nosso crescimento e a nossa felicidade e nos afastamos de tudo que é supérfluo e nocivo. Ou seja, obedecer a nós próprios, agir no sentido benéfico para aquilo realmente somos e aquilo que realmente queremos.



tais; para construir um templo; para conquistar o espaço o homem deve estudar e obedecer aos vários elementos com que se depara na concretização da sua arte.

Algumas citações:

Aristóteles: “Aquele que nunca aprendeu a obedecer não pode ser um bom coman-

Mohamed Rekhoun, 5º

Justiça e retribuição...

A Justiça é uma constante no universo do maçom. Relacionada directamente com o Rei Salomão, o soberano mais sábio e justo entre os demais, a Justiça é um dos valores essenciais que rege a Ordem Maçónica.

tos.

Em maçonaria valorizamos, essencialmente, a virtude contida na lei como um todo, mais do que o cariz impositivo ou o valor do bem que esta se propõe defender.



ca.

A Justiça é, acima de tudo, um hábito e uma virtude moral que o maçom deve praticar, quer consigo próprio, quer na sua relação com os outros.

Entendida mais no seu conteúdo moral e menos no plano sociológico, a maçonaria valoriza a justiça sobretudo na perspectiva ética e menos na imposição de regras legais, tanto mais que o cumprimento de normas não significa, necessariamente, a realização da Justiça, não havendo, sempre, uma identidade entre os dois concei-

(*Dura Lex, sed Lex*). O compromisso do maçom é com aquilo que é justo e, a justiça, um bem de utilidade colectiva geral. É por isso que em maçonaria, a democracia é a única forma de organização política aceite, independentemente da proibição de discutir política e fazer propaganda partidária nas lojas maçónicas.

Para o maçom, as leis e regulamentos devem estar alicerçados em valores éticos e morais, permitindo a imparcialidade e a igualdade para todos. A justiça maçónica visa mais o arrependimento e o perdão,

próprios entre irmãos vinculados ao princípio do compromisso de auxílio mútuo, do que a punição e aplicação de penas aos infractores e incumpridores.

Segundo Albert Pike, “o que fazemos por nós mesmos morre connosco. O que fazemos pelos outros e pelo mundo permanece e é imortal”.

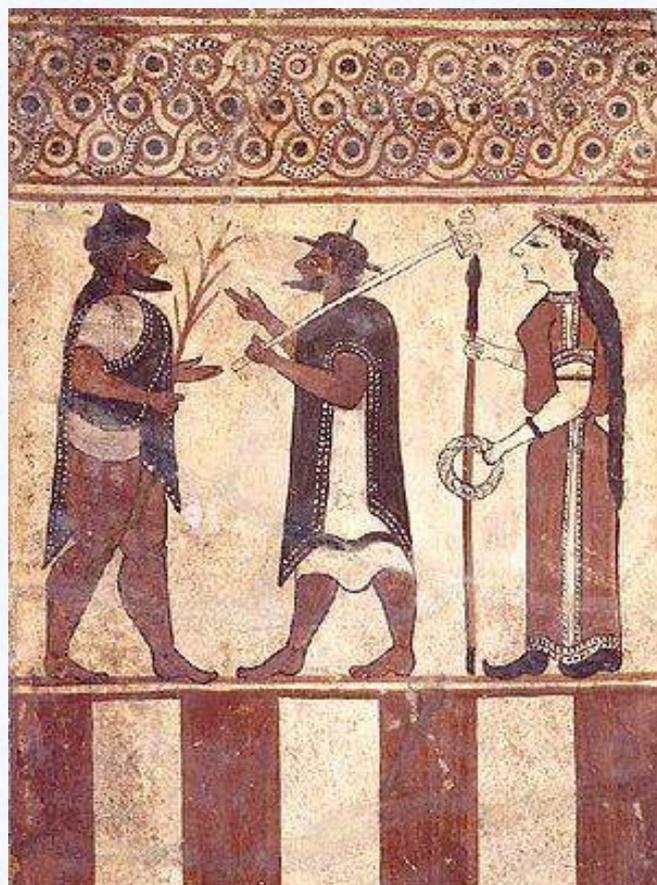
No antigo Egipto, a Justiça estava ligada ao conceito de moral e virtude, já que a crença egípcia consistia no facto de o coração ser a sede das qualidades que faziam do homem um ser justo e perfeito.

A actual concepção ideológica de justiça tem origem nos filósofos gregos e nos juristas romanos, integrando o sentido ético e abstracto da herança grega e o sentido concreto e objectivo dos romanos, cujo princípio geral era dar a cada um o que é seu de direito, bem ilustrado na expressão: “a Deus o que é de Deus e a César o que é de César”.

Neste contexto, mais recentemente, a igualdade perante a lei passou a prevalecer na punição a aplicar para o mesmo crime, castigando o acto em si e não a condição do seu autor – uma prática comum até ao século XIX.

A evolução da Lei para um bem de interesse social, através do abandono da punição em função da condição do prevaricador na sociedade, ao invés do peso da ofensa praticada, constituiu uma conquista dos valores do Iluminismo, sendo, portanto, uma prática jurídica relativamente nova, apesar de ainda não termos sido capazes de ultrapassar a valoração dos delitos segundo a sensibilidade do ofendido e da sua força

para fazer valer os seus pontos de vista. (Uma boa defesa ou uma boa acusação determinam, muitas vezes, a punição a



aplicar, por exemplo).

Entre os gregos antigos, cada crime, ou vício, devia ter uma pena correspondente ao seu tipo e gravidade, uma justificação ética e moral para a Lei de Talião.

Aristóteles concebia a justiça como uma virtude natural do ser humano, não existindo nada pior que a injustiça, defendendo que esta era a maior de todas as virtudes e não admitindo diferenças na sua aplicação entre aqueles que são iguais.

Platão, por outro lado, considerava a justiça a virtude suprema, harmonizadora das demais virtudes.

O nexó existente entre justiça e retribuição não pode ser dissociado do carácter justo ou injusto de uma determinada punição e/

ou quando discutimos a justiça ou não de determinadas leis ou normas jurídicas, assim como as decisões judiciais e, por essa via, as respectivas punições.

Nestes termos, a célebre regra de Talião está na base da discussão não só sobre a noção de justiça, mas também da justiça da sua retribuição. A virtude de distribuição e comutação da justiça com base na igualdade proporcional, assumia-se, na concepção de Aristóteles, como o núcleo principal da ideia de justiça.

A balança, enquanto instrumento de equilíbrio e igualdade, é um dos símbolos mais representativos da justiça, na medida em que representa a equidade do equilíbrio daquilo que é justo, trazendo para a justiça um ritual de retribuição.

A representação romana da justiça - uma deusa sentada segurando uma balança com as duas mãos e olhos vendados - mostra a importância do ouvir e, por conseguinte, o exercício da palavra ou oratória na discussão das retribuições a aplicar.

Quer a Bíblia, quer a Torá, tal como Aristóteles, encaram a justiça retributiva como um acto particular de vontade, um atributo da vontade humana, oriunda do livre-arbítrio dado por Deus aos homens, o que implica, justamente, dar a cada um o que é seu, embora para o filósofo grego, a justiça dependesse totalmente da legalidade e, em última análise, das leis humanas.

Sócrates, por exemplo, recusou fugir quando foi condenado à morte porque isso



contrariava o que sempre havia defendido - a obediência às leis instituídas.

Para a Bíblia, porém, a justiça é ainda concebida como uma vontade virtuosa, de retribuição equilibrada, sob a dependência hierárquica da ordem divina, em que a virtude da justiça pertence a Deus, enquanto confirmação do seu poder, já que esta é uma justiça punitiva, ou seja, não se trata de compensar os maus com o mal e os bons com o bem, mas antes manifestar o bem como uma ordem divina de Deus.

Para Rousseau, a sociedade civil nasceu com a propriedade privada e a desigualdade entre os homens, pelo que a justiça seria o reequilíbrio dessas desigualdades, através de retribuições baseadas num contracto social que, segundo o próprio, é a expressão da vontade geral, sempre correcta e justa, impedindo o homem de se rebelar contra a ordem estabelecida, na medida em que esta é o resultado da vontade geral e, por conseguinte, perfeitamente legítima.

Daí que o princípio da proporcionalidade seja dotado de um sentimento social subjectivo de justiça, tendo em vista equacionar e equilibrar as noções de punição e recompensa.

Neste sentido, o princípio de recompensa e punição deve ser entendido como o ajuste entre as posturas comportamentais da vida social e a ordem estabelecida, enquanto a conduta oposta, a injustiça, uma ameaça passível de punição.

A correcta aplicação da proporcionalidade na justiça contribui, pois, para o equilíbrio entre punição e recompensa, pelo que a dimensão punitiva deve respeitar a mesma ordem de grandeza da falta cometida.

Contudo, a questão central da justiça, segundo Alex Honneth, é o reconhecimento, cujo cerne reside na noção de identidade do indivíduo.

Para Nancy Fraser, porém, o desafio passa por conceptualizar reconhecimento e igualdade social, uma vez que a questão do reconhecimento não é uma questão ética, mas sim moral, na justa medida em que todos os segmentos da sociedade de-

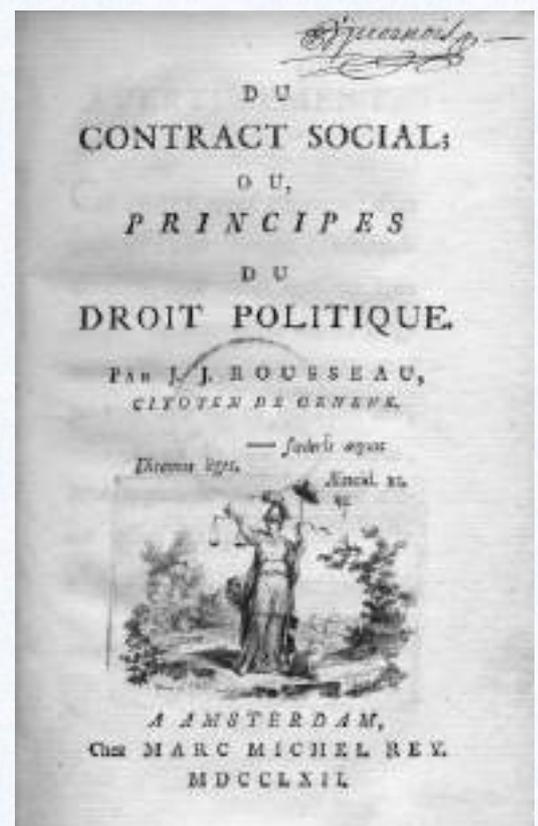
vem ter a possibilidade de participar de maneira igualitária na formulação das regras gerais.

Em justiça, a retribuição é, deste modo, entendida como a caracterização do fundamento da punição, justificada com a determinação do valor da pena aplicada.

Nos nossos dias, a igualdade de condições encontra-se disseminada nos preceitos jurídicos e cartas constitucionais do mundo moderno. Os princípios maçónicos da Liberdade, Igualdade e Fraternidade constituem, cada vez mais, os fundamentos orientadores que regulam e orientam a justiça humana à escala mundial, uma justiça onde todos somos iguais perante a lei.

A justiça é, assim, algo imaterial, mas intrínseco a cada um de nós, como se em cada ser humano houvesse uma noção prévia de senso comum sobre aquilo que é a justiça.

Elidérico Viegas, 31º



“Vistos de cima, os Homens têm todos a mesma altura!”

«Muitas são as maravilhas do mundo, mas nenhuma caminha tão estranhamente como o homem», disse Sófocles na sua *Antígona*

Tragédia Grega.

Estranho é este caminhante visionário, que tem vindo a desenvolver os sentimentos, os pensamentos e a expandir o seu domínio na Terra e para além dela. Mas como avisou Sófocles, se ele ignorar os limites da sua ingenuidade, a vida só lhe trará desgraças.

A grandeza do Homem está em ele ser ponte e não final, ser transição e não naufrágio, porque o viver rodeado de inveja por todos os lados acaba, mais tarde ou mais cedo, como o escorpião, ferido de morte pelo seu próprio dardo envenenado.

Deveremos amar as Virtudes Terrestres, mas seremos infelizes se tivermos apenas uma única virtude; ela irá requerer o teu total empenhamento e toda a tua força, na cólera, no ódio, no amor e será mais difícil atravessarmos a Ponte.

É tempo de que o Homem se fixe num objectivo e plante a semente da sua Esperança Suprema, tendo o cuidado de tratar o solo da sementeira, porque se não for sufi-



ciente rico, não dará árvore que se veja.

O rio arrasta a nossa barca pela vida. Que importa a espuma da onda que se revolta, mas se fende contra o casco no seu avanço? Que importa se tudo o que é frágil se vier a quebrar contra as nossas verdades? A vontade de construir não se esfumará.

Na sua vida, o Homem assemelha-se a uma corda tendida entre o animal e o super-homem por cima dum abismo profundo; o caminhar, assim, é perigoso; será proibido olhar para trás ou parar quando o pavor recrudescer.

E quando subsistir o desânimo no circo da vida, o vencido da vida desabafa, assim:

“Não valho mais que o animal a quem ensinaram a dançar, dando-lhe maus-tratos e pouca comida!”. Mesmo assim não devemos desistir e seguir em frente com a inesgotável fonte da Verdade. Essa vontade é o nome que dá à força que te move e põe a caminho.

É costume nós obedecermos àqueles que não sabem obedecer a si próprios: “ordenar é sempre mais difícil que obedecer”. Todo aquele que ordena assume a carga de quantos lhe obedecem e não escapa a ser juiz, vingador e vítima da sua própria lei.

Sem regras próprias, a multidão assemelha-se ao mar quando a tempestade se ergue; ao mínimo contratempo, todos fogem; cada um para seu lado, na fúria de salvar a pele, um corpo espezinhado tomba ainda com vida, que a custo se tentava erguer.

“Onde estou? Já sabia que o Diabo me iria passar uma rasteira. E agora vai arrastar-

-me com ele para o Inferno!”.

Do que falas tu: “Não há Diabo nem Inferno!”.

O infeliz, não conseguia aperceber-se do que tinha gente junto dele; olhava para todos os lados, sem enxergar viva alma, como aquele que caminha só no mundo. Num esforço derradeiro, o moribundo agitou a mão, como a procurar um último apoio, mas já era cadáver.

“Este não chegou a atravessar a ponte que o levaria ao Super-homem”.

Dirão os últimos homens: “Temos de Inventar a felicidade”. “Que importa a Felicidade, se há muito já não busco a felicida-



de, mas sim “um caminho seguro”, desabafava um anónimo.

“Dá-nos esse Último Homem”, disseram todos os outros. Dos entendimentos, só vozes entrecortadas que começavam a misturar-se com os ruídos de fundo.

“Calmo é o fundo do mar que trago em mim”, quem poderia suspeitar que ele encobre monstros joviais? Mas cintila de enigmas e risos flutuantes, almas tensas e recalçadas.

Sombrio é ainda o nosso rosto, sobre o qual se desenha a sombra da nossa mão; o pensamento e os nossos nos olhos estão ainda eivados de sombras. Nada é mais difícil que mantermos os músculos distendidos e a vontade desatrelada.

O Homem bom e correcto um dia sustentará num espelho a sua própria beleza e, então, a sua alma transbordará de desejos divinos, e, mesmo na vaidade, haverá adoração.

Ontem quando a lua se ergueu, julguei que ela iria dar à luz um sol, tão cheia e madura se mostrava no horizonte. Mas era falsa aquela gravidez.

O gato desliza sem ruído pelo solo e, tal como o gato matreiro, a lua aproximava-se silenciosa e sem sabedoria.

Se a Sabedoria me abandonar – ai de mim, ela ama os grandes voos! – possa, então, o meu orgulho seguir no voo da minha Loucura, em direcção à Luz.

António Diniz Flores, 28^o



O DEVER

Todos os conceitos têm uma interpretação pessoal dentro da larga margem permitida pelo bom senso. Assim, o **dever** tem para mim um significado muito abrangente e está relacionado com o nosso papel no Universo e como podemos estar em harmonia com ele. Referirei neste breve *balaustre* algumas reflexões que abarcam aspectos muito diversos como os **deveres** na Maçonaria, na vida profana e na filosofia, procurando encontrar um fio condutor que una as diferentes aplicações do conceito, debaixo de uma mesma ideia que é realmente única: *o dever como parte intrínseca da nossa libertação.*

O conceito de **dever** na Maçonaria está também fortemente ligado ao G.:A.:D.:U.:. Para nós Maçons, o **dever** deve ser entendido como uma obrigação moral e ética de agir de forma responsável, virtuosa e consciente, influenciados pela crença na existência de um Ser Supremo e na responsabilidade que cada indivíduo tem de trabalhar para melhorar a si mesmo e o mundo à sua volta. Temos portanto o objectivo de nos aproximar cada vez mais do Ser Supremo e do propósito divino da vida.

Do nosso Ritual do Grau 4, aprendemos que os **deveres** são a prática do *Silêncio*, da *Obediência* e da *Fidelidade*:

- O **Dever do Silêncio** impõe que mantenhamos em segredo os rituais, bem como as discussões e decisões tomadas dentro da loja. Essa obrigação de sigilo é essencial para manter a integridade e a confidencialidade, bem

como para proteger a segurança e a privacidade dos QQ.:II.:. O **dever** do silêncio também se estende além dos limites da loja, exigindo que nós, maçons, mantenhamos confidenciais as informações que nos foram confiadas por outros II.:.

- O **Dever de Obediência** impõe que, enquanto maçons, sejamos obrigados a obedecer às regras e regulamentos, bem como aos oficiais e demais autoridades. Isso também inclui respeitar as decisões tomadas pelos II.: em assembleia. O **dever** da obediência reflecte o nosso compromisso de trabalhar em harmonia com os NN.: QQ.:II.:, seguindo o caminho estabelecido pela N.:A.:O.:.
- Por fim, o **Dever da Fidelidade** é um dos princípios fundamentais da Maçonaria e como indica o nome, nós, os maçons, devemos ser fiéis aos .: QQ.:II.:, à N.:R.:L.:, à N.:A.:O.: e de uma forma geral aos princípios da Maçonaria.

Na Maçonaria, o **dever** é um compromisso com a construção de um **eu** mais nobre e livre, assim como a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

O **dever** maçónico começa na nossa própria conduta. Cada um de nós deve ser o exemplo daquilo que acreditamos e defendemos. Devemos ser honestos, leais, justos e ter compaixão em todas as nossas acções e relações. Devemos respeitar os valores éticos e morais que nos regem, sendo um exemplo vivo do que é ser um

maçom.

Além disso, o **dever** maçónico exige que estejamos num trabalho constante em prol do desenvolvimento e melhoramento pessoal. Devemos buscar o conhecimento, a sabedoria e a verdade. Devemos estar sempre dispostos a aprender e a evoluir, tanto no plano material como no espiritual.

Na vida profana, muitas vezes somos influenciados pelas nossas necessidades e interesses pessoais. No entanto, como maçons, devemos estar conscientes de que as nossas acções não são apenas reflexo dos nossos desejos, mas também têm um impacto na sociedade em que vivemos. Por isso, o **dever** maçónico exige que sejamos responsáveis e comprometidos nas nossas opções, levando em consideração o bem-estar de todos.

A questão do **dever** é um tema importante na filosofia, e existem duas perspectivas relevantes que gostava de abordar, a de *IMMANUEL KANT* e a de *JOHN STUART MILL*:

- **IMMANUEL KANT**, em "*A Fundamentação da Metafísica dos Costumes*", defende que o **dever** é uma obrigação moral e ética que deve ser cumprida independentemente das consequências. Para ele, a moralidade não é determinada pelos resultados das nossas acções, mas sim pela intenção por trás delas. Em outras palavras, o **dever** deve ser cumprido por si só, e não porque esperamos receber alguma recompensa por isso.
- Já **JOHN STUART MILL**, em "*O Utilita-*

risimo", argumenta que o **dever** deve cumprido não apenas por uma questão de moralidade, mas também pelo seu valor utilitário. Ele defende que a acção correcta é aquela que traz a maior felicidade para o maior número de pessoas. Assim, o **dever** é cumprido não apenas porque é moralmente correcto, mas também porque é benéfico para a sociedade como um todo.

As duas perspectivas têm as suas diferenças, mas também possuem pontos de convergência. Como maçom, creio que o **dever** é uma obrigação moral e ética que devemos cumprir independentemente das consequências, seguindo o exemplo de *IMMANUEL KANT*. No entanto, também acredito que devemos levar em consideração o valor utilitário das nossas acções, como defende *JOHN STUART MILL*, para contribuir para a construção de uma socieda-



Immanuel Kant

de mais justa e fraterna.

Por último, aplicando também os princípios herméticos de *HERMES TRISMEGISTUS* podemos elaborar uma compreen-

são mais profunda do que significa cumprir o **dever** maçónico:

O **Princípio da Correspondência**, por exemplo, diz que *"o que está em cima é como o que está em baixo, e o que está em baixo é como o que está em cima"*. Isto significa que as nossas acções no plano material têm um reflexo no plano espiritual, e vice-versa. Assim, o **dever** maçónico deve ser cumprido não apenas no plano material, mas também no plano espiritual. O **dever** do maçom é buscar a perfeição em todas as áreas da vida, não apenas dentro da loja.

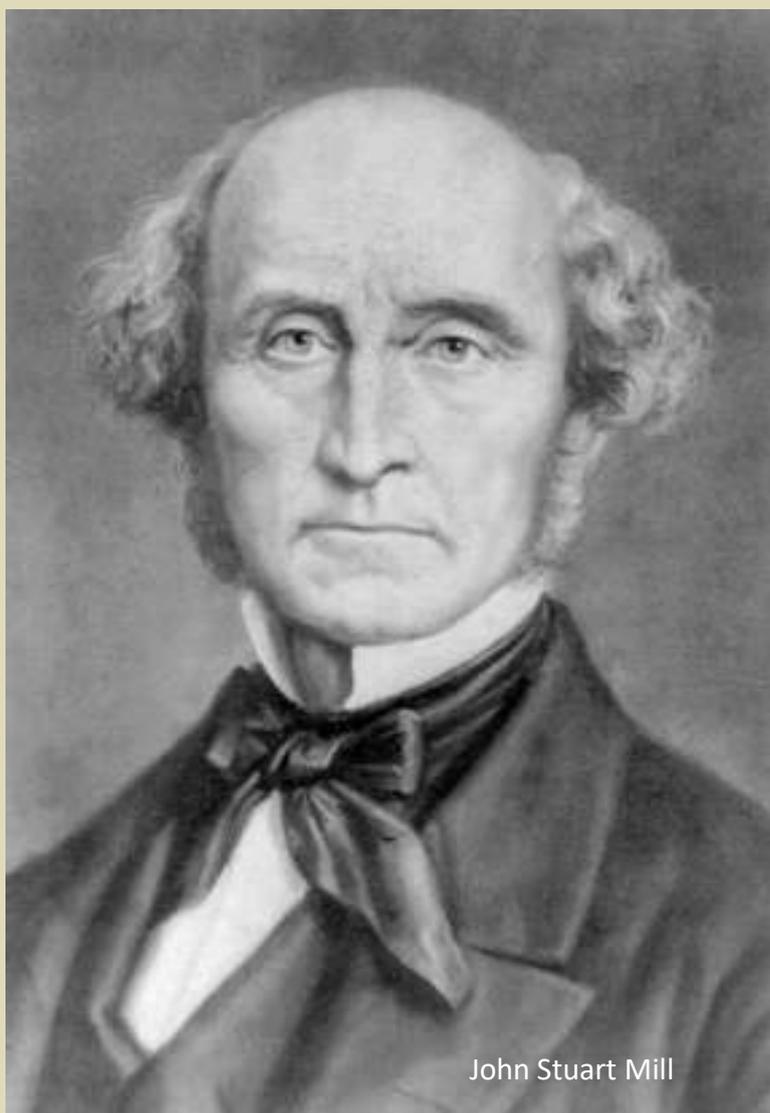
- O **Princípio da Causa e Efeito** também pode ser aplicado. Toda a acção gera uma reacção, e as consequências de nossas ac-

ções devem ser levadas em consideração .ao cumprir o nosso **dever** maçónico.

- Também, o **Princípio da Polaridade** ensina que tudo tem um oposto, e que é importante equilibrar as forças opostas para alcançar a harmonia. Dessa forma, devemos estar conscientes das nossas escolhas e acções, buscando o equilíbrio entre as forças opostas para cumprir o nosso **dever** maçónico de forma consciente e responsável.

Em conclusão, a questão do **dever** é central para a Maçonaria e deve ser vista como um dos principais pilares da N.:A.:O.:. Para a Maçonaria, o **dever** não é apenas uma obrigação para com a N.:R.:L.: e os NN.:QQ.:II.:, mas para com toda a humanidade e natureza. O **dever** do maçom é buscar constantemente a perfeição moral e trabalhar para o bem comum, tanto dentro como fora da loja.

António Martins-Ferreira, 4º



John Stuart Mill

Em jeito de apresentação

O que significa o termo CONSISTÓRIO? (1)

Em linguagem comum indica o lugar onde se realiza alguma assembleia ou reunião. Como exemplo: as salas de reuniões das irmandades.

Em Direito Canónico, consistório é uma reunião solene de Cardeais, convocada e presidida pelo Papa, para lhe prestar assistência e colaboração no governo da Igreja.

Na Maçonaria, Consistório é um corpo filosófico onde os maçons se reúnem para cursar os últimos graus do Rito Escocês Antigo e Aceito – 31º e 32º.

Podemos, pois, considerá-lo como um local, uma escola, onde os Maçons se reúnem visando concluir os seus estudos.

Como reflexão, por analogia etimológica e semântica, o termo consistório pode ser correlacionado com consistência (solidez, coerência) e em sentido figurado, pode ser relacionado também com constância e perseverança, que são atributos da razão, do conhecimento.

Todas estas possíveis concepções, juntas, convergem para um mesmo ponto: pessoas reunidas para compreender situações, tomar decisões em comum de forma a progredir no seu aperfeiçoamento individual e colectivo.

Enquanto Maçons, em termos filosóficos, compete-nos a missão de pensar (analisar), sentir e praticar as atitudes e comportamentos resultantes dos nossos pensamentos, sentimentos e ensinamentos que vamos adquirindo na escada iniciática que desde o dia em que nos des-

vendaram os olhos e em que olhámos o nosso reflexo no espelho, temos vindo a percorrer.

A Maçonaria pode traduzir-se apenas por uma grande jornada evolutiva que começa na iniciação e progride até ao topo... neste caso ao Consistório.

Mais do que uma busca em si, é o caminho ao longo do qual vivenciamos o processo de construção em busca da Luz.

Quando cá chegamos, se ainda não vislumbrámos essa luz, não será no Consistório que a iremos encontrar.

Nunca podemos e devemos esquecer que o caminho... faz-se caminhando...

O estudo efectuado ao longo dos vários graus do REAA (nas Lojas simbólicas, nas Lojas de Perfeição, nos Capítulos, nos Conselhos Kadosh), a aprendizagem que cada um individualmente foi fazendo, o conhecimento que foi adquirindo e acumulando, a sensibilidade, a afectividade e o amor que foi exaltando e assimilando e o trabalho que foi realizando atingem o seu ponto mais alto no Consistório, embora, naturalmente, ainda longe do seu zénite porventura inatingível.

Da ideia de escada construída a partir do sonho de Jacob, os Maçons, ao longo da subida, vão processando e realizando energias para a produção de luz... da luz interior que ilumina cada um e que eventualmente poderemos irradiar. Fomos galgando os degraus numa contínua e constante aprendizagem.

Ser eterno aprendiz não é um mito, antes, pelo contrário, deve ser uma realidade.

(1) Pergunta retórica colocada aos Cavaleiros Kadosch.

Para podermos aprender é necessário estudo e assimilação, mas também o assumir da humildade para reconhecer a nossa ignorância e utilizá-la como alavanca para nos possibilitar uma maior aprendizagem.

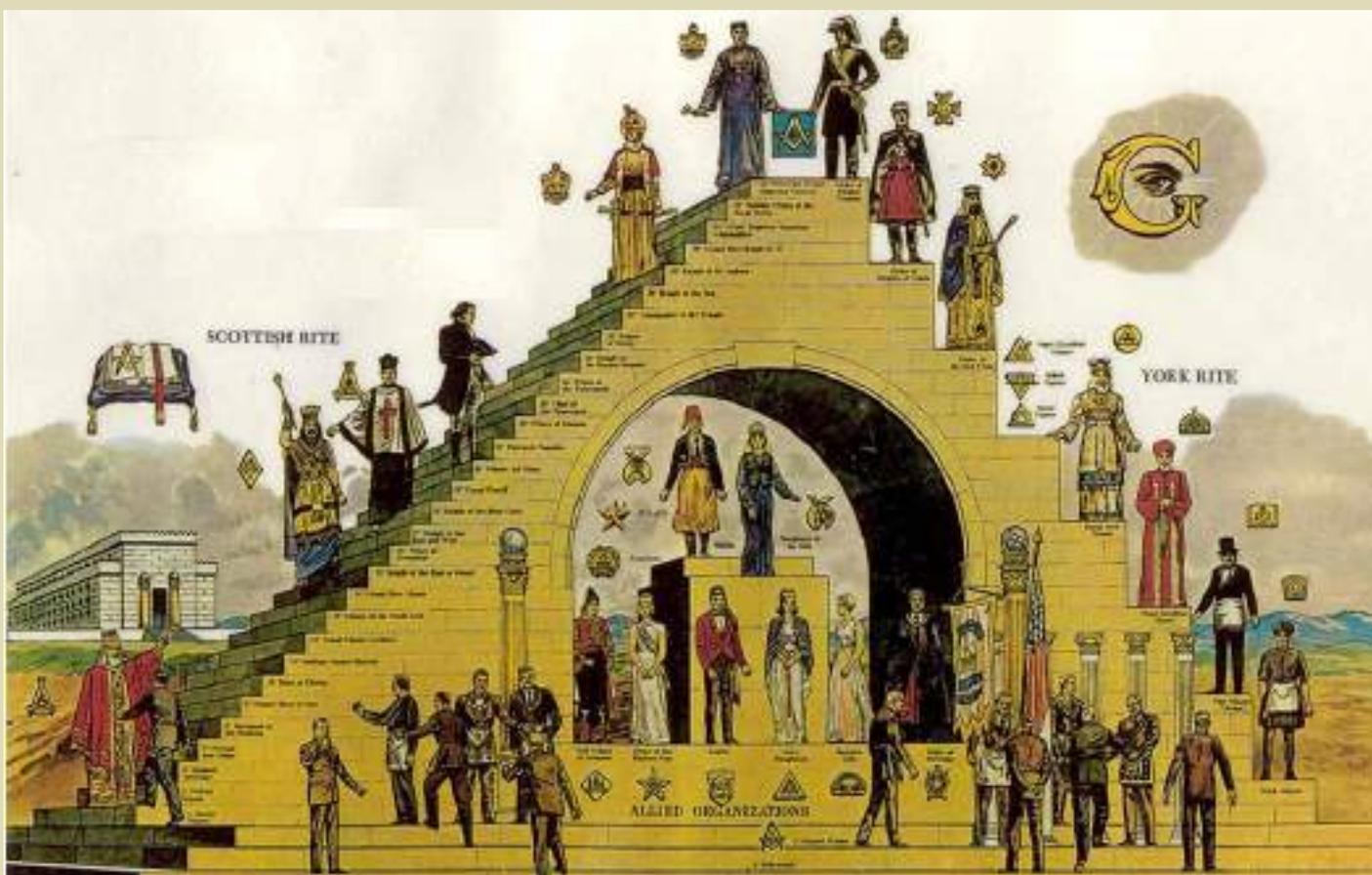
Sempre que necessário, devemos voltar a descer os degraus da escada para depois, de novo, voltar a subir, num movimento constante e perene.

Chegastes, pois, aos Graus ditos administrativos que integram os GG : 31º, 32º e

Os GG: 31º, 32º e 33º manifestam um carácter dual:

- por um lado, são classificados como Graus Administrativos, no sentido de que os seus titulares concentram o poder e a direcção material do Rito;

- por outro lado, são GG: profundamente iniciáticos, que conduzem ao vértice da Pirâmide Escocesa, e constituem os três últimos degraus rumo à síntese total oferecida pela culminação do G: 33º.



33º.

O G : 31º é administrado pelos Consistórios dos Grandes Juízes Comendadores do G : 31º. O G : 32º é administrado pelos Consistórios de Príncipes do Real Segredo.

O G : 33º é administrado exclusivamente pelo Supremo Conselho para Portugal dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 33º e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite da Maçonaria Regular e Reconhecida.

O G: 31º do R::E::A::A:: é designado de Grande Juiz Comendador ou Grande Inspetor Inquisidor Comendador G 31º.

Sendo considerado como um G: Administrativo o desenvolvimento do seu Ritual refere-se à representação de um Tribunal onde se praticam a Justiça e a Equidade. Inicialmente os tribunais do Grande Inspetor Inquisidor Comendador exerciam o poder de julgar os órgãos inferiores. Os tribunais dos Grandes Inspectores Inquisi-

dores foram estabelecidos para processar e julgar os crimes maçônicos dos II.: dos Altos Graus.

É neste enquadramento que o Supremo Conselho Para Portugal, através do Decreto nº 34/2021 de 29 de Dezembro de 2021 instituiu O Tribunal Maçónico que passou a desenvolver a sua actividade dentro do Consistório António José de Almeida, nº 22, ao Vale de Lisboa. O Tribunal Maçónico é presidido pelo Grande Juiz Comendador, o Soberano Grande Inspector Geral, III.: Ir.: António Cardoso Alves, 33.º, independentemente de quem exercer nesse momento a presidência desse Corpo Subordinado.

No Supremo Conselho para Portugal o G.: 31º é atribuído por 4 Consistórios: o Consistório António José de Almeida nº 22, ao Vale de Lisboa, o Consistório Edwin Aldrin nº 24, ao Vale do Porto, o Consistório Vitorino Nemésio nº 25, ao Vale de Coimbra, e o Consistório João Baptista da Silva Lopes nº 26, ao Vale de Albufeira.

O G.: 31º do R.:E.:A.:A.: estuda dife-

rentes períodos da História da Humanidade. Os ensinamentos do G.: 31º englobam o período de decadência da Roma Antiga, passam pela crise ocorrida na Idade Média europeia, após a queda do Império Romano, e alcançam o período do Iluminismo Germânico com o destacado estratega e líder militar, Frederico II, rei da Prússia.

Entre os estudos do G.: 31º está a descrição da Santa Vehme (ou Santa Feme), também chamada de "*Liga da Corte Sagrada*", a qual funcionava como supremo tribunal secreto na Vestfália (região da Alemanha, em torno das cidades de Dortmund, Münster, Bielefeld, e Osnabrück) durante a Idade Média, período da história da Europa entre os séculos V e XV.

“A principal pena aplicada pelo tribunal era o enforcamento; mas admitia-se também, conforme a gravidade do caso, o empalamento (punição que consistia em espetar, pelo orifício natural e inferior do corpo do condenado, uma longa estaca, deixando o infeliz dessa maneira até a

morte. Para o caso de bruxaria, a pena reservada às mulheres era o estupro seguido de esfolamento em vida e a fogueira. Se a mulher estivesse grávida ou amamentando, a criança morria junto, pois era criatura do diabo.



No fim da Idade Média, os tribunais da Santa Veheme perderam progressivamente a sua importância até Santo Ignácio de Loyola criar a Companhia de Jesus e os dominicanos terem generalizado a implantação dos tribunais da Santa Inquisição, hoje denominada "Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé".

Na iniciação do G.: 31º, o Neófito vivencia a personalidade de um Cavaleiro, membro da Santa Vehme. O objectivo é fazê-lo entender que, - enquanto a Justiça não for suficientemente forte - para fazer reinar a Ordem... a anarquia social propiciará a existência de tiranos e das tiranias religiosas! ... e os povos continuarão a massacrar-se... desvairados pelos sonhos enganosos de ambição e cupidez!"

O Tribunal de Osíris é um outro importante tema analisado no G.º 31º e cujos estudos remontam à Antiga Mitologia Egípcia.

Nos estudos realizados no G.: 31º, é descrita a formação de um Tribunal Divino egípcio, relatando-o como uma entidade que avaliava os actos de cada pessoa no decorrer da sua vida. Os personagens e as

actividades realizadas no Tribunal de Osíris encontravam-se descritos num conjunto de orações, textos sagrados e práticas místicas egípcias, designadamente no *Livro dos Mortos*. Segundo a antiga tradição egípcia, os ensinamentos contidos no *Livro dos Mortos* tinham a finalidade de facilitar a viagem do defunto até ao mundo dos mortos, região onde o deus Osíris era o juiz supremo.

A autoria do *Livro dos Mortos* era tradicionalmente atribuída ao deus Toth, deus protector dos escribas, dos feitiços e das fórmulas mágicas. Os textos e encantamentos contidos no *Livro dos Mortos* destinavam-se a fazer com que o Tribunal de Osíris fosse informado de todos os factos e da verdade sobre a vida do morto e, assim, pudesse aplicar a verdadeira Justiça. Essa entidade divina mitológica, descrita no *Livro dos Mortos*, representa um conjunto de alegorias, pelas quais os antigos egípcios acreditavam que se aplicava a Justiça Divina após a morte. Esse tribunal, presidido pelo deus Osíris, era formado por 42 deuses-juizes e reunir-se-ia num local designado por Sala das Duas Verda-



des.

O morto, ao chegar ao Tribunal de Osíris, era conduzido pelo deus Anúbis, que lhe retirava o coração - centro da sua consciência - e o colocava num dos pratos de uma balança que, no outro prato, tinha colocada uma pena de avestruz (símbolo de *Maat*, a deusa da Verdade).

Caso o coração do morto fosse mais pesado que a pena, era decretada a condenação e o condenado tinha a sua alma devorada por Ammit (ou Amut).



Toth, o Deus da Sabedoria

O deus Toth anotava o resultado obtido na medição e o deus Hórus encaminhava-o a Osíris. Caso o morto fosse absolvido, ele

reencarnaria no seu próprio corpo e seguiria, juntamente com os seus pertences, para um paraíso conhecido como Aaru. Daí a importância da mumificação para o povo egípcio.

À luz da filosofia maçónica, o Tribunal de Osíris é uma importante alegoria do G.: 31º que tem, entre outros significados, o simbolismo de que a Verdade e a Justiça são os caminhos que devem orientar a vida do Homem na sociedade, consolidando a máxima de que "a Justiça é a Verdade em acção".

O Tribunal de Osíris é o símbolo da Equidade, isto é, do juízo que atinge a todos igualmente.

Os ensinamentos do G.: 31º do R.:E.:A.:A.: apresentam vários símbolos relacionados com a Justiça, a Cabala, o culto hebraico, a Alquimia, a mitologia grega e a tradição do Antigo Egito, entre outras influências. Na sua maioria, os símbolos do G.: 31º Grande Inspector Inquisidor Comendador estão relacionados com a Justiça.

Um outro importante símbolo da Justiça relacionado com este grau e que serve para reforçar os seus ensinamentos é a deusa grega Themis. Na Mitologia Grega, a deusa Themis representava a ordem, a equidade, o Direito e o equilíbrio. Themis era

considerada a divindade que assegurava a estabilidade e harmonia no âmbito da sociedade divina e seria filha do deus Urano (que representava o Céu) e da deusa Gaia (que representava o planeta Terra).

Themis representava a devoção do povo grego aos costumes e a obediência às leis; tinha a função de estabelecer para o homem o caminho social correto. Inicialmente, Themis era considerada uma divindade que apenas zelava pelo cumprimento dos juramentos, visto que, diante dos magistrados, as pessoas juravam por Themis. Com o tempo, esta deusa era frequentemente invocada durante os julgamentos e Themis passou a ser considerada como a deusa da Justiça.



Artisticamente, Themis é actualmente representada vendada, tendo numa das mãos uma balança e na outra uma espada, simbolizando os poderes de julgar e de fazer cumprir os veredictos; um dos pés assenta sobre a “frágil lei dos homens”.

A balança significa que o Soberano Tribunal deve realizar cada julgamento de forma imparcial. Os argumentos pró e contra o acusado, devem ser colocados nos pratos da balança, a fim de serem “pesados”.

Os argumentos apresentados devem ser

comparados e analisados, a fim de que possam resultar num justo julgamento.

A espada simboliza o poder do Soberano Tribunal (ou Tribunal da Santa Vehme), significando também o respeito à autoridade do Tribunal.

Dentro da doutrina do G.: 31º, a espada serve para indicar que a força deve estar ao serviço da aplicação da Justiça, servindo, em complemento da balança, como apresentado na estátua da deusa Themis.

A corda simboliza o castigo, ou seja, a aplicação implacável da pena aos condenados pelo Tribunal, sejam eles ricos ou pobres, servos ou senhores. Conforme os ensinamentos do G.: 31º, a visibilidade do enforcamento era tanto maior, quanto mais importante fosse a condição social do condenado, de modo a servir como exemplo à sociedade.

O enforcamento era o mais grave castigo aplicado pelo Soberano Tribunal; deste modo, no G.: 31º, a corda simboliza a sanção imposta ao condenado, ou seja, a aplicação implacável da pena.



O corvo é um outro símbolo de grande significado na liturgia do G.: 31º, cujo significado maçónico está directamente relacionado com a alquimia e as antigas tradições hebraicas e celtas.

Oriundo de diferentes tradições pagãs, o corvo está frequentemente associado ao simbolismo da morte e da condenação eterna.

De entre as aves, o corvo é a de maior inteligência, prudência e memória, daí a sua associação ao G.: 31º.-

A Tetraktys Pitagórica é considerada a figura sagrada dos pitagóricos, o número perfeito e universal. A Tetraktys é uma imagem triangular, com 10 pontos colocados em quatro linhas: um, dois, três e quatro pontos em cada fila. É um símbolo místico que representa o número 10.

Em resumo, de uma forma mais pragmática, os objectivos esotéricos do G.: 31º são:

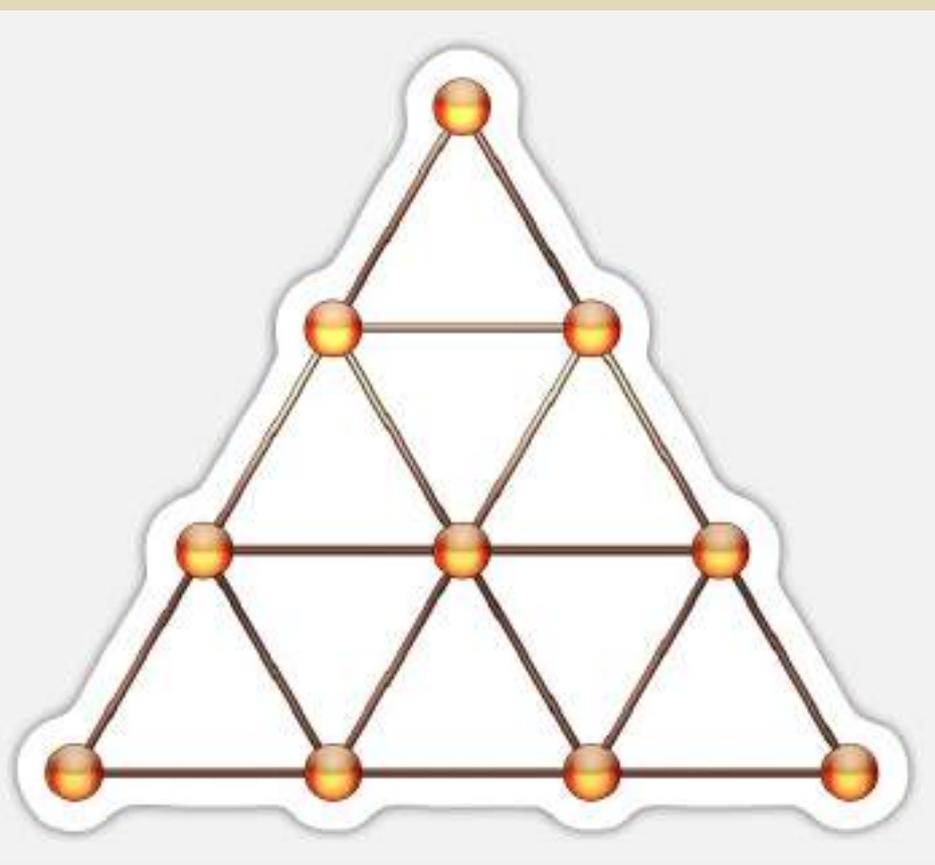
- Defender os fracos;
- Combater as injustiças sociais;
- Defender os direitos humanos;
- Lutar contra a opressão, a tirania, o despotismo e todas as formas de abuso;
- Combater os abusos que os poderes constituídos exercem sobre os seres humanos individuais;
- Defender todos os perseguidos por motivos políticos ou religiosos;
- Preservar a doutrina gnóstica em toda a sua pureza e aprofundar o seu significado;
- Preservar, aprofundar e aprimorar as tradições da Maçonaria;

O G : 31º incentiva-nos a sermos os nossos próprios Juizes, buscando dentro de nós, a nossa própria culpa, ao invés de julgar os outros.

De igual modo, permite-nos que, uma vez identificada a nossa culpa, tenhamos a oportunidade de a reparar e perdoar a nós mesmos.

Como podemos julgar, condenar ou absolver os outros se não o fizemos a nós mesmos?

Silva Marques, 33º



O Porquê de um Patrono

Vitorino Nemésio, patrono do Consistório nº 25 ao Vale de Coimbra

Vitorino Nemésio Mendes Pinheiro da Silva era filho único de Vitorino da Silva e de D. Maria da Glória Pinheiro. Nasceu em 19 de Dezembro de 1901, rodeado de mar, numa casa da Rua da Cadeia, na Praia da Vitória, ilha Terceira.

Iniciou os estudos liceais em Angra sem grandes resultados académicos, tendo mesmo reprovado no 5º ano e sido expulso do liceu.

Com 16 anos apresentou-se a exames no Liceu da Horta, como aluno externo. Acabou por concluir o Curso Geral dos Liceus,

em 16 de Julho de 1918, com a classificação de 10 valores. Mas já antes, em 1916, publicara o seu primeiro livro, *Canto Matinal*.

Em 1919 vem para o Continente cumprir o serviço militar, como voluntário. Na arma de Infantaria.

Em 1921 muda-se para Coimbra onde termina o 7º ano do Liceu.

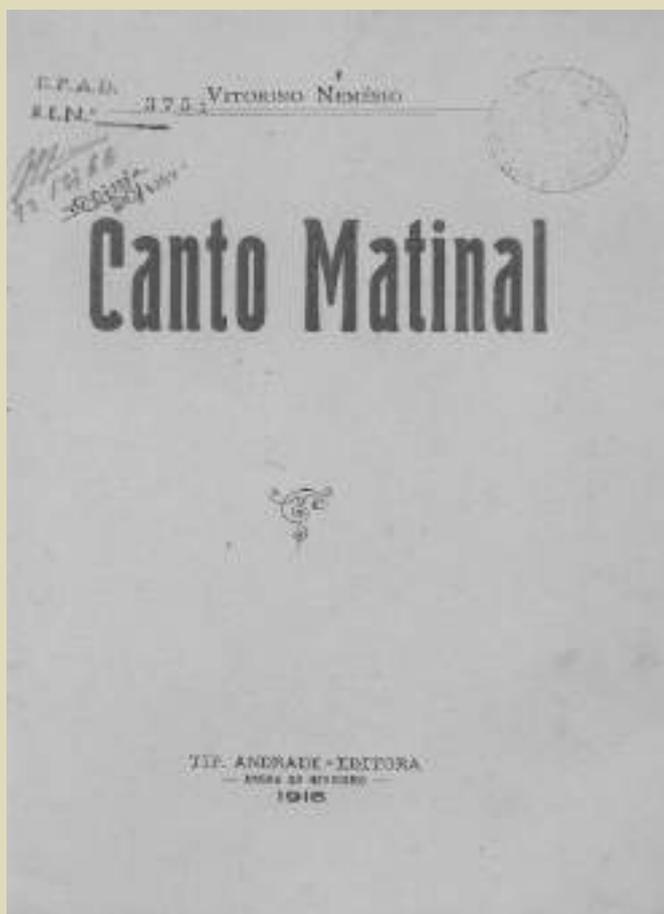
Matricula-se inicialmente na Faculdade de Direito, mas certamente desencantado com a aridez das matérias, três anos depois opta pelo curso de Histórico-Filosóficas.

Ser permanentemente insatisfeito, em 1926 acaba por se decidir definitivamente pela Filologia Românica.

Entretanto, torna-se bastante activo na vida académica, cultural e política de Coimbra, onde preside ao Centro Republicano e faz parte do Orfeão Académico.

1923 é, para Vitorino Nemésio, um ano especialmente marcante.

Conhece Miguel de Unamuno com quem se corresponderá durante toda a vida e é iniciado Maçon, na Loja Revolta, nº 336, do GOLU, com o nome simbólico de Manuel Bernardes. Aí será elevado a Mestre em 1924.





Foi pouco activa a sua vida maçónica. No entanto, António Ventura, em *Uma História da Maçonaria em Portugal*, não deixou de considerar que Nemésio se comportou sempre como um verdadeiro maçom.

Em conjunto com Afonso Duarte, António



de Sousa, Brinquinho da Fonseca e João Gaspar Simões, funda, em 1924, a revista coimbrã *Tríptico* e, no ano

seguinte, assume o cargo de director do jornal *Humanidade* que havia sido fundado pelas lojas maçónicas de Coimbra, em 1912.

Com Carlos Cal Brandão, também membro da Loja Revolta, e com quem, desde 1927, desenvolve intensa actividade no Centro Republicano Académico de Coimbra, funda, nesse ano, o jornal republicano académico *Gente Nova*.

Em 1926 casa, em Coimbra, e passa a residir em casa dos sogros, situada na Quinta das Albergarias, à Cruz de Celas. Aí nascem os 4 filhos do casal.

A Seara Nova passa a tê-lo como articulista em 1928, ano em que conclui Filosofia, na Universidade de Coimbra, com a tese *O problema da reconhecimento*

Em 1930 muda-se para Lisboa, em cuja Universidade conclui a licenciatura de Filologia Românica e onde, no ano seguinte, passa a leccionar literatura italiana e espanhola.

É, então, colaborador da *Presença*, onde

publica os *Sonetos para Libertar um Estado de Espírito Inferior* de forte incidência metafórica.

Em 1934 realiza o doutoramento e vai para França onde trabalha na Universidade de Montpellier. Regressa a Coimbra, mas em 1937 parte para Bruxelas onde lecciona na Universidade até 1939.

Em 1940 torna-se catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ao longo dos anos manteve sempre uma obra, mas em 1937 parte para Bruxelas onde lecciona na Universidade até 1939.

Em 1940 torna-se catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ao longo dos anos manteve sempre uma prolixa actividade como ficcionista e poeta com dezenas de textos e livros publicados, colaborando em várias revistas e jornais a par de múltiplas palestras e conferências a nível nacional e estrangeiro.

Quem não se lembra daquele que será o mais icónico dos seus livros, o romance de 1944, *Mau Tempo no Canal*, ou dos programas que regularmente manteve durante anos na RTP com o título de “Se bem me lembro”?

Após o seu falecimento, e por seu desejo expresso, foi sepultado no cemitério de Santo António dos Olivais em Coimbra.

O Paço do Milhafre à biografia Isabel de Aragão

MESTRE HIRAM E OS DEVERES

Espero que este meu 1º balaústre possa dignificar, a agora, também, minha, nossa LP e que não vos defraude em nada. Se isso acontecer, peço desde já a vossa compreensão, pois acreditem que tudo fiz com a máxima responsabilidade, empenho, rigor e dedicação, para que isso não acontecesse.

Trabalharei neste balaústre os 2 graus que me concedestes na 1ª vez que tive o gosto, privilégio e honra de convosco ter bebido do vosso saber e conhecimento.

Assim, segundo o documento A BRIDGE TO LIGHT, DE REX T. HUTCHENS, LOJA DE PERFEIÇÃO - MESTRE SECRETO – 4º Grau - o primeiro grau da Loja de Perfeição “a Loja de Mestre Secreto representa a reunião dos Príncipes de Israel em consequência da morte de Hiram”.

Pelo que pude perceber, até agora, também, aqui, o conceito de Dever pode ser a palavra mestra que me poderá ajudar a caminhar junto de vós. Sempre vi na Maçonaria do REAA onde tive a felicidade de ser iniciado, os juramentos e os deveres como os faróis que me podiam guiar no cumprimento da fraternidade e da solidariedade que exige atenção, reflexão e compreensão. Esta exigência está de tal maneira sabiamente construída que sempre a consegui ver como um caminho que jurei e por isso tenho de trilhar, mas que também, obrigatoriamente me permite e exige que continue a ser livre e de bons costumes. Uma vez que o 4º Grau é o pri-

meiro grau da Loja de Perfeição, tenho a certeza de que, tal como acontece no 1º grau (onde somos iniciados), e que estabelece a base para os dois graus seguintes das lojas azuis, acredito que, também neste 4º grau, seja este o que estabelece as bases para os graus seguintes e nos provê das instruções sobre os deveres e as necessárias virtudes. Sabendo que um deles é o silêncio, irei só fazer o ruído necessário para cumprir este dever de obedecer ao meu 3XTPM e com o sentido de fidelidade que já li que este grau exige (como bem sabeis o silêncio, a obediência e a fidelidade são os deveres que consagram este 4º grau). E como diz Albert Pike o DEVER é a “ÚNICA GRANDE LEI DA MAÇONARIA” e se me permitis eu concordo com ele, acrescentando humildemente o seguinte: se o Dever contem os juramentos que vamos fazendo, então sim o Dever é a Única Grande Lei da Maçonaria: o dever de ser livre e de bons costumes; o dever de ser solidário; o dever de ser fraterno; o dever de ser amigo; o dever de ser honesto; o dever de ser trabalhador; o dever de lutar pelos necessitados; o dever de obedecer ao que for justo; o dever de ser justo; o dever de construir e deixar um mundo melhor para aqueles que nos rodeiam... e ainda não viram a luz; o dever de os trazer para a luz...

Carlos Silvestre, 4º

21 DE MAIO - DIA INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Não há nada mais complicado e ingrato que definir a cultura, dada a complexidade e dificuldade em fixar de modo único este conceito.

Recorremos, por isso, à primeira definição de cultura, dada por Tylor em 1817, como “todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.



Se quisermos simplificar, podemos dizer que a cultura envolve tudo o que fazemos, pensamos e sentimos. Para compreender a sua importância, tenhamos em conta para que um grupo de pessoas seja considerado uma Nação, elas precisam compartilhar os mesmos valores culturais. Assim sendo, qualquer manifestação de hábitos ou costumes da vida do dia a dia é sentida como uma manifestação cultural, ou seja, uma das muitas facetas do conhecimento e da tradição de uma sociedade. A cultura é assim vista como o resultado da relação entre a herança histórica, o património recebido das gerações passadas (material e

imaterial) e a inovação criadora, que é o valor acrescentado por cada geração ao que recebe.

Como artista plástico, proponho-me olhar a cultura sob esta perspectiva.

Segundo Desmond Morris, “o comportamento humano difere do de outras espécies em três aspectos principais: a demanda da arte, da ciência e da religião. Todas as outras actividades, diz-nos, as chamadas actividades superiores, como a política e o comércio, na verdade não são mais do que diversas formas de organizar a sociedade humana, para que possa assim satisfazer as suas necessidades animais básicas e, além disso, procurar esses três objectivos-chave”. E o autor conclui o pensamento afirmando: “As minhas definições de arte, ciência e religião são as seguintes:



Arte é tornar o vulgar, extraordinário – para entreter o cérebro.

Ciência é tornar o complexo, simples — para compreender a nossa existência.



Religião é tornar o incrível, credível—para mitigar o medo da morte.

Adoro particularmente esta definição de Morris: “Arte é tornar o vulgar, extraordinário”. Esta necessidade intrínseca está presente desde sempre em todas as culturas e tem-se revelado de variadíssimas maneiras. As Artes Plásticas são talvez uma das formas mais evidentes.

É ainda o mesmo autor que nos ajuda a compreendê-lo: “Nunca bastou ao ser humano, afirma, satisfazer simplesmente as suas necessidades básicas de sobrevivência, como comer, beber, dormir e reproduzir-se. Sempre quis ir mais longe.

Geneticamente programado para estar sempre bem-disposto, tanto na infância como na idade adulta, nunca deixou de se interrogar e de experimentar novas ideias.

O cérebro humano exige actividade, aliás, tem sido este o segredo do sucesso da nossa espécie. O nosso domínio deve-se à inteligência e capacidade inventiva, não à



fisicalidade... Quando experimentamos um momento de triunfo, queremos saboreá-lo e torná-lo motivo de celebração. Dançamos, cantamos e pintamos o corpo de cores vivas, tornando a ocasião especial. Foi daqui que surgiu a necessidade de decorar, primeiro o nosso corpo, a seguir os nossos pertences, e depois o que nos ro-

deia”. E o autor conclui dizendo: “Esta necessidade fundamental para tornar o que nos rodeia em algo cada vez mais elaborado e colorido, guiada pela nossa jovialidade inata, transformou-nos no que Robert Joyce apelidou de *animal estético*”.

Coexistindo com o homem desde os tempos mais remotos, nunca como hoje a Arte esteve tão presente no seu quotidiano. Convivemos com ela tão amiúde que raramente nos apercebemos do seu efeito e da sua presença. René Huyghe resume isto muito bem na sua obra “O Diálogo com o Visível”:

“Tudo, nos nossos dias, se absorve pelas sensações. Ora a sensação, diferentemente do pensamento, não dialoga com o seu objecto; identifica-se-lhe; regista e sofre os seus efeitos. Não é apenas o meio, mas o modo de aquisição que se transforma... Somos irresistivelmente arrastados da civilização do livro para a da imagem”.

Interessante esta reflexão. É que a arte não é nem uma vulgaridade nem um luxo: é uma necessidade. E a publicidade – uma das grandes responsáveis pela vulgarização da imagem – percebeu-o muito bem. Existe uma ligeira distinção que deve ser feita, para entendermos de que falamos quando falamos de Arte: é que “olhar” não é o mesmo que “ver”. Olhar para qualquer coisa cuidadosamente requer tempo e concentração. Como dirá ainda René Huyghe: “Se existe uma linguagem da inteligência reservada à palavra, a arte é a linguagem da alma, da nossa natu-

reza sensível e pensante, confusa e total”.



“A criação artística, dirá Janson, é uma experiência sutil e íntima, impossível de descrever com exactidão, passo a passo; só o próprio artista pode observá-la plenamente, mas de tal modo fica absorvido por ela que tem muita dificuldade em explicá-la”. E é o resultado dessa experiência que atrai muita gente para a sua contemplação. Este público acha que as artes visuais são uma parte essencial da sua maneira de viver, da sua cultura. Gostam de olhar e o seu envolvimento emocional é muito forte. Essa emoção (esse encontro e essa revelação, dirá o nosso Eduardo Lourenço) é a força motora que leva as pessoas a apreciarem a Arte, é a fonte de energia que as atrai para ela.

E concludo esta intervenção com uma excelente reflexão ainda de Desmond Morris, da sua obra “O Macaco Criativo”: “Do auge das civilizações urbanas mais sofisticada-

das ao declínio das tribos mais assoladas pela pobreza, as regras da arte servem – e sempre serviram – para levar os seres humanos a embelezar o seu ambiente. Pode ser um gesto tão extravagante como decorar a Capela Sistina, ou tão modesto como pôr três penas azuis no cabelo. Pode ser tão simples como desenhar um círculo e rabiscar o interior até formar um rosto. Nenhuma dessas actividades é essencial à sobrevivência humana. Comida, bebida e abrigo são suficientes para evitar a



morte. Mas os seres humanos foram bem-sucedidos como espécie por usarem o cérebro. Como oportunistas, exploraram cada situação e tornaram cada desafio uma vantagem. Por fim chegaram a um ponto em que o seu nível de sucesso lhes deu oportunidade de celebrar os seus triunfos... Saímos tão bem como espécie atarefada, inquisitiva, inovadora, que os nossos cérebros atingiram um ponto em

que começaram a ter terror da inatividade... Ao fazer do mundo vulgar um lugar extraordinário, entretivemos o cérebro e sentimo-nos mais realizados. Ao inventar aquilo que chamamos arte, encontramos uma maneira de valorizar as nossas vidas e de enriquecer o curto espaço de tempo que nos é permitido passar neste planeta, entre a luz do nascimento e a escuridão da morte”.

Alberto D'Assumpção, 32º

Bibliografia:

Huyghe, René – “Diálogo com o Visível”, Bertrand, Lisboa, 1960;

Huyghe, René – “A Arte e a Alma”, Bertrand, Lisboa, 1960

Janson, H.W. – “História da Arte”, F.C.G., Lisboa, 1977

Lourenço, Eduardo – “Da Pintura”, Gradiva, Lisboa, 2017

Morris, Desmond – “O Macaco Criativo”, U. Porto, 2018

Myers, Bernard – “Como Apreciar a Arte”, in “As Belas Artes”, vol. 10, Grolier, Lisboa, 1965.



CAMINHO DO DESPERTAR

CAMINHO DO DESPERTAR

Ao longo do meu percurso pela *Arte Real*, muitas vezes tendi para que as *doutrinas* encontradas confirmassem, de alguma forma, crenças pessoais e algum tipo de fé que eventualmente tinha em *realidades* nunca observadas. No entanto mostraram-me diferentes veredas, pistas para desvendar, à medida que vendas iam sendo retiradas e cortinas se abriam. Pelo meio do percurso, quando passei da pedra à madeira, fui mesmo desafiado a esquecer tudo o que tinha aprendido até aí e a *enxergar uma Jerusalém Celeste*, qual cidade gigantesca que parece descer do céu (1) anunciando a alta intelectualidade de que será dotada a 6ª Raça (2).

Durante esse tempo, em que também completei o ciclo do *Rito de York*, as perguntas foram sempre mais do que as respostas. Ao longo das sessões, durante os últimos nove anos, percebi diferentes perspectivas e ângulos de visão aparentemente imperceptíveis. A busca da sabedoria, a procura do conhecimento, é parte intrínseca do *Real Segredo* e a demanda é feita invariavelmente nas profundezas, como bem cedo é revelado no *Real Arco*.

No meu íntimo, onde a luta entre Hiram e assassino acontece, essas *novas doutrinas* foram sendo assimiladas. Percebi que os seus pilares (3) são o Amor Fraternal e a Verdade. Servem de prumo e de nível a

uma *diferente* hipótese de fé. Véus pareciam cair à medida que percebia serem a chave para um despertar espiritual.

Assim, a fé, “*a certeza de que haveremos de receber o que esperamos, e a prova daquilo que não podemos ver*” (4), ganhou um novo significado. Passou a relacionar-se mais com as minhas escolhas e acções, movidas por sentimentos de justiça e de compaixão em relação ao outro.

Neste despertar espiritual – aparentemente um dos objectivos do *Real Segredo* – essas duas chaves sagradas, o *Amor e a Verdade*, desempenharam o papel vital. Lembrei-me de um dos postulados básicos da filosofia Hindu: aquilo que conhecemos como mundo material, é uma ilusão dos sentidos. O que percebemos como mundo real, concreto e sólido, resulta de uma percepção da nossa consciência, mediada pelos sentidos físicos, mas essa visão não corresponde à essência da Realidade tal como é. Dessa forma, o mundo material é *Maya – a Grande Ilusão*.

Aquilo que à gente do mundo sensorial parece ser real e verdadeiro, para o sábio é ilusão: e aquilo que a maior parte dos homens julga ser irreal e não existente, o sábio conhece como o único que é Real e existente(5). Aquilo que é irreal, ilusório, não tem em si o Ser Real; não existe na realidade, e sim só na ilusão. (6) O mundo

dos homens (acha-se) sob o domínio da ilusão [...] Esta ilusão é muito forte, e tão denso é o seu véu que é difícil aos olhos humanos penetrá-lo. Só aqueles que a Mim se dirigem e se deixam iluminar pela chama que está detrás da fumaça, vencem a ilusão e chegam até Mim. (7)

Nesta antiga filosofia, apenas o absoluto pode ser considerado a *realidade*, sendo

todo o restante ilusório. Aí, todas as coisas visíveis são *Maya*.

O pensamento essencial da liturgia do Grau 32º do Rito Escocês Antigo e Aceite é utilizar todas as *criações* do passado, ou pelo menos, uma parte das suas lendas, dos seus símbolos e das suas cerimónias, para delas tirar os elementos de um sistema destinado a pôr em evidência as quali-



dades e as virtudes necessárias ao homem: a prática da *Solidariedade* e da *Tolerância*; a apologia do *Dever* e do *Trabalho*; a busca incessante das luzes da *Razão* e da *Consciência*; a *fé* na *Liberdade* e no *Progresso*.

Essas virtudes poderão levar à libertação de *Maya*, rasgando o véu através da sabedoria (gnosis). De acordo com os Vedas (8), *Maya* lançou um véu sobre o deus *Brahman*, a última realidade. Na filosofia budista, o véu de *Maya* está associado ao esquecimento das reencarnações anteriores na vida actual. Segundo Arthur Schopenhauer (9), é “o mundo enquanto representação submetido ao princípio de razão”, nesse entendimento, mundo é puro fenómeno ou representação.

Maya é o princípio causador da ilusão, mas não é a ilusão em si mesma: o que é ilusório não são as coisas em si mesmas, a ilusão está na nossa incapacidade de perceber as coisas como são no seu próprio nível de realidade. Vemo-las de forma distorcida, de acordo com as nossas limitações sensoriais e os nossos condicionamentos. Isso não significa que as coisas não existam e sim que não podemos percebê-las como são em si mesmas.

No Grau 32º, patamar de recapitulação e de síntese, foi-me dito que cheguei do *Ocidente*, trazendo *Silêncio*, *Tristeza* e *Perseverança*, por *Prudência* e por *Honra*, aflito com a *lembrança do passado*. Incentivaram-me a *perseverar* na *esperança* fundada dos meus direitos de *Liberdade* e *Justiça* adquiridos ao *subir e descer a escada misteriosa*. Um dia seguirei para *Oriente*, ao encontro da *herança* dos meus pais, re-

cebida pela autoridade do *Trabalho* e da *Virtude* e reconhecida pelos meus sinais, toques e palavras. Nesse regresso a casa, a *fé*, independentemente da sua definição, será cumprida com a queda do véu final de *Maya*.

Pela minha percepção relativa, vejo o *Real Segredo*, ou Verdadeiro Segredo, como parte de uma arcaica (a que a *Arca* da Aliança não será alheia) herança ancestral que tem como objectivo despertar consciências, remover véus, abrir cortinas dentro de uma complexa *matrix* de ilusões a que alguns chamam *umbral*, local sombrio, facilitando o regresso definitivo a casa, ao encontro da *Luz*, da herança dos nossos pais. Nos sinais, nos toques e nas palavras encontram-se as chaves descodificadoras: Amor e Verdade. A primeira remetendo para a acção e a segunda para a *fé*, para a *realidade* não observada, bem representada pelo adjectivo *Real*, comum à *Arte*, ao *Arco* e ao *Segredo*.

José Alberto Oliveira, 32 °

1. Do Ritual do Grau 19º ;
2. Do ritual do Grau 20º ;
3. Cornerstone
4. *Hebreus* 11:1 Versão Rei Jaime Atualizada;
5. *Bhagavad Gita* II-69;
6. *Bhagavad Gita* II-16
7. *Bhagavad Gita* VII-13-14
- 8- Denominam-se *Vedas* as quatro obras, compostas em um idioma chamado Sânscrito védico, de onde se originou posteriormente o sânscrito clássico.
9. Filósofo alemão do século XIX.

“Liberdade de Pensar”

“Cogito, ergo sum” - “Penso, portanto, sou”, escreveu o filósofo Descartes no seu ‘Discurso sobre o Método’, alcançando esta conclusão após duvidar da verdade de todas as coisas.

Recorrendo à lógica dedutiva aristotélica, podemos inferir que, se ser é o corolário de pensar, então a liberdade de pensar será também a liberdade de ser.

O pensamento sempre foi o melhor instrumento que o criador nos ofereceu para prosperarmos através da sua consolidação em conhecimento e a curiosidade e a dúvida, enquanto catalisadores de pensamentos, desempenham um papel central nesse processo de desenvolvimento humano.

Muitos pensadores pagaram caro, alguns com a própria vida, o seu compromisso com a racionalidade, sendo vítimas de perseguição por regimes políticos, de excomunhão por ordens religiosas ou de desprezo pelo conservadorismo ignaro da sociedade.

Roger Bacon, Doctor Mirabilis que se destacou pelo seu trabalho na óptica, cujos textos não foram bem aceites pelos franciscanos que o acusaram de bruxaria e proibiram a publicação de seus textos.

Galileu Galilei que, por defender o heliocentrismo, viveu os seus dias em prisão domiciliária.

Lucilio Vanini que, antes de Darwin, chegou a propor no século XVII uma proto-teoria de que os seres humanos descende-



riam de macacos, foi condenado a ter sua língua cortada, estrangulado e o seu corpo queimado até às cinzas.

Giordano Bruno foi queimado na fogueira porque escreveu um livro que aventava a possibilidade de existir até vida em outros planetas.

Martin Luther King activista político e líder do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, assassinado pelo que defendia e mesmo o nosso Hiram Abiff que morreu na protecção dos conhecimentos da construção do tempo de Salomão.

“Liberdade de Pensar”

Ainda hoje persistem alguns resquícios anacrônicos que promovem a censura ou, pior, a autocensura, limitando o universo de pensamentos que podem ou não podem ser cogitados, chegando ao cúmulo de existir uma moldura sancionatória para “pecar por pensamento”, numa intromissão inaceitável nas liberdades individuais.

Desde o início dos tempos que as rupturas civilizacionais são fruto de processos cognitivos conscientes, desde a invenção da roda e suas múltiplas utilizações, passando pelo ensaio filósofo-pedagógico presente na alegoria da caverna de Platão, até às bases do processo científico com o método da falseabilidade de Karl Popper que veio duvidar do carácter racional da ciência e do carácter hipotético das teorias científicas.

É caso para dizer que o pensamento é o fio do material com que construímos o mundo, particularmente para quem, como a Nossa Augusta Ordem, cultiva os princípios da liberdade, democracia, igualdade, fraternidade e aperfeiçoamento moral e intelectual.

A liberdade para pensar é, portanto, uma conquista e um direito individual que ninguém actualmente ousaria questionar, a ponto de ser gravada em várias das ‘Tábuas da Lei’ que consideramos fundamentais na actualidade.

Já em 1776, a ‘Declaração da Independência dos Estados Unidos da América’ redigida e assinada por alguns maçons, onde se incluía Benjamin Franklin, referia que “Consideramos estas verdades como autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são vida, liberdade e busca da felicidade”.

Treze anos mais tarde, dá-se Revolução Francesa, cuja intervenção e nível de envolvimento da Maçonaria continua a ser objecto de muita controvérsia, apesar do inequívoco triunfo das ideias do Iluminismo, da tolerância, da liberdade, da abolição de privilégios e da democracia repre-



sentativa.

No seu rescaldo é redigida a ‘Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão’, carta principal do iluminismo e fonte inspiradora para a constituição de muitos países, que estabelecia como direitos naturais “a

“Liberdade de Pensar”

liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão” indicando no seu artigo 11º que “A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos dessa liberdade nos termos previstos na lei.”

Em 1948, John Peters Humphrey redige a ‘Declaração Universal dos Direitos Humanos’, inserindo pela primeira vez num documento subscrito por mais de 180 países, o direito à liberdade de pensamento.

No seu artigo 18º estabelece-se que “Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos”.

É este artigo que prevê a protecção aos homens livres e de bons costumes. que hoje se juntam neste Sublime Capítulo Rosa-Cruz D. João I nº45, ao Vale do Funchal, para um aperfeiçoamento pessoal.

Em Portugal, com a implantação da República em 1910, na qual a Maçonaria desempenhou um papel importante, plasma-vam-se as luzes progressistas na primeira constituição republicana onde se consagrou que “a liberdade de consciência e de crença é inviolável” e que “a expressão do

pensamento, seja qual for a sua forma, é completamente livre, sem dependência de caução, censura ou autorização prévia”.

Já a constituição de 1976 estabelece no seu artigo 13º que “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social”, assegurando a liberdade de expressão e informação, prevista no seu artigo 37º, ao afirmar que “Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de se informar, sem impedimentos nem discriminações”.



Tal como Zorobabel gravou as letras LDP nas pilastras da ponte de Gabara, que unia as margens do Eufrates, simbolizando a Liberdade De Pensar, estas colunas gravadas nos textos fundamentais, que todo o maçom jura respeitar, representam o culminar de muitas lutas cujo resultado foram vitoriosas passagens da escravidão para a independência.

Contudo, não são *per se*, o garante da inexistência de perigos à liberdade de pensamento. Antes pelo contrário. Com a aurora de uma nova realidade, em que o volume de informação existente acelera a um ritmo assustador e onde se verifica a existência de um *buffet* de opiniões para os mais variados gostos, a liberdade de pensamento nunca esteve tão condicionada.

A título de exemplo refira-se que o tempo que a humanidade leva a duplicar o conhecimento, conhecido como 'Knowledge Doubling Curve', era, em 1900, sensivelmente um século, 25 anos no final da Segunda Guerra Mundial, 12 anos na década de 70, sendo, actualmente, de uns espantosos 12 meses, estimando-se que, com o advento da inteligência artificial, possa cifrar-se em 12 horas até 2030.

Com a saturação a que estamos sujeitos arriscamo-nos a que a sociedade com mais informação da história coleccione ignorantes, como marginais ao processo de acumulação de conhecimento, por negligência a uma liberdade que não sendo vedada, optam por não empregar.

E, neste momento, tal como o profano na iniciação se vê confrontado com o seu reflexo, o maior perigo à liberdade de pensamento reside em nós mesmos.

O conformismo de consumir ideias preconcebidas, a preguiça para aprofundar o conhecimento de temas complexos, o desinteresse em filtrar o verdadeiro do falso e o alheamento aos efeitos de longo prazo induzido por quotidianos preenchidos são vícios que nos condicionam o pensamento, contra os quais devemos promover uma batalha sem tréguas, com perseverança individual e esforço de validação colectiva.

Qualquer condicionamento ao nosso pensamento é, concomitantemente, um condicionamento à nossa existência. Porque ontem, como hoje e certamente amanhã, Liberdade de Pensar será, na sua essência, Existir.

Assim, meus queridos irmãos, será seguro dizer que aqui, na Maçonaria, celebramos a Existência.

Sérgio Silva, 32º

Bibliografia

- Thomas Jefferson, *et al.* Declaração da Independência dos Estados Unidos da América. 1777. Disponível em <https://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/declaraindepeEUAHISJNeto.pdf>
- Assembleia Nacional Constituinte Francesa. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. 1798. Disponível em <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>
- Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>
- Anselmo Braamcamp Freire, Baltazar Teixeira e Castro Lemo. Constituição da República Portuguesa. 1911. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1911.pdf>
- Assembleia da República Portuguesa. Constituição da República Portuguesa. 1976. Disponível em <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf>

Sobre a Fraternidade e a Amizade Social

(a propósito da publicação da Encíclica Fratelli Tutti)

As questões relacionadas com a fraternidade e a amizade social sempre estiveram entre as preocupações do PAPA FRANCISCO. A elas se referiu repetidamente nos últimos anos e em vários lugares e, segundo diz, não pretendem resumir a doutrina sobre o amor fraterno, mas detêm-se na sua dimensão universal, na sua abertura a todos.

Entrego esta encíclica social como humilde contribuição para a reflexão, a fim de que, perante as várias formas actuais de eliminar ou ignorar os outros, sejamos capazes de reagir com um novo sonho de fraternidade e amizade social que não se limite a palavras.

Desejo ardentemente que, neste tempo que nos cabe viver, reconhecendo a dignidade de cada pessoa humana, possamos fazer renascer, entre todos, um anseio mundial de fraternidade. Durante décadas, pareceu que o mundo tinha aprendido com tantas guerras e fracassos e, lentamente, ia caminhando para variadas formas de integração. Por exemplo, avançou o sonho duma Europa unida, capaz de reconhecer raízes comuns e regozijar-se com a diversidade que a habita, ganhou força também o anseio duma integração latino-americana, e alguns passos começaram a ser dados. Noutros países e regiões, houve tentativas de pacificação e reaproximações que foram bem-sucedidas e outras que pareciam promissoras.

Mas a história dá sinais de regressão. Re-

acendem-se conflitos anacrónicos que se consideravam superados, ressurgem nacionalismos fechados, exacerbados, ressentidos e agressivos. Em vários países, uma certa noção de unidade do povo e da nação, penetrada por diferentes ideologias, cria novas formas de egoísmo e de perda do sentido social mascaradas por uma suposta defesa dos interesses nacionais. Isto lembra-nos que «cada geração deve fazer suas as lutas e as conquistas das gerações anteriores e levá-las a metas ainda mais altas. É o caminho. O bem, como aliás o amor, a justiça e a solidariedade não se alcançam duma vez para sempre; hão de ser conquistados cada dia. Não é possível contentar-se com o que já se obteve no passado nem instalar-se a gozá-lo como se esta situação nos levasse a ignorar que muitos dos nossos irmãos ainda sofrem situações de injustiça que nos interpelam a todos

Em vários países, uma certa noção de unidade de povo e de nação, penetrada por diferentes ideologias, cria novas formas de egoísmo e de perda do sentido social, mascaradas por uma suposta defesa dos interesses nacionais. A sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos.

Encontramo-nos mais sozinhos do que nunca neste mundo massificado, que privilegia os interesses individuais, debilita a dimensão comunitária da existência, deixa apenas a necessidade de consumir sem limites e acentua, de muitas formas, individualismos sem conteúdo.

A política deixou de ser um debate saudável sobre projectos a longo prazo para o

desenvolvimento de todos e o bem comum, limitando-se a receitas efémeras de marketing cujo recurso mais eficaz está na destruição do outro. Partes da humanidade parecem sacrificáveis em benefício duma selecção que favorece um sector humano digno de viver sem limites.

A falta de filhos, que provoca um envelhecimento da população, juntamente com o abandono dos idosos numa dolorosa solidão, exprimem implicitamente que tudo acaba connosco, que só contam os nossos interesses individuais. Assim, o nosso mundo avança numa dicotomia sem sentido, pretendendo «garantir a estabilidade e a paz com base numa falsa segurança sustentada por uma mentalidade de medo e desconfiança.

O Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb e eu não ignoramos os avanços positivos que se verificaram na ciência, na tecnologia, na medicina, na indústria e no bem-estar, sobretudo nos países desenvolvidos. Todavia «ressaltamos que, juntamente com tais progressos históricos, grandes e apreciados, verifica-se uma deterioração da ética, que condiciona a actividade internacional, e um enfraquecimento dos valores espirituais e do sentido de responsabilidade. Tudo isto contribui para disseminar uma sensação geral de frustração, solidão e desespero, (...) nascem focos de tensão e acumulam-se armas e munições, numa situação mundial dominada pela incerteza, pela decepção e pelo medo do futuro e controlada por míopes interesses económicos». Assinalamos também «as graves crises políticas, a injustiça e a falta duma distribuição equitativa dos recursos naturais (...). A respeito de tais crises que fazem morrer à fome milhões de crianças, já reduzidas a esqueletos humanos por causa da pobreza e da fome, reina um inaceitável silêncio internacional.

No mundo actual, esmorecem os sentimentos de pertença à mesma humanidade; e o sonho de construirmos juntos a justiça e a paz parece uma utopia doutros tempos. Vemos como reina uma indiferença acomodada, fria e globalizada, filha duma profunda desilusão que se esconde por detrás desta ilusão enganadora: considerar que podemos ser onnipotentes e esquecer que nos encontramos todos no mesmo barco. Esta desilusão, que deixa para trás os grandes valores fraternos, conduz «a uma espécie de cinismo. Esta é a tentação que temos diante de nós, se formos por este caminho do desengano ou da desilusão.

(...) O isolamento e o fechamento em nós mesmos ou nos próprios interesses nunca serão o caminho para voltar a dar esperança e realizar uma renovação, mas é a proximidade, a cultura do encontro. O isolamento, não; a proximidade, sim. Cultura do confronto, não; cultura do encontro, sim».

Os migrantes não são considerados suficientemente dignos de participar na vida social como os outros, esquecendo-se que têm a mesma dignidade intrínseca de toda e qualquer pessoa.

Fazem falta gestos físicos, expressões do rosto, silêncios, linguagem corpórea e até o perfume, o tremor das mãos, o rubor, a transpiração, porque tudo isso fala e faz parte da comunicação humana.

Paradoxalmente se, por um lado, crescem as atitudes fechadas e intolerantes que, à vista dos outros, nos fecham em nós próprios, por outro, reduzem-se ou desaparecem as distâncias, a ponto de deixar de existir o direito à intimidade. Tudo se torna uma espécie de espectáculo que pode ser espiado, observado, e a vida acaba

exposta a um controle constante. Na comunicação digital, quer-se mostrar tudo, e cada indivíduo torna-se objeto de olhares que esquadrinham, desnudam e divulgam, muitas vezes anonimamente. Dilui-se o respeito pelo outro e, assim, ao mesmo tempo que o apago, ignoro e mantenho afastado, posso despidoradamente invadir até ao mais recôndito da sua vida.

Não se pode ignorar que «há interesses económicos gigantescos que operam no mundo digital, capazes de realizar formas de controle que são tão subtis quanto invasivas, criando mecanismos de manipulação das consciências e do processo democrático. O funcionamento de muitas plataformas acaba frequentemente por favorecer o encontro entre pessoas com as mesmas ideias, dificultando o confronto entre as diferenças. Estes circuitos fechados facilitam a divulgação de informações e notícias falsas, fomentando preconceitos e ódios».

A verdadeira sabedoria pressupõe o encontro com a realidade. Hoje, porém, tudo se pode produzir, dissimular, modificar. Isto faz com que o encontro directo com as limitações da realidade se torne insuportável. Em consequência, implementa-se um mecanismo de «selecção», criando-se o hábito de separar imediatamente o que gosto daquilo que não gosto, as coisas atraentes das desagradáveis. A mesma lógica preside à escolha das pessoas com quem se decide partilhar o mundo. Assim, as pessoas ou situações que feriam a nossa sensibilidade ou nos causavam aversão, hoje são simplesmente eliminadas nas redes virtuais, construindo um círculo virtual que nos isola do mundo em que vivemos.

Mas «o mundo de hoje, na sua maioria, é um mundo surdo (...). Às vezes a velocidade do mundo moderno, o frenesim, impe-

de-nos de escutar bem o que outro diz. Quando estamos a meio do seu diálogo, já o interrompemos e queremos replicar quando ele ainda não acabou de falar.

Não devemos perder a capacidade de escuta

Cada dia é-nos oferecida uma nova oportunidade, uma etapa nova. Não devemos esperar tudo daqueles que nos governam; seria infantil.

Gozamos dum espaço de corresponsabilidade capaz de iniciar e gerar novos processos e transformações. Sejamos parte activa na reabilitação e apoio das sociedades feridas. Hoje temos à nossa frente a grande ocasião de expressar o nosso ser irmãos, de ser outros bons samaritanos que tomam sobre si a dor dos fracassos, em vez de fomentar ódios e ressentimentos. Como o viandante ocasional é preciso apenas o desejo gratuito, puro e simples de ser povo, de ser constantes e incansáveis no compromisso de incluir, integrar, levantar quem está caído; embora muitas vezes nos vejamos imersos e condenados a repetir a lógica dos violentos, de quantos nutrem ambições só para si mesmos, espalhando confusão e mentira. Deixemos que outros continuem a pensar na política ou na economia para os seus jogos de poder. Alimentemos o que é bom, e coloquemo-nos ao serviço do bem.

O ser humano está feito de tal maneira que não se realiza, não se desenvolve, nem pode encontrar a sua plenitude «a não ser no sincero dom de si mesmo».

A fraternidade não é resultado apenas de situações onde se respeitam as liberdades individuais, nem mesmo da prática duma certa equidade. Embora sejam condições que a tornam possível, não bastam para

que surja como resultado necessário a fraternidade. Esta tem algo de positivo a oferecer à liberdade e à igualdade.

Que sucede quando não há a fraternidade conscientemente cultivada, quando não há uma vontade política de fraternidade, traduzida numa educação para a fraternidade, o diálogo, a descoberta da reciprocidade e enriquecimento mútuo como valores?

Sucedem que a liberdade se atenua, predominando assim uma condição de solidão, de pura autonomia para pertencer a alguém ou a alguma coisa, ou apenas para possuir e desfrutar. Isso não esgota de maneira alguma a riqueza da liberdade, que se orienta sobretudo para o amor.

Tampouco se alcança a igualdade definindo, abstractamente, que «todos os seres humanos são iguais». **A igualdade resulta do cultivo consciente e pedagógico da fraternidade.** Aqueles que apenas são capazes de ser sócios, criam mundos fechados. Em semelhante esquema, que sentido pode ter a pessoa que não pertence ao círculo dos sócios e chega sonhando com uma vida melhor para si e para a sua família?

O individualismo não nos torna mais livres, mais iguais, mais irmãos. A mera soma dos interesses individuais não é capaz de gerar um mundo melhor para toda a humanidade. Nem pode sequer preservar-nos de tantos males, que se tornam cada vez mais globais. Mas o individualismo radical é o vírus mais difícil de vencer. Ilude. Faz-nos crer que tudo se reduz a deixar à rédea solta as próprias ambições, como se, acumulando ambições e seguranças individuais, pudéssemos construir o bem comum.

Reconhecer todo o ser humano como um irmão ou uma irmã e procurar uma amizade social que integre a todos não são meras utopias. Exigem a decisão e a capacidade de encontrar os percursos eficazes, que assegurem a sua real possibilidade.

O amor social é uma «força capaz de suscitar novas vias para enfrentar os problemas do mundo de hoje e renovar profundamente, desde o interior, as estruturas, organizações sociais, ordenamentos jurídicos».

A promoção da amizade social implica não só a aproximação entre grupos sociais distanciados a partir dum período conflituoso da história, mas também a busca dum renovado encontro com os sectores mais pobres e vulneráveis. **A paz «não é apenas ausência de guerra, mas o empenho incansável – especialmente daqueles que ocupamos um cargo de maior responsabilidade – de reconhecer, garantir e reconstruir concretamente a dignidade, tantas vezes esquecida ou ignorada, de irmãos nossos, para que possam sentir-se os principais protagonistas do destino da própria nação».**

Alguns preferem não falar de reconciliação, porque pensam que o conflito, a violência e as rupturas fazem parte do funcionamento normal duma sociedade. Outros defendem que dar lugar ao perdão equivale a ceder o espaço próprio para que outros dominem a situação. Por isso, consideram que é melhor manter um jogo de poder que permita assegurar um equilíbrio de forças entre os diferentes grupos. Outros consideram que a reconciliação seja empreendimento de fracos, que não são capazes dum diálogo em profundidade e por isso optam por escapar dos problemas escondendo as injustiças. Incapazes de enfrentar os problemas, prefe-

rem uma paz aparente.

O importante é não alimentar um ódio que faz mal à alma da pessoa e à alma do povo. Ninguém alcança a paz interior nem se reconcilia com a vida dessa maneira. A verdade é que «nenhuma família, nenhum grupo de vizinhos ou uma etnia e menos ainda um país tem futuro, se o motor que os une, congrega e cobre as diferenças é a vingança e o ódio. Não podemos pôr-nos de acordo e unir-nos para nos vingarmos, para fazermos àquele que foi violento o mesmo que ele nos fez, para planearmos ocasiões de retaliação sob formatos aparentemente legais».

Assim não se ganha nada e, a longo prazo, perde-se tudo.

«Não é tarefa fácil superar a amarga herança de injustiças, hostilidades e desconfiança deixada pelo conflito. Só se pode conseguir, superando o mal com o bem (Rm 12, 21) e cultivando aquelas virtudes que promovem a reconciliação, a solidariedade e a paz».

Quando os conflitos não se resolvem, mas se escondem ou são enterrados no passado, há silêncios que podem significar tornar-se cúmplice de graves erros e pecados. A verdadeira reconciliação não escapa do conflito, mas alcança-se dentro do conflito, superando-o através do diálogo e de negociações transparentes, sinceras e pacientes. A luta entre diferentes sectores, «quando livre de inimizades e ódio mútuo, transforma-se pouco a pouco numa concorrência honesta, fundada no amor da justiça».

O perdão não implica esquecimento. Todavia podemos perdoar, mesmo quando houver algo que, por nenhum motivo, devemos permitir-nos esquecer. O perdão livre e sincero é uma grandeza que reflete a imensidão do perdão divino. Se o

perdão é gratuito, então pode-se perdoar até a quem resiste ao arrependimento e é incapaz de pedir perdão.

Aqueles que perdoam de verdade não esquecem, mas renunciam a deixar-se dominar pela mesma força destruidora que os lesou.

Quebram o círculo vicioso, travam o avanço das forças da destruição. Decidem não continuar a injectar na sociedade a energia da vingança que, mais cedo ou mais tarde, acaba por cair novamente sobre eles próprios.

Com efeito, a vingança nunca sacia verdadeiramente a insatisfação das vítimas. Há crimes tão horrendos e cruéis que, fazer sofrer quem os cometeu, não serve para sentir que se reparou o dano; não bastaria sequer matar o criminoso, nem seria possível encontrar torturas comparáveis àquilo que possa ter sofrido a vítima. A vingança não resolve nada.

«No coração dos que maquinam o mal, há falsidade, mas aqueles que têm conselhos de paz, viverão na alegria» (Prov 12, 20).

A guerra não é um fantasma do passado, mas tornou-se uma ameaça e uma presença constantes.

«A guerra é a negação de todos os direitos e uma agressão dramática ao meio ambiente. Se se quiser um desenvolvimento humano integral autêntico para todos, é preciso continuar incansavelmente no esforço de evitar a guerra entre as nações e os povos. Para isso, é preciso garantir o domínio incontestado do direito e o recurso incansável às negociações, aos mediadores e à arbitragem, como é proposto pela Carta das Nações Unidas, verdadeira norma jurídica fundamental».

*Não existe um
Caminho para a
PAZ. A PAZ é o
Caminho*

Real Segredo

Não tem sido fácil pegar/largar, pegar/largar, pegar/largar num texto que se quer que seja um Balaústre sobre o “Real Segredo” onde é suposto a existência de um fio condutor na reflexão produzida que vá para além da “espuma dos dias...”

Logo, sendo aqui e neste Templo um “Sublime Príncipe do Real Segredo”, ainda pensei trazer uma lanceta para fazer uma punção capilar para verificar se tinha “sangue azul”!!! Creio que os MM.: QQ.: II.: dispensam essa prova e acreditam que, mesmo o meu sangue venoso, tem cor avermelhada...

Exigirão, talvez e muito bem, os MM.: QQ.: II.: que “caia na real”...

Mas, em tão curto espaço de tempo, já temos dois sentidos para a palavra real: “Realeza e realidade”. Todavia, tenho para mim que neste caso do “Real Segredo”, a palavra real não tem, no sentido estrito, nenhum dos significados mencionados. Será, muito provavelmente, na conjugação da realidade da realeza que se situa a nobreza deste e dos outros Príncipes que aqui se encontram: a nobreza cívica.

Sendo eu um profissional de Farmácia, trago à colacção a cor da Farmácia na Academia Portuguesa: o roxo, como comumente é designada, ou a cor púrpura como a classificamos em Maçonaria. Como sabemos, a púrpura tem sido, desde há muito tempo, uma cor que simboliza o real e o nobre, apesar de pensar que o real da púrpura se refere à nossa “Arte Real” e o nobre à “Nobreza de Carácter” que o Maçon deve perseguir e prosseguir

Adaptando de S. Tomás de Aquino, esta especulação de palavras construída uma sobre a outra, resultaria uma proclamação do género de que,

“Uma coisa não é nobre porque o G.:A.: D.:U.: quer, mas o G.:A.:D.:U.: quere-a porque é nobre”.

Noblesse oblige, atrevo-me eu a constatar.

Mas, para além do termo real que já nos levou ao que atrás ficou dito e escrito, importa também abordar o “Segredo”.

Será que aqui o segredo significa sigilo?

O que não se pode revelar a outrem, quem quer que ele seja?

Algo que não pode ser público?

Também neste caso, temo que não seja esse o significado a “levar à letra...”, muito menos que “o segredo seja a alma do negócio...”

O segredo, neste caso, deve ser entendido por aquilo que queremos saber, ou seja, o “**Mistério**” que queremos descobrir. A procura da perfeição que para o Maçon não deve ser uma mera procura efémera, mas uma actividade permanente da sua vida, pode ser traduzido por “**busca de conhecimento**”.

E não se julgue que essa busca só é válida quando procuramos as grandes soluções para o Mundo. Não. O interesse por tudo o que é simples, pelo seu vasto e assinalável sentir cultural, é que nos faz pensar em ciência, investigação e, no fundo, aumentar o conhecimento, nosso e dos outros.

Já não me consigo recordar, mas ouvi algures que a distância mais curta entre duas pessoas, é uma história, particularmente

quanto mais elevado for o nível de espiritualidade que ela contenha. Viver e sentir a espiritualidade faz-nos reflectir sobre os limites da ciência e os limites da religiosidade.

Ciência e religião: o dilema de sempre, num conflito que perdura desde a antiguidade! Até que ponto o desenvolvimento da ciência é limitado pela assunção da espiritualidade e da vivência da religiosidade ou é por esta reprimido?

Permitam-me exemplificar através do “fogo de São Telmo”:

Como bem sabemos, o “fogo de São Telmo” resulta de uma descarga provocada pela ionização do ar num campo eléctrico dando origem a uma forte luminosidade de cor azul ou violeta (mais uma designação para a cor púrpura), que surgia no alto dos mastros das embarcações, em noites de tormenta, e que ainda hoje se verifica em várias situações. Descrito já em *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, este fenómeno que inicialmente era tido como razão inspiradora de medo irracional, tornou-se mais tarde um sinal de protecção. Tal originou que São Telmo fosse então adoptado como padroeiro dos marinheiros, visto que apesar da aparência, os efeitos do seu “fogo”, na realidade, não eram e não são lesivos.

A explicação científica do fenómeno, com o seu inerente carácter de logicidade, retirou-lhe a carga religiosa associada, identificando-o como um vulgar e inofensivo fenómeno meteorológico. No entanto, São

Telmo persiste como padroeiro dos marinheiros



Ora, tenho para mim, que a dicotomia ciência *versus* religião tem sido mais apanágio de retórica linguística do que um verdadeiro e efectivo propósito disruptivo entre pessoas de bem, onde, naturalmente, incluo os Maçons. De facto, parecendo duas áreas distintas, creio que são (re) conciliáveis, onde uma procura explicar a natureza e seus fenómenos com as suas bases metodológicas e outra a razão de ser da existência do Homem na terra, a sua relação com o G.:A.:D.:U.: e a eternidade.

É minha convicção de que o impulso-mor do desenvolvimento humano está no equilíbrio destas duas formas de viver e de ser.

“Sem sentir não há razão, sem razão não há sentir.” (Também já não me recordo onde ouvi esta máxima).

Assim, começando pelo título deste Bala-

ústre que é composto por duas palavras, sempre, mas sempre, voltamos à dualidade:

O preto e o branco do pavimento mosaico (aliás título da minha primeira prancha em Maçonaria e a justificar, se necessário fosse, que voltamos sempre à dualidade – início e fim), vida e morte, sim e não, rico e pobre, alegria e tristeza, saúde e doença, calor e frio, paz e guerra, dia e noite, activo e passivo, positivo e negativo, diamante e carvão, voz e silêncio, dextro e sinistro, verdade e mentira, defeito e qualidade, virtude e vício, sabedoria e ignorância, luz e trevas..

A conclusão a que se pode chegar (mesmo admitindo que uma conclusão nunca é definitiva, porque como sempre digo, citando Vergílio Ferreira, “Em ciência, o erro é a verdade à espera de vez..”) leva-nos ao Equilíbrio. E as frases referentes ao equilíbrio são o que não falta neste Grau 32º:

A Luz é o equilíbrio da sombra e da lucidez;

O Movimento é o equilíbrio da inércia e da atividade;

A Autoridade é o equilíbrio da liberdade e do poder;

A Sabedoria é o equilíbrio nos pensamentos, que são as cintilações e raios do intelecto:

Todas as coisas justas são belas, todas as coisas belas devem ser justas

Mas, para terminar, o que é o “Real Segredo”? Pelo menos depois da reflexão que fiz e que posso não ter explicitado antes?

Depois de ter tentado demonstrar que

nem sempre o significado comum imediato duma palavra é o que se pretende transmitir será mesmo o equilíbrio, o “Real Segredo”?

O “EQUILIBRIUM UNIVERSAL”?

A harmonia, hoje tão em falta em termos universais tem que ser praticada pelo Maçon no seu dia-a-dia a começar pelo auto-respeito, pelo tempo que deve dedicar à família, vivendo esta vida no mais pleno que conseguirmos porque, como bem sabemos, a vida bem vivida (para não voltar a falar de dualidade e terminar em equilíbrio) é uma precipitação de contrários:

Cair/Levantar

Trabalhar/Descansar

Alegria/Tristeza

Seja como Maçon ou como Profano.

Fernando Ramos, 32º

O Bem, o Mal e o Livre Arbítrio: - a contribuição de Zoroastro”.

I

É um tema simplesmente fascinante, que nos remete para a história de uma religião amável e doce, que serviu de impulso e modelo às religiões monoteístas posteriores e ainda vigentes.

Como é costume em casos idênticos, não há quase nenhuma certeza sobre as datas e pormenores da vida de Zaratustra e as suas vicissitudes históricas. Neste caso, sobretudo devido à conquista da Pérsia e destruição de Persépolis por Alexandre Magno e, mais tarde, ao incêndio da Biblioteca de Alexandria, que quase reduziram à tradição oral dos Parsi da Índia Ocidental as bases do conhecimento desta religião.

Podia alongar-me na explanação de tudo o que o Mazdeísmo contém e inspira. mas a elaboração de um Balaústre exige parcimónia. Por isso, tudo o que é possível dizer, aqui, é sempre um resumo do que há para dizer.

Um pequeno Glossário:

Ahura Mazda ou Ormuz – o Omnisciente, Aquele que tudo sabe, o Senhor da Luz.

Angra Mainyu ou Ahriman – o espírito destrutivo, interpretável como uma tendência destrutiva da natureza humana. É a fonte de tudo o que é mau, da poluição, daquilo que destrói, da miséria, do sofrimento e da morte.

Avesta ou Zend-Avesta - significa “o que está estabelecido”, “texto ou livro fundamental”. Data de 1500 a.C., com aportes posteriores.

Boa Mente - Vohu Manah, Vahishta Ma-

nah, Vohuman, Bahman, são os vários nomes para o Amesha Spenta, que representa a Boa Mente.

Gathas – são cada um dos 17 hinos ou orações, em estilo poético, contidos no Avesta.

Yasna (em avéstico Yasna) – é a principal celebração do zoroastrismo e o mais longo conjunto de textos litúrgico (também yasnas) recitados durante o ritual.

Spenta Mainyu – Espírito do Bem, Spenta Mainyu é um aspeto do Senhor da Sabedoria, Ahura Mazda. Através do Espírito Santo, Ahura Mazda cria vida e bondade. De acordo com a crença zoroastriana, Spenta Mainyu protege e mantém muitos reinos e criaturas - o céu, a água, a terra, as plantas e as crianças.

Zoroastro ou Zaratustra – Ζωροάστρης (Zoroastris) significa “aquele que observa os astros”, sendo uma adaptação fonética grega do avéstico Zarathustra, cujo significado é desconhecido, ainda que contenha a palavra *ushtra* (camelo). Há quem diga que o seu significado é “condutor de camelos”.

Zoroastrismo ou Mazdeísmo ou Mazdayana (“devoção a Mazda”) – religião adotada oficialmente por Dario I, da dinastia persa dos Aqueménidas (558-330 a.C.), e que atingiu o seu apogeu no reinado de Ciro II (559-530 a.C.).

II

Aceita-se comumente que Zaratustra terá vivido no século VI a.C. (embora evidên-

cias arqueológicas pareçam apontar para uma data entre 1500 e 1000 a.C.), fundando e ensinando a sua religião com base numa longa tradição animista da religião iraniana primordial, na qual o respeito e a reverência pela Natureza, bem como Ahura Mazda, desempenhavam já uma função de relevo.

Crê-se que Zaratustra, ou Zoroastro, tenha nascido numa zona ocidental do actual Afeganistão, de pais persas, com base nos seus nomes Pourushaspa e Dughdova. O seu apelido de família era Spitama (que significa grosso modo, “de um poder branco ou brilhante”).

O seu pai, Pourushaspa, era provavelmente um sacerdote (“mago”) e Zaratustra, como filho, seguia a ocupação do seu pai. Ele tinha quatro irmãos (dois mais velhos e dois mais novos) e foi educado desde muito jovem, o que aponta para uma família de meios económicos e sociais significativos, pois não foi enviado para trabalhar nem há indícios de que tivesse outra ocupação.

O seu nome, “Zaratustra”, poderá significar “condutor de camelos”.

Diz-se que, quando a sua mãe engravidou, aparentemente de forma sobrenatural, foi avisada por um anjo de que o seu filho seria um grande profeta.

Ao nascer, Zaratustra, em vez de chorar, riu alto, o que enfureceu os sacerdotes e os espíritos das trevas, que fugiram apavorados. Perseguido pelos poderes da época, o bebé Zaratustra escapou sempre milagrosamente. E daí em diante foi consagrado a Ahura Mazda – o Senhor da Luz, o Omnisciente.

Desde jovem, Zaratustra mostrava uma sabedoria extraordinária, manifesta nas suas conversas. Aos 15 anos já discutia com os magos e realizava diversas obras de cari-

dade, sendo reconhecido por sua bondade para com os pobres, velhos, enfermos e animais.

Na juventude, terá permanecido na Caldeia, onde terá feito muita da sua aprendizagem.

Ao crescer, Zaratustra deambulava pelas estepes, indagando-se: “Quem fez o sol e as estrelas do céu? Quem criou as águas e as plantas? E quem faz a lua crescer e minuar? Quem implantou nas pessoas a sua natural bondade e justiça?”

III

Nas estepes da Ásia Central, perto do Mar de Aral de outrora, havia uma pequena vila de casas de adobe onde vivia a família Spitama.

Um dia, no sexto dia da Primavera (primeiro dia do ano persa), nasceu um menino naquela família. A sua mãe e o seu pai decidiram dar-lhe o nome de Zaratustra.

Como ao nascer tivesse rido alto em vez de chorar, um sacerdote (mago) percebeu que aquele menino vinha revolucionar o pensamento humano e enfraquecer o poder dos sacerdotes. Decidiu tomar providências. Procurou Pourushaspa, o pai de Zaratustra e disse-lhe:

“Pourushaspa Spitama, venho avisar-te. O teu filho é um mau sinal para a nossa vila, porque riu ao nascer. Ele tem um demónio. Mata-o, ou os deuses destruirão os cavalos e as plantações. Onde já se viu rir ao nascer, neste mundo triste e sombrio? Os deuses estão furiosos!”

Evidentemente, Pourushaspa não queria magoar nem matar o seu filho, mas o sacerdote insistiu e impôs uma prova.

Na manhã seguinte Pourushaspa fez uma fogueira e à frente de todos e colocou Zaratustra no meio do fogo, mas ele não so-

freu dano algum. O sacerdote ficou confuso

Zaratustra foi então levado para um vale estreito e colocado no caminho de uma manada de mil cabeças de gado, para ser trucidado. O primeiro boi da manada percebeu e ficou parado sobre o menino, protegendo-o, enquanto os restantes passavam ao lado. O bebé não sofreu um único arranhão. O sacerdote arquitectou outro plano. O menino foi colocado na toca de uma loba que, ao invés de o devorar, cuidou dele até que Dughdova, sua mãe o fosse buscar. Perante tais prodígios o sacerdote ficou envergonhado e abandonou a vila.

IV

Dos 20 aos 30 anos Zaratustra viveu isolado, no alto de uma montanha, em cavernas sagradas. Não ingeria nenhum alimento de origem animal. Após sete anos de completa solidão, regressou ao seu povo, e com a idade de trinta anos recebeu a revelação divina por meio de sete visões ou ideias. E assim começou a sua missão. Segundo os mazdeístas, ele encontrou muitas dificuldades e obstáculos em converter as pessoas à sua nova religião. Durante esse período, a pregação de Zaratustra foi como uma voz clamando no deserto. Ninguém o escutava. Ninguém o entendia.

Diz-se que nesse período Zaratustra foi tentado pelo demónio, que o seu peito foi atravessado por uma espada, que o seu corpo foi aberto e queimado com chumbo derretido, mas que Zaratustra triunfou de tudo o que foi ameaçado.

Diz a lenda que, terminado o seu trabalho, Zaratustra subiu ao Céu, nas asas de um relâmpago e sentou-se ao lado do trono de Ahura-Mazda.



V

Zaratustra meditava na margem de um rio quando um ser brilhante (um anjo) lhe apareceu. Zaratustra perguntou-lhe quem era. “Sou a Boa Mente. Vim buscar-te”.

E tomando-lhe a mão, levou-o para um lugar muito belo, onde sete outros seres (anjos) os esperavam.

Boa Mente disse-lhe, então: “Zaratustra, se quiseres, podes encontrar dentro de ti as respostas que procuras e coisas mais interessantes ainda. Ahura Mazda escolheu partilhar a sua divindade com os seres por Ele criados. Agora que sabes isso, podes anunciar a mensagem libertadora a toda a gente”. Zaratustra perguntou: “Porquê eu? Não sou poderoso nem tenho recursos!” Os outros seres responderam em coro: “tens tudo o que precisas, e que todos podem ter também: bons pensamentos, boas palavras e boas acções”.

Zaratustra voltou para casa e contou o que lhe sucedera. A sua família aceitou, mas os sacerdotes (magos) rejeitaram-no, dizendo: “se assim é, não temos a quem servir. Ficamos sem trabalho e vamos passar fome!” Decidiram, então, dar cabo da vida de Zaratustra.

Com a sua boa mente, Zaratustra entendeu que teria de sair dali por uns tempos. Viajou várias semanas até chegar à Bactria



ana (atual Afeganistão), governada por Vishtaspa. Procurou o rei Vishtaspa para partilhar a sua mensagem.

Vishtaspa reagiu ao apelo com uma recusa: “por que haveria eu de crer nesse estranho deus? Os meus deuses são, com toda a certeza, mais poderosos que esse tal Ahura Mazda!”

Após dois anos a tentar convencer Vishtaspa, e enfrentando a mais cruel oposição, passando, inclusive, um tempo preso, surgiu um acidente com o cavalo real, o que ajudou a resolver a situação a favor de Zaratustra. Estando o cavalo à beira da morte, Vishtaspa chamou sacerdotes, feiticeiros, médicos e sábios para salvar o animal. Juntos tentaram de tudo, inclusive oferecendo aos deuses dezenas de sacrifícios de outros cavalos. Além disso, brigaram uns com os outros, fizeram intrigas, mas nada aconteceu, o cavalo do rei estava cada vez pior.

Criado num ambiente rural, Zaratustra logo percebeu que o cavalo fora envenenado. Sugeriu um remédio muito usado nesses casos na sua terra. Sem alternativa, embora descrente, Vishtaspa aceitou a ideia e em dois dias o seu cavalo estava de pé, sem sinais da doença.

Todos ficaram pasmados, achando que Zaratustra tinha feito um milagre. Mas ele respondeu que apenas tinha usado a sua boa mente e os conhecimentos que havia adquirido em casa. Vishtaspa e sua família, encantados com a honestidade e simplicidade de Zaratustra, dispuseram-se a ouvi-lo de coração e mente desarmados. Em pouco tempo não só Vishtaspa e sua família haviam sido iniciados, como também grande parte do seu povo.

VI

O livro do Zoroastrismo é o *Avesta* ou *Zend-Avesta*, que significa “o que está es-

tabelecido”, “texto ou livro fundamental”. Data presumivelmente de 1500 a.C., com aportes posteriores. Nele, Zaratustra dialoga com Ahura Mazda, recebendo instrução e resposta às suas perguntas.

O livro tem cerca de 1000 páginas, distribuídas por quatro secções que reportam a diferentes épocas e línguas. Os principais textos constam de 72 hinos, escritos em avéstico antigo (língua iraniana oriental, muito próxima do sânscrito dos Vedas, pertencente à família mais antiga das línguas indo-europeias).

O Avesta é recitado durante o Yasna, a celebração central do zoroastrismo. Yasna significa “oração”, “súplica”, “adoração”. O serviço *yasna*, ou seja, a recitação dos textos *yasna*, é feito perante o fogo sagrado e culmina na “oferenda das águas”. A parte central do Yasna são os hinos ou **Gathas**, a parte mais antiga e sagrada do Avesta, que se acredita terem sido compostos pelo próprio Zaratustra.

A cerimónia pode ser estendida à recitação de textos *Visperad* e *Vendidad*. Uma cerimónia normal de Yasna leva cerca de duas horas quando conduzida por um sacerdote experiente.

O *Yashts* contém 21 hinos, escritos em avéstico recente; o *Visperad* contém 24 hi-



nos e o *Vendidad* contém 22 capítulos.

Os grandes temas do *Avesta* são: o Mono-teísmo; o Bem e o Mal; o Apocalipse, Juízo Final e Libertação; o Salvador Universal (“*Saoshyant*, o Salvador que há de vir” – “aquele que virá depois de mim”); o Mes-sianismo.

Poderemos, entretanto, abordar a crono-logia dos livros sagrados: *Avesta*, 1500 a.C.; Velho Testamento, 745-580 a.C.; No-vo Testamento, 50-100 d.C.; Alcorão, 60-632 d.C.

VII GHATAS

Os *Gathas* são 17 hinos supostamente compostos por Zaratustra e que compõem parte do *Avesta*. Neles, perfila-se um riquíssimo diálogo entre Ahura Mazda e Zaratustra e vice-versa.

Podemos aqui reproduzir alguns:

1- *“Isto te pergunto, ó Ahura Mazda e te suplico que me respondas com clareza:*

quem como hábil artesão fez a luz e as trevas?

*quem foi o autor do sono e da vigília?
quem faz nascer as auroras,
os meios-dias, as meias-noites,
testemunhas do tempo dos homens?”*

2. *“Isto desejo saber, ó Ahura Mazda, diz-me pois a verdade:
quem foi o primeiro pai por obra da geração
da ordem reta do mundo?
quem marcou o caminho invariável
ao sol e às estrelas*

que todos os dias nos alumiam?

quem fixou as leis segundo as quais cresce e mingua a lua, senão tu?

gostaria muito de saber, ó Grande Criador,

estas e muitas outras coisas seme-lhantes”.

3. *“Ó Ahura Mazda, antes do mais e de mãos erguidas, eu te peço e rogo que, através da Verdade e da Retidão, possa desfrutar da luz da Sabedoria e de uma Consciência limpa, e assim trazer consolo à Alma da Criação”.*

4. *“Aproximo-me com um bom pensamento, ó Ahura Mazda, para que possas conceder-me a bênção das duas existências, a material e a do pensamento, a bênção que emana da Verdade, com a qual nos podemos submeter à tua vontade”.*

5 *“Deixa que os bons governantes assumam o governo sobre nós, com ações de Boa Perspicácia ou Bom Espírito. Não permitas que os maus governantes assumam domínio sobre nós.*

6. *Deixa que a melhor perspicácia, que purifica as gerações da humanidade, se aplique também ao gado bovino. Tu a alimentas por nós para que possamos comer”.*

VIII

Zarathustra pregava a prática do Bem e instituiu o ritual do **Fogo Sagrado**, que simboliza a Divindade que lhe foi revelada (“a face de Ahura Mazda”).

Mas o Mal mostraria o seu poder e a sua cara: o Profeta de Ahura Mazda terminou assassinado no Afeganistão, aos 77 anos, por um fanático, dentro do próprio local

do rito do Fogo Sagrado. Porém, outras versões dizem que Zaratustra terá morrido de morte natural.

No entanto, o Bem acabou vencendo, porque o Zoroastrismo se propagou e teve enorme influência sobre ocultistas e místicos, contribuindo fortemente para a formação de religiões como o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo.

IX

A Tríade Moral de ZOROASTRO

O Mazdeísmo **não tem mandamentos nem proibições**. O ser humano guia-se pelo sentimento natural do que é bem e do que é mal. E escolhe livremente (**livre-arbítrio**) seguir pelo Bem ou pelo Mal. No primeiro caso será recompensado (o Paraíso, o Céu), no segundo caso será castigado (Inferno).

A **tríada principal do mazdeísmo** consiste em:

Bons Pensamentos;

Boas Palavras;

Boas Ações;

Seis Princípios de Fé

Ahura Mazda é o deus supremo e único;

Ahura Mazda é tudo de bom;

O oponente de Ahura Mazda, Angra Mainyu ou Ahriman, é todo o mal;

A bondade manifesta-se por **bons pensamentos, boas palavras e boas ações**;

Todo o indivíduo dispõe de **livre-arbítrio** para escolher o bem ou o mal;

A Natureza é boa.

HERANÇA DO MAZDEISMO OU ZOROASTRISMO

Religião revelada

Escatologia, de *Eskhaton* (“o fim dos

tempos”), e o Apocalipse

O Juízo Final

O Livre Arbítrio

O Céu e o Inferno (a recompensa e o castigo eternos)

O Diabo ou Satanás

O Messias

O Espírito Santo

Os Reis Magos

A Imortalidade da Alma

A Ressurreição dos Mortos

X

O Faravahar ou Fravahar

O Faravahar é o símbolo do mazdeísmo ou zoroastrismo, tal como o hexagrama ou estrela de David é o símbolo do judaísmo, a cruz é o símbolo do cristianismo e a lua crescente é o símbolo do islamismo.



XI

Templo do Fogo

Os templos do fogo consistem numa sala assente em 4 pilares com um altar a meio, sem Ícones, estátuas ou esculturas, onde arde um fogo permanente.

Só os sacerdotes podem acender e manter o fogo. Fazem cerimónias de ofertas de incenso, 5 vezes ao dia, e usam uma máscara branca para não poluir o fogo com o hálito.



XII

O zoroastrismo é a primeira religião mono-teísta, anterior ao monoteísmo egípcio da reforma de Akenaton e Nefertiti e ao monoteísmo judaico. Mas há quem lhe chame dualista – ou até henoteísta, ou seja que admite um Deus principal acima de outros, como Ahriman. Mas isso seria o mesmo que admitir um henoteísmo judaico ou cristão, com o concurso de Satanás, da Trindade e da Mãe de Deus.

Todos os outros “deuses” da antiga religião pagã iraniana, como Mitra, são apenas aspectos de Ahura Mazda, não divindades em si mesmas.

Na realização dos seus desígnios, Ahura Mazda é auxiliado por seis espíritos ou arcanjos.

Zaratustra propõe que o homem encontre o seu lugar no planeta de forma harmoniosa, buscando o equilíbrio com o meio natural e social, respeitando e protegendo a terra, a água, o ar, o fogo, os animais e a comunidade. Os sacrifícios de animais são banidos.

O cultivo da mente, palavras e acções são de escolha livre: o indivíduo deve decidir perante as circunstâncias. A boa escolha, ou seja, uma boa reflexão a respeito de cada acção faz surgir uma responsabilidade social para colaborar com o projecto de Deus. Os seres humanos, portanto, possu-

em livre-arbítrio, são livres de pecar ou de praticar boas acções. Mas serão recompensados ou punidos na vida eterna futura consoante a sua conduta.

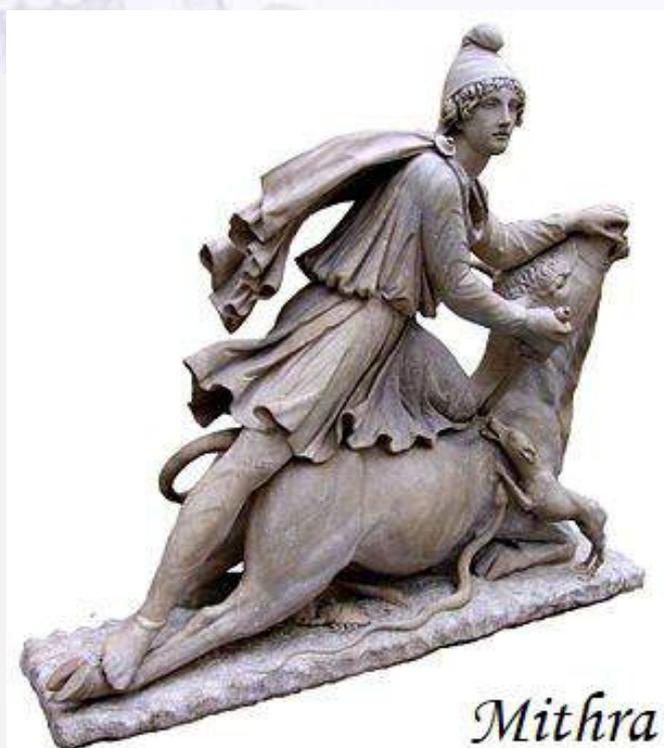
XIII

As Torres do Silêncio ou Dakhmeh

Para o mazdeísmo ou zoroastrismo a morte é o estado mais impuro, detestável e contaminado possível. Por isso, o corpo não pode ser eliminado fazendo uso dos quatro elementos, que são sagrados: Terra, Água, Ar e Fogo. Não pode ser enterrado nem cremado nem lançado ao mar.

Para proteger a pureza do mundo natural, o corpo dos falecidos deve ser depositado na “torre do silêncio”. Aí ficam numa torre, no alto de uma colina, expostos às aves de rapina, aos abutres, que os descarnam. Depois de completamente descarnados, os ossos resultantes são secos ao sol e, finalmente, lançados no poço central, de onde caiem para um curso de água subterrâneo, e daí correm para o mar.

A falta de capacidade de manutenção dessas torres está a fazer com que estejam a desaparecer.



Mithra

XIV

A decadência

O primeiro grande golpe ao mazdeísmo (zoroastrismo) foi dado por Alexandre, o Grande, quando saqueou, incendiou e destruiu Persépolis e o palácio de Xerxes em 330 a.C., fazendo desaparecer quase todo o acervo escrito e oral do mazdeísmo, incluindo parte importante do Avesta original. Posteriormente arrependeu-se, atribuindo as ordens de saque e destruição ao estado alcoólico e de euforia em que ele e os seus soldados se encontravam.

Em virtude do vazio provocado pelas tropas de Alexandre Magno, há uma falta de dados escritos sobre o zoroastrismo. Apenas havia dados da remanescente tradição oral.

De 1755 a 1761, Abraham Hyacynte Anquetil-Duperron permaneceu no noroeste da Índia junto de sacerdotes zoroastrianos Parsi para investigações, a fim de traduzir o Avesta e estabelecer uma biografia de Zaratustra.

O segundo grande golpe foi o tratamento dado pelos cristãos da Ásia Menor (atual Turquia) aos zoroastrianos durante os conflitos entre Roma/Bizâncio e a Pérsia (92-628 d.C.).

O terceiro grande golpe foi a conquista da Pérsia pelo Islão, no século VII. Embora o mazdeísmo não fosse, à partida, perseguido pelo islão, que o considera uma religião do Livro, tal como o judaísmo e o cristianismo, na realidade os mazdeístas saíram na sua grande maioria para o noroeste da Índia e para a Diáspora, após uma perseguição duradoura, que os obrigava a pagar um imposto exclusivo, a *jízia*. Além disso, os filhos dos zoroastrianos eram obrigados a frequentar as madraças (escolas) islâmicas.

Outra causa importante da decadência é,

por exemplo, a impossibilidade de conversão e de proselitismo, apesar da absoluta tolerância praticada pelos zoroastrianos em relação aos restantes credos e às diferenças de género.

Quem não nasce no seio de uma comunidade zoroastriana não pode tornar-se zoroastriano.

XV

Situação actual do Mazdeísmo

O mazdeísmo subsiste ainda no noroeste da Índia, nos Estados de Maharastra e Gujarete, onde se incluem os territórios outrora portugueses de Damão e Diu, bem como em algumas regiões do Irão. Trata-se de comunidades bem instaladas, com bom nível social, cultural, económico e artístico. O número de mazdeístas atual anda entre os 110 000 e os 120 000. O maior número de mazdeístas encontra-se na diáspora, onde sobressai o nome de **Freddy Mercury** (aliás, Farrokh Bulsara), natural de Pedra, no sultanato de Zanzibar, oriundo de uma família indiana de Gujarete.

Outro conhecido mazdeísta é o maestro indiano de Bombaim, **Zubin Mehta**, filho de uma família Parsi.

O mazdeísmo ou zoroastrismo está em risco de extinção porque os novos descendentes estão demograficamente a decair para números que não permitirão recuperar.



Fontes

Ana Minecan – Zoroastro y el zoroastrismo - , Youtube

Ana Minecan – Zaratustra y las Torres del Silencio -, Youtube,

<https://www.anaminecan.com/post/ritos-funerarios-zoroastrismo>

Ana Minecan - Sócrates y la Sofística. Parte i – Las Torres del Silencio: rituales funerários zoroastrianos. <https://www.youtube.com/watch?v=kkkXQnpAnH8>

Bowker, J. (ed.) (2007). The Oxford Dictionary of World Religions. Oxford: Oxford University Press.

Domenico Rosaci – il Comandamento di Zarathustra.

har, World History Encyclopedia,

<https://www.worldhistory.org/Faravahar/>

Manuel Forcano – Zoroastro, o adorador do fogo.

<https://www.youtube.com/watch?v=qYk4nPopeMk>

Rodolfo Domenico Pizzinga – Zoroastrismo (o pensamento de Zaratustra).

[https://www.academia.edu/23886878/](https://www.academia.edu/23886878/Zoroastrismo)

[Zoroastrismo](#)

Tomas Ponce Leon – Religiones del Mundo. Los Parsi. La religión amable (II).

<https://www.lacasamundo.com/2012/05/religiones-del-mundo-los-parsis-la.html>



<https://www.youtube.com/watch?v=NIaaT13eMX4>

Emilson Razec, Gore Vidal, Criação, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989.

Germán Loedel – El zoroastrismo: Una religión ancestral de sorprendente alcance histórico PARTE 2 -, Youtube,

<https://www.youtube.com/watch?v=ht7s2Hk3mQg&t=304s>

Joshua J. Mark – Zaratustra -, Youtube <https://www.worldhistory.org/zoroaster/>

Joshua J. Mark – Farava

Zoroastro – Grandes iniciados – Albedo Escuela,

<https://www.youtube.com/watch?v=YBuiY3cpeoo>

José Cunha-Oliveira, 32º

XXI GRANDES COMENDADORES DE AMÉRICA

PERÚ 2023 

Eventos



ORGANIZA:



Supremo Consejo Grado 33°
del Rito Escocés Antiguo y Aceptado
para la República del Perú



XXI Reunião de Soberanos Grandes Comendadores da América e Reunião da Confederação Iberoamericana de Supremos Conselhos





U . . T . . O . . A . . A . . G . . I . .

In Deo Fiducia Nostra

XXI REUNIÓN DE SOBERANOS GRANDES COMENDADORES DE AMÉRICA

15-18 DE MARZO DE 2023

CARTA DE LIMA

Los Soberanos Grandes Comendadores participantes en la XXI Reunión de Soberanos Grandes Comendadores de América de los Supremos Consejos Grado 33° del Rito Escocés Antiguo y Aceptado, que se realizara en el Campamento de Lima de la República del Perú, entre el 15 y el 18 de marzo de 2023, congregados bajo la presidencia del I. y P.: H.: Héctor Arturo Farfán Stamp, 33°, Soberano Gran Comendador del Supremo Consejo del Grado 33° del R.: E.: A.: y A.: para la República del Perú, Supremo Consejo fundado el 2 de noviembre de 1830 y única autoridad del Rito en el Territorio;

CONSCIENTES:

Que el cambio climático representa una amenaza global que afecta a todos los países del orbe, resultando más perjudicados aquellos cuyas economías se encuentran en incipiente desarrollo y sus poblaciones de escasos recursos devienen en más vulnerables;

Que los conceptos plasmados en la Declaración Universal de Derechos Humanos son producto de un largo proceso histórico cuyas raíces son muy diversas pero que el consenso generalizado hoy nos permite calificar de universales;

Que las migraciones humanas también son registradas por la historia a través de una data milenaria con una génesis compleja en las que motivos económicos y políticos se entrelazan con razones culturales y religiosas de las cuales, el corriente siglo XXI es un ejemplo claro de su diversidad y concomitancia;

DECLARAN:

Que en la actual coyuntura crítica por la que atraviesa el planeta, en lo que respecta a la emergencia climática; la violación continua de las normas del derecho internacional y, especialmente, la debilidad en el respeto a los derechos humanos; así como las condiciones anómalas de las migraciones nacionales e internacionales, exacerbadas por los conflictos internos y las amenazas en el uso de armas hipersónicas y aún las nucleares denominadas "tácticas" y "estratégicas";

Que el diálogo y la solución pacífica de controversias continúa siendo la única alternativa viable para la superación de los conflictos en sus diversas magnitudes;

Que la cooperación internacional se erige en una fórmula deseable para acceder a los diversos objetivos del desarrollo sostenible previstos por la ONU en diversos foros;

Que la moderna genómica revela que toda la humanidad comparte el 99,9% del mismo código genético y que, en consecuencia, los pueblos originarios y aquellas otras sociedades cuyas



economías resultan más desarrolladas, observan solamente diferencias de carácter cultural y educativo;

Que no existe un camino para la paz sino que la paz es el propio camino, conforme al pensamiento del Mahatma Gandhi; y

SE COMPROMETEN:

A fomentar el desarrollo de una mayor conciencia ecológica planetaria como medio para enfrentar la emergencia climática global, asumiendo las buenas prácticas de las 3 R (reciclar, reducir, reutilizar) en el ámbito de acción de los respectivos Supremos Consejos que suscriben;

A desarrollar una cultura de confianza y a respetar toda aquella normativa que se oriente a la modificación sustantiva de conductas hacia formas positivas de convivencia y de interacción social, de manera tal que las migraciones puedan ser orientadas y servir como puntos de estímulo y de partida para una estrategia común de cooperación regional e interregional;

A reafirmar el valor supremo de la paz sobre las bases éticas de la equidad y la justicia social, satisfaciendo el mínimo exigible a los gobiernos de nuestras naciones para atender las necesidades y demandas poblacionales.

Sala de Sesiones a los diecisiete días del mes de marzo de 2023 E.:V.:

**I.:P.:H.: Héctor Arturo Forfán Stamp, 33°
Soberano Gran Comendador del Supremo Consejo Grado 33°
para la República del Perú**

**I.:P.:H.: Jorge Luis de Andrade Linz, 33°
Primer Vicepresidente
Soberano Gran Comendador del Supremo Consejo Grado 33°
de la República Federativa del Brasil**

**I.:P.:H.: Norberto Rossini, 33°
Segundo Vicepresidente
Soberano Gran Comendador del Supremo Consejo Grado 33°
de la República Argentina**

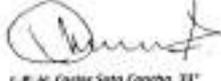



 J. P. M. Arán Soriano Corral, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Grado 33° para España


 J. P. W. Galán Rodríguez Ordo, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Confederado de Venezuela


 J. P. T. Juan M. Navarro Navar, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Grado 33° de México


 J. P. R. Eduardo Mejía Jorbat, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo de República Dominicana


 J. P. M. Carlos Soto Concha, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Grado 33° para Chile


 J. E. M. Alejandro OROZCO, 33°
 Gran Representante
 Supremo Consejo Grado 33° de Paraguay


 J. P. M. Gabriela E. Castañeda Arvizu, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Grado 33° de Ecuador


 J. P. R. Manuel Carrero Gombao, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Grado 33° de Panamá


 J. P. H. Jorge Lebrón Esteban, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Grado 33° de Bolivia

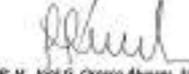

 J. P. R. Néstor Chazarría Arevalo, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Grado 33° de Costa Rica

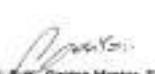
9
9
9




 J. P. H. Rafael F. García Martínez, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Grado 33° de Honduras


 J. P. M. Manuel Alves de Almeida, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Grado 33° para Portugal


 J. P. M. Adán G. Orozco Álvarez, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Grado 33° de Colombia


 J. P. W. Juan María Mesa, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Grado 33° para Perú


 J. P. M. Christian Mervé, 33°
 Soberano Gran Comendador
 Supremo Consejo Nacional de Francia

9
9
9



Para além da participação na XXI Reunión de Soberanos de América, realizada na cidade de Lima, Perú, entre 15 e 19 de Março, o Soberano Grande Comendador, III .: e P.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º, esteve presente na 54th Conference of the Sovereign Grand Commanders of Europe and Associated States, realizada em Genebra, Suíça, entre 18 e 21 de Maio.

Nos dois eventos, através das honras com que foi distinguido, esteve bem patente o prestígio do Supremo Conselho para Portugal.



O Soberano Grande Comendador do Suprême Conseil Du 33ème et Dernier Degré de Suisse, III .: Ir.: Jean-Claude Chatelain, 33º, entrega o Diploma de Membro de Honra ao Soberano Grande Copmendador, III .: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º.

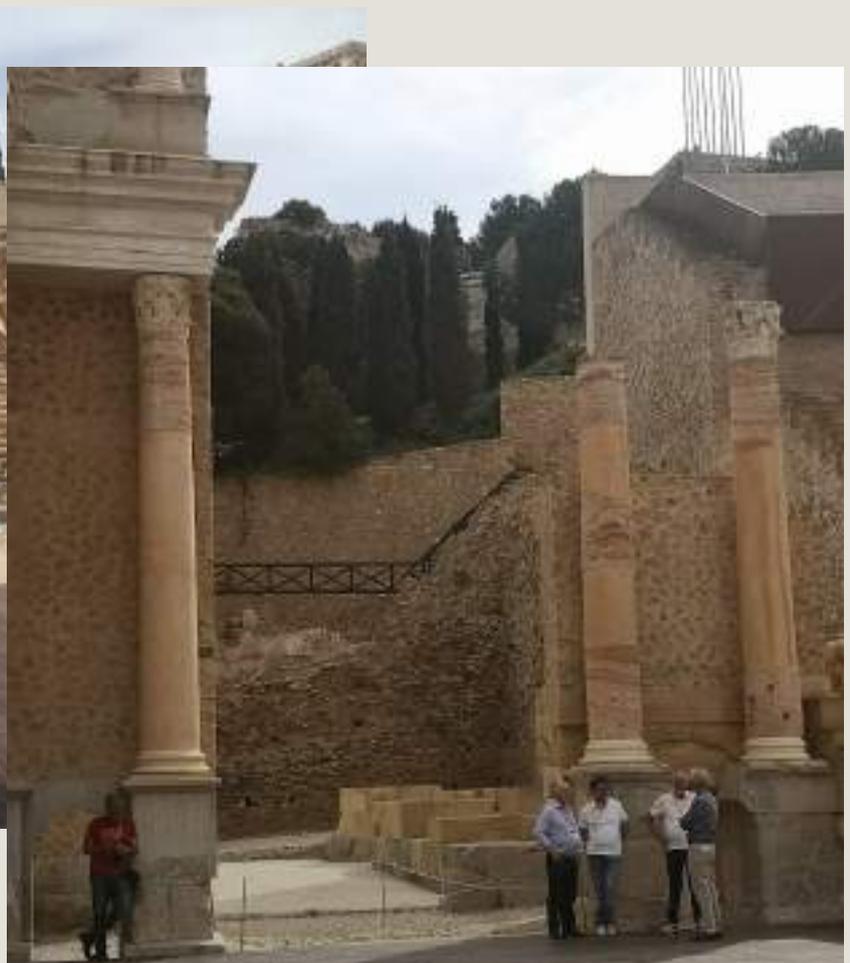




No passado dia 6 de Maio, O Capítulo Ibéria celebrou mais uma sessão conjunta com os nossos Irmão espanhóis, iniciativa que põe de manifesto os excelentes laços de amizade institucional e pessoal existente entre os nossos Supremos Conselhos.

As terras murcianas de Cartagena proporcionaram à vasta delegação de rosacruzes portugueses que se deslocaram àquela cidade mártir da barbárie fascista de Franco uma hospitalidade que nos aqueceu o coração, enquanto nos deliciávamos com a excelente gastronomia e e nos enriquecíamos com a beleza do seu excelente património histórico.







Leituras

Freemasonry: Quest for Immortality

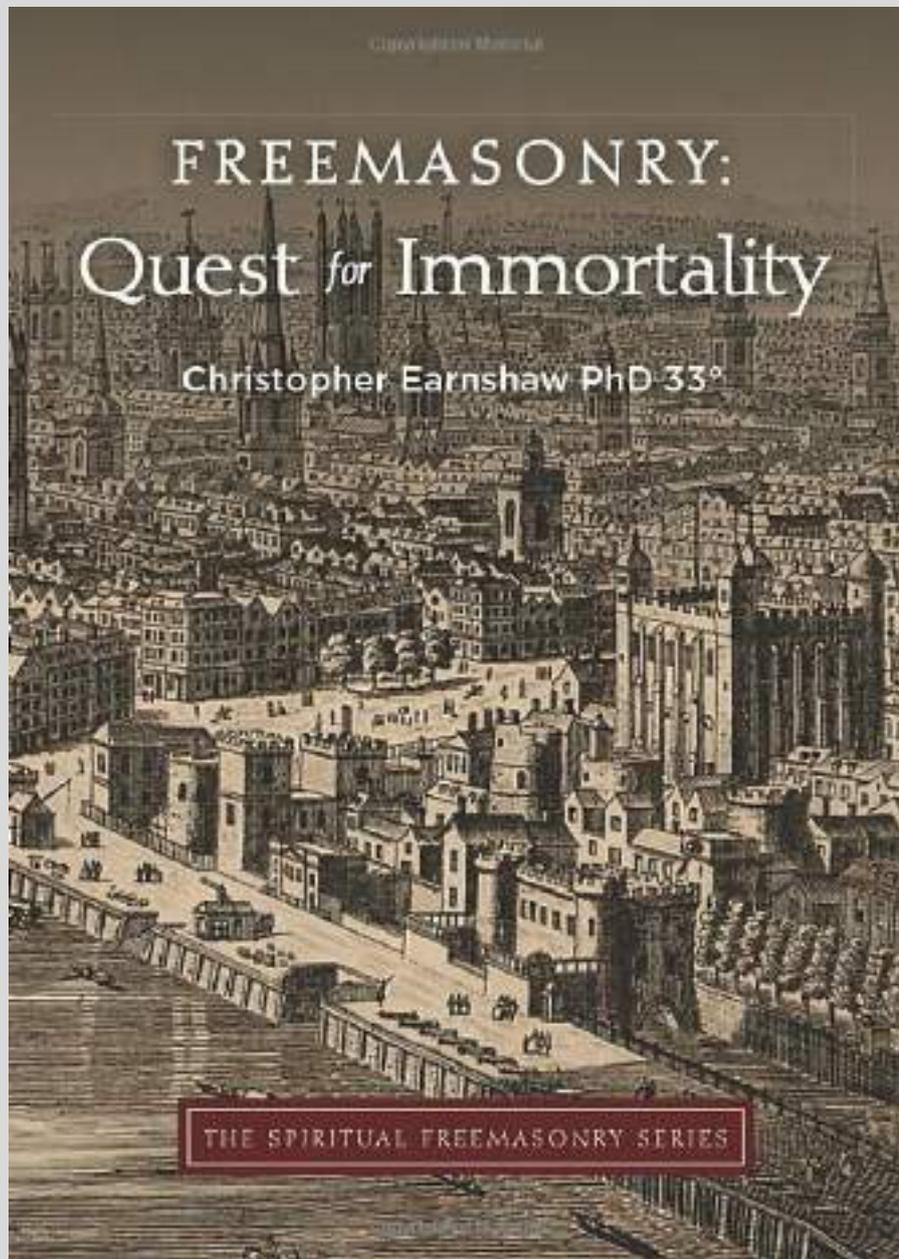
Christopher Earnshaw procura as razões pelas quais os dois primeiros graus foram reescritos e expandidos pelos três primeiros Grão-Mestres da Grande Loja de Inglaterra depois de 1717 e o que justificou a adição do Terceiro Grau ao ritual maçônico. O irmão Dr. Earnshaw questiona-se sobre a relação entre a história de Hiram Abiff e a “Árvore da Vida” encontrada na Cabala; quais os motivos pelos quais os ateus são desprezados na Maçonaria e os católicos são bem-vindos. Por que razão os mistérios medievais desempenham um papel importante no desenvolvimento do Terceiro Grau.

Estas são algumas das questões a que o autor procura responder.

Para entender melhor como a Maçonaria evoluiu e se desenvolveu no início do século XVIII, Earnshaw dedica uma boa parte do livro à história inglesa durante os 400 anos anteriores — explicando a turbulência política, social e religiosa que a Inglaterra e os seus cidadãos enfrentaram.

Esta foi a época em que as pessoas instruídas conheciam a Bíblia e a estudavam, bem como o grego e o latim. O Iluminismo inglês estava em pleno florescimento, influenciando seriamente toda a intelectualidade britânica.

O livro analisa o Terceiro Grau e a sua ênfase na imortalidade. É opinião do autor que John Desaugliers reescreveu os dois primeiros graus e acrescentou o Terceiro Grau para enfatizar a sua importância.



Christopher Earnshaw, *Freemasonry: Quest for Immortality*

Independently published, 2019

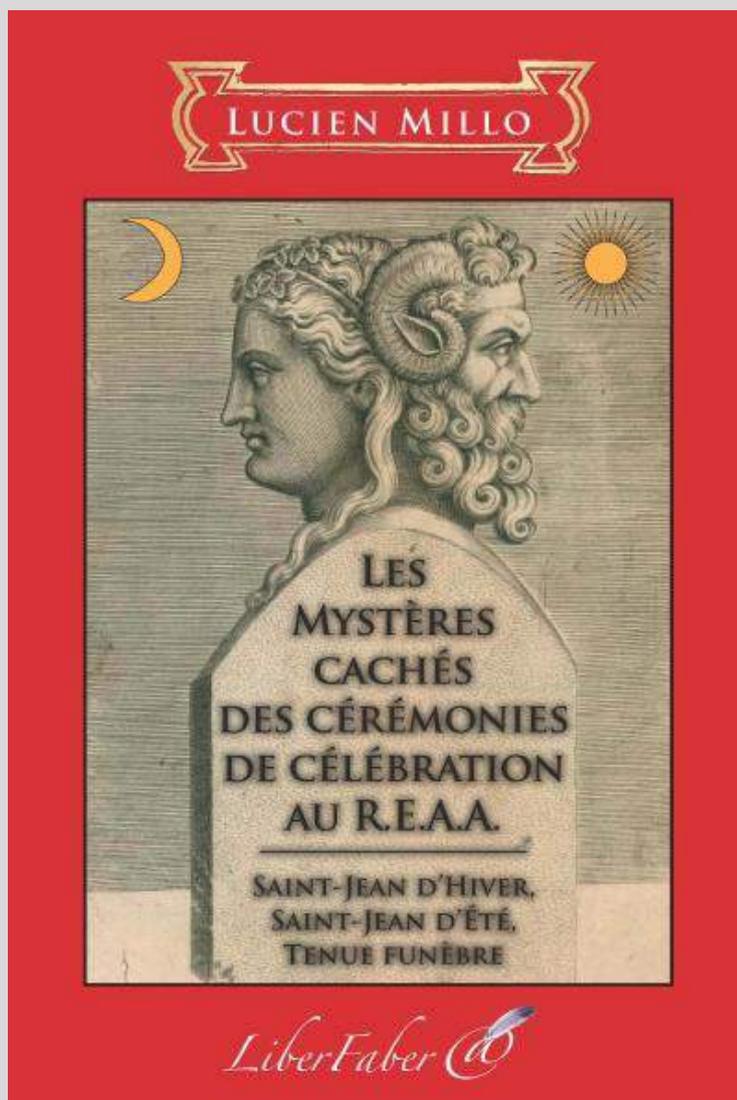
268 páginas

ISBN: 10: 1673308120

Nesta obra Lucien Millo aborda o percurso do caminho da Perfeição analisando meticulosamente o IV grau da R.:E.:A.:A.:. Reconhecido especialista deste Rito, como Preceptor do Rito Escocês Antigo e Aceite, ele oferece, nesta obra, uma digressão ao longo da qual desvela os Mistérios contidos nos Rituais de celebração. Mais uma vez, o autor, misturando harmoniosamente interpretação esotérica e precisão de escrita, trata de assuntos fundamentais necessários para uma boa compreensão do R.:E.:A.:A.: em geral e dos grandes momentos de celebração que pontuam a vida de um iniciado em particular.

As reflexões contidas neste ensaio visam oferecer materiais de compreensão e uma forma de ensino iniciático veiculados pelos textos rituais que são o suporte das grandes cerimônias comemorativas como o São João de Verão, o São João de Inverno ou a sessão fúnebre ou de Despedida.

Esta obra de referência fará descobrir uma soma de profundos ensinamentos esotéricos ao leitor que não pode ficar insensível à inteligência de um assunto que se quer esclarecedor e sempre de uma grande simplicidade.

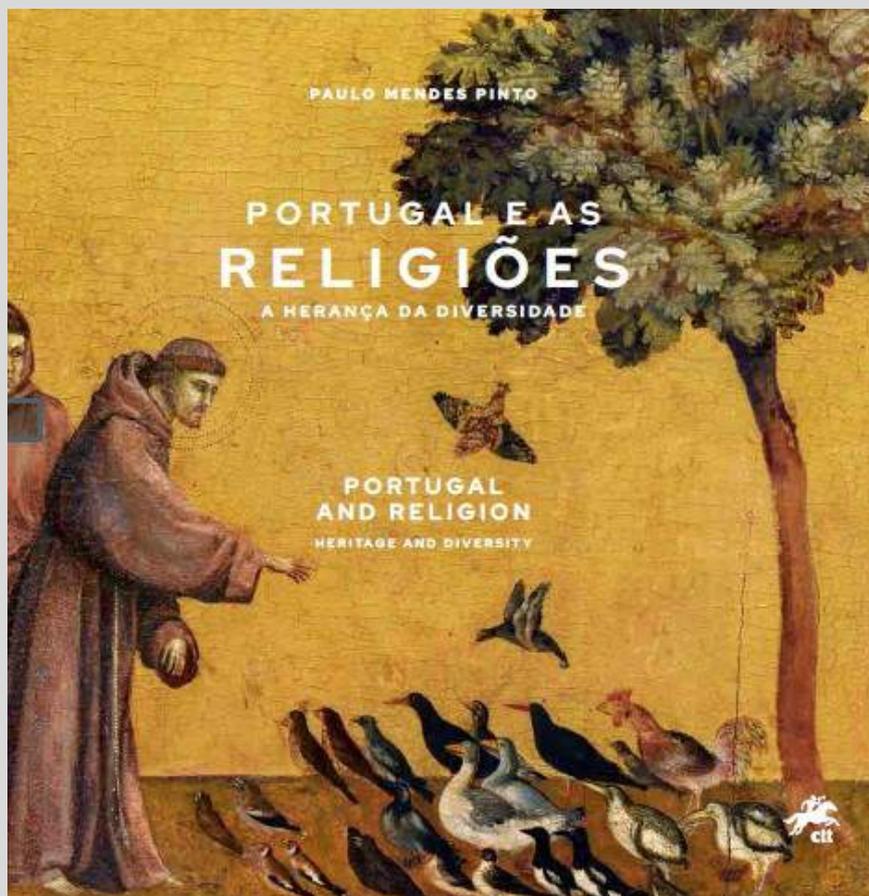


Lucien Millo, *Les mystères cachés des cérémonies de célébration au R.:E.:A.:A.:*

Monaco: Liberfaber, 2016

314 páginas

ISBN: 2365802427



Paulo Mendes Pinto, *Portugal e as religiões: a herança da diversidade*

Lisboa: CTT, 2023

285 páginas

“*Portugal e as Religiões* estabelece um percurso que nos conduz desde a distante presença latina e do nascimento do Cristianismo, passando pela presença judaica e islâmica, mostrando-nos como de uma realidade de reconhecimento da diferença passamos a um quadro de intolerância e de perseguição inquisitória, com um fechamento espiritual muito forte.

Num tempo mais próximo, acompanhamos o regresso a um caminho de aceitação da diversidade, com a extinção da Inquisição, o renascimento das comunidades judaicas, a chegada das primeiras comunidades protestantes e, em pleno século XX, o aumento dessa diversidade, seja pela liberdade religiosa, seja pelas migrações.

Num tempo mais próximo, acompanhamos o regresso a um caminho de aceitação da diversidade, com a extinção da Inquisição, o renascimento das comunidades judaicas, a chegada das primeiras comunidades protestantes e, em pleno século XX, o aumento dessa diversidade, seja pela liberdade religiosa, seja pelas migrações.

De facto, depois de um processo de monolitização cultural, desde meados do século XX que Portugal apresenta uma diversidade religiosa significativamente grande. A par da restante Europa, o século passado trouxe uma variedade de grupos humanos, de culturas e de estilos de vida pouco usuais até então.

Contudo, Portugal era já, desde há milénios, um pleno terreno de pro-

ximidade e de intercâmbio cultural. Nesta fase mais recente, mais próxima de nós, apenas o sentimos com maior proximidade, com uma intensidade fruto de alterações políticas que fomentaram e propiciaram esses encontros.

Quer pela proximidade que as tecnologias e as comunicações possibilitam, quer por fenómenos como a chamada descolonização, hoje em dia, Portugal apresenta uma diversidade cultural e religiosa significativa, trazendo às nossas ruas um colorido e um mesclado que é marca da globalização.

Mais que plural em termos religiosos, apresenta-se como um exemplo para a restante Europa de como é possível conviver em harmonia. Comunidades cristãs, muçulmanas e judaicas trabalham lado a lado, acompanhadas por budistas, hindus, entre outras, são continuamente desafiadas para o campo do diálogo e da cidadania, numa dinâmica de respeito e paz que é ímpar e que importa valorizar e preservar.”

Flavio Barbiero, engenheiro com sólida formação científica, propõe uma teoria segundo a qual o que Platão descreveu sobre a Atlântida nos seus diálogos, *Timeu* e *Crítias* não é fruto da imaginação.

Uma das maiores mentes da história da humanidade, como a de Platão, declarou em diversas ocasiões que não tinha grande simpatia pelos poetas e não se pode acreditar que tenha mudado de opinião exactamente sobre a Atlântida.

Barbiero aceitou a descrição de Platão como um todo e escolheu a forma mais difícil de demonstrar sua teoria, a da experimentação. O valor do método científico reside essencialmente no facto de que nada foi distorcido, em comparação com o relato de Platão para ser integrado na tese de Barbiero: tudo tinha que ser demonstrado com evidências científicas ou então nada tinha que ser aceite.

Faltava apenas a prova absoluta, a prova arqueológica, de que a teoria de Flavio Barbiero está correcta: o interesse que a tese do autor despertou (o anúncio foi feito em Dezembro de 1974) foi tal que esteve na origem de algumas expedições científicas na Antártica, durante a qual Barbiero descobriu, na ilha do Rei George, uma grande quantidade de troncos fossilizados que podem datar de 10.000 ou 12.000 anos. Esta foi a primeira prova oficial da teoria de Barbiero mas, além disso, foram encontrados objectos emocionantes (cerca de cinquenta pequenas bolas de areia e "cimento" colocadas em pequenas colunas feitas do mesmo material), na ilha Seymour.

O que daí resultou foi um trabalho fascinante em todos os aspectos: a explicação de uma teoria chocante, demonstrada com

Flavio Barbiero



Atlantide

Civilisation sous la glace

LiberFaber @

Flavio Barbiero, *Atlantide, une civilisation sous la glace*

Monaco: Liberfaber, 2014

ISBN: 2365801404

rigor científico, partindo da imensa catástrofe que revolucionou as bases do ecossistema terrestre e chegando à explicação da instalação do homem no mundo. Um livro que apresenta uma teoria fascinante, mas que é também uma emocionante aventura na história da arqueologia.

